



**GLEIDE AMARAL DOS SANTOS**

**OS EFEITOS DE SENTIDOS DA FORMULAÇÃO  
DAS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS NAS GRAMÁTICAS  
DE JULIO RIBEIRO, SAID ALI E EVANILDO BECHARA**

**CAMPINAS,  
2013**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**GLEIDE AMARAL DOS SANTOS**

**OS EFEITOS DE SENTIDOS DA FORMULAÇÃO  
DAS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS NAS GRAMÁTICAS  
DE JULIO RIBEIRO, SAID ALI E EVANILDO BECHARA**

**Orientadora: Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo**

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de  
Estudos da Linguagem, da Universidade  
Estadual de Campinas, para obtenção do Título  
de Doutora em Linguística.**

**CAMPINAS,  
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM – UNICAMP

Santos, Gleide Amaral dos, 1948-  
Os efeitos de sentidos da formulação das regras e os  
acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo  
Sa59e Bechara / Gleide Amaral dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.],  
2013.

Orientador : Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ribeiro, Júlio, 1845-1890. 2. Ali, Said, 1861-1953. 3.  
Bechara, Evanildo, 1928-. 4. Gramática comparada e geral -  
Gramatização. 5. Língua portuguesa - Gramática. I. Rodríguez  
Zuccolillo, Carolina Maria, 1964-. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The effects of senses of formulation of the rules and the increases in grammars of Julio Ribeiro, Said Ali and Evanildo Bechara.

**Palavras-chave em inglês:**

Júlio Ribeiro

Said Ali

Evanildo Bechara

Grammar, Comparative and general - Grammatization

Portuguese language - Grammar

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Doutora em Linguística.

**Banca examinadora:**

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo [Orientador]

José Horta Nunes

Luiz Francisco Dias

Neuza Benedita da Silva Zattar

Marcos Aurélio Barbai

**Data da defesa:** 19-04-2013.

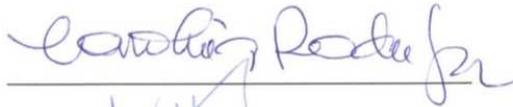
**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 19 de abril de 2013, considerou a candidata Gleide Amaral dos Santos **APROVADA**.

BANCA EXAMINADORA:

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo



José Horta Nunes



Luiz Francisco Dias



Neuza Benedita da Silva Zattar



Marcos Aurélio Barbai



Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

---

Suzy Maria Lagazzi

---

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

---

IEL/UNICAMP  
2013



A Deus, porque é o meu guia seguro, fortaleza, confiança, paz e segurança e se faz presente em minha vida a cada momento de minha existência.

Aos meus pais João e Maria (*in memoriam*) pelo carinho, amor e por me levarem pelos caminhos da honestidade.

Ao Jeferson, meu marido, companheiro de todas as horas, pela compreensão, pelo carinho, pelo amor incondicional, por me dar forças para atravessar o deserto, nesse percurso tão doloroso, tornando-o mais ameno com sua presença.

Aos meus filhos, bem mais precioso:  
Gleison, pelo seu gesto de amor, mesmo sem palavras.  
Jeferson, pelo carinho demonstrado.  
Eser, pelo carinho e cuidado manifestos.

A Raquel, Nilda e Valdinéia, minhas noras, amigas, confidentes, companheiras. Obrigada pelos presentes mais preciosos: Felipe, Gleice, Gleiciane, Jeter, Jed, Benjamim, Lorena e Yasmin.

Aos meus filhos do coração: Kleber e Carol, pelo carinho e orações e meus netos Ane Carolina, Caio Natan e Lisa Carolina pela alegria de suas presenças.  
Eduardo e Rita, pelo amor e cuidado demonstrado, deixando meus cabelos “mais bonitos” e pela alegria que Abner nos traz



## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Carolina, minha orientadora, pela compreensão e preciosa contribuição neste percurso que foi tão conturbado.

A Neuza, pela disposição em ler o meu trabalho, contribuindo de maneira incisiva para a reflexão do meu objeto de estudo.

Ao professor José Horta pelos apontamentos tão pertinentes na qualificação, que fizeram dar um novo fôlego as minhas leituras.

Ao professor Luiz Francisco, pela sua caminhada conosco na Unemat e por aceitar fazer parte da banca.

Ao professor Marcos Barbai, pela disponibilidade em aceitar fazer parte de minha história acadêmica.

Ao professor Eduardo Guimarães, coordenador do DINTER, por ter propiciado à Unemat a concretização desse sonho trazendo assim uma nova realidade na área da linguagem.

A Vera Regina, coordenadora pedagógica do DINTER, minha “velha amiga”, obrigada pela força.

Aos amigos de todas as horas, Sandra Raquel, Nilce, Marilda, Ilma, Maria José, Isaías principalmente por estarem presentes nas horas mais difíceis.

A Sandra Raquel, amiga e irmã, parte integrante dessas páginas ofereceu seu braço amigo sempre, sua companhia, suas orações, e o apoio no longo percurso realizado todos os dias para Fisioterapia empurrando cadeira de rodas e esperando dentro do carro, fazendo sua tese; pelos riscos, rabiscos e ajuda incondicional para que esse momento se tornasse realidade.

Ao César, Neto e Moisés pelo apoio, lanches e sorriso amigo.

A Sandra Almeida, pelo seu jeito meigo e silencioso de ajudar, pelo carinho e cuidado com os detalhes do dia a dia, que muitas vezes passam despercebidos e que ao mesmo tempo são tão fundamentais como o copo de água.

A Nilce, pelo carinho de filha, pela arrumação de minhas malas, sempre encontrando espaço para mais alguma coisa. Pela torcida, pelas orações, pela amizade sincera!

A Marilda, Ilma e Isaías pelo companheirismo, pelo cuidado, pelos passeios e pelos bons momentos de alegria em uma terra distante.

Às amigas Sandra Raquel e Nilce que leram e contribuíram com o meu texto, obrigada pela disponibilidade.

A todos os companheiros do DINTER: Sandra Raquel, Nilce, Maria José, Mirami, Joelma, Marilda, Maristela, Silvia, Taisir, Jocineide, Elizete, Isaías, Mônica, Sandra Straub, Paulo, Águeda, Rosimar, Marcelo e Lucimar.

Aos meus familiares: meus irmãos, Ceila e Ciltres pelas orações e conforto. Duarte, pela confiança depositada. Magalona, Ivan e Onésimo (*in memoriam*).

Aos meus cunhados: Orestes, José, Julião, Marlene, Celci, Noêmia e Helena.

Aos meus sobrinhos: Oreslene, a primogênita, sempre próxima. Juliana, Adilson, Maristela, Marcelo, Morgana, Eliezer, Elias, Eliane, Júnior, Rosângela, Jociane, Francine, Henrique e Clóvis.

Aos meus amigos e irmãos queridos pelas orações e pela torcida.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo investimento na minha qualificação e por me propiciar momentos preciosos de aprendizagem.

À Unicamp, ao IEL, ao programa de pós-graduação pela qualificação que me foi propiciada, agradecendo aos professores e aos funcionários, em especial ao Claudio, pela acolhida em Campinas.

A CAPES e à FAPEMAT pela bolsa recebida.

Aos professores do Departamento de Letras de Cáceres, a Rosiane e aos alunos e egressos pelo convívio e pela amizade. A todos que contribuíram de forma direta e indireta para que este trabalho se concretizasse.

*Quem dera eu achasse um jeito  
de fazer tudo perfeito,  
feito a coisa fosse o projeto  
e tudo já nascesse satisfeito*

**(Mário Quintana)**

MAS...

*No meio do caminho tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
No meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento  
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
No meio do caminho tinha uma pedra.*

**(Carlos Drummond de Andrade)**



## RESUMO

Essa tese, inscrita no domínio da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso, tem como objeto analisar discursivamente os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara. Foram essas regras gramaticais e os textos, que aqui chamamos de *acréscimos gramaticais*, que nos fizeram considerar suas discursividades, relacionando a linguagem à exterioridade, entendendo que esta relação é de constituição mútua. Nesse sentido, procuramos analisar os procedimentos de formulação da regra, tendo em vista o que vai no corpo do texto e nas notas e comentários, considerando as condições particulares da gramatização no Brasil, país de colonização portuguesa. As perguntas que norteiam nossa reflexão são: Como se constrói o imaginário da completude da língua? Como esse sujeito se coloca em relação à língua no Brasil, em relação à língua de Portugal? Que tipo de “incompletude” é que se procura “preencher” nas gramáticas brasileiras? Qual sua relação com a tensão entre a língua – a norma – de Portugal e do Brasil? Apresentamos, primeiramente, o conceito de gramatização das línguas, processo em que se insere a questão da formulação da regra e da norma. Em um segundo momento, tratamos das regras e dos acréscimos gramaticais no domínio histórico-discursivo, discutindo a normatização da língua, por meio das regras. Discutimos também a temática da produção do saber sobre a língua, para verificar de que modo se dá a formulação das regras no corpo do texto e nos acréscimos nas gramáticas selecionadas e em seguida fizemos uma apresentação geral das partes dessas gramáticas trazendo algumas regras gerais para análise e recortando para a análise específica as regras de colocação dos pronomes átonos, procurando perceber a instituição da norma, pela formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas brasileiras.

**Palavras chave:** gramatização brasileira, regras, acréscimos, Júlio Ribeiro, Said Ali, Evanildo Bechara.



## ABSTRACT

This thesis, entered the field of Linguistic History of Ideas in a linkage with the Discourse Analysis, aims at analyzing the discursive the effects of senses of formulation of rules and increases in grammars Julio Ribeiro, Said Ali and Evanildo Bechara. These were the texts and grammar rules, which here we call grammatical increases, we did consider his discoursivities, relating the language to exteriority, understanding that this relationship is of mutual constitution. Accordingly, we analyze the procedures for formulating the rule, in view of what is in the body of the text and the notes and comments, considering the particular conditions of grammatisation in Brazil, country of Portuguese colonization. The questions that guide our reflection are: How do you build the imaginary completeness of the language? How this subject arises in relation to language in Brazil compared the language of Portugal? What kind of "incompleteness" is that it seeks to "fill" the Brazilian grammars? What is your relationship with the tension between the language - the norm - of Portugal and Brazil? Here, firstly, the presentation of the concept of grammatisation languages, process which includes the issue of formulation of the rule and the norm. In a second step, we treat the rules and increases grammatical in the field historical-discursive, discussing the standardization of the language, through the rules. We also discussed the issue of the production of knowledge about the language, to see how it gives the formulation of rules in the body of the text and in the increases in selected grammars and then made a general presentation of parts of grammars, bringing some general rules for analysis and cutting to specific analysis, rules for placement of atonic pronouns, seeking to realize the establishment of the norm, for the rules formulation and the increases in Brazilian grammars.

**Keywords:** Brazilian grammatization, rules, increases, Julio Ribeiro, Said Ali, Evanildo Bechara.



## RÉSUMÉ

Cette thèse, inscrite dans l'histoire des idées en commun avec Linguistique Analyse du discours, vise à analyser les effets des sens la formulation discursive des règles et des ajouts dans les grammaires Julio Ribeiro, Said Ali et Evanildo Bechara. Si ces règles de grammaire et des textes qui, ici, nous appelons ajouts grammaticales, ce qui nous considérons leurs discours, concernant la langue de l'externalité, étant entendu que cette relation est la constitution mutuelle. En conséquence, nous analysons la rédaction de procédures de la règle, compte tenu de ce qui se passe dans le corps du texte et les notes et commentaires, en tenant compte des conditions particulières de grammatisation au Brésil. Les questions qui guident notre étude sont les suivantes: Comment les images de l'intégralité de la langue? Comme ce sujet se pose par rapport à la langue, au Brésil, en tenant compte des conditions spécifiques de grammatisation? Quel genre de "incomplétude", c'est que si vous voulez "remplir" les grammaires brésiliens? Quelle est votre relation avec la tension entre la langue - la norme - du Portugal et le Brésil? Voici, d'abord, le concept des langues grammatisation, processus qui inclut la question de la formulation de la règle et la norme. Dans un second temps, nous traitons les règles et les ajouts discours historico-grammaticale sur le terrain, discuter de la standardisation de la langue, à travers les règles. Nous avons également discuté de la question de la production de connaissances sur la langue, pour voir comment il donne la formulation de règles et ajouts des grammaires sélectionnés et a ensuite fait un sur vol des parties de grammaires, la coupe des règles spécifiques d'analyse de la mise pronoms atones, en cherchant à réaliser la mise en place de la règle, la formulation de règles et ajouts des grammaires brésiliens.

**Mots-clés:** grammatisation brésilienne, règles, ajouts, Julio Ribeiro, Said Ali, Evanildo Bechara.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	21
<b>INTRODUÇÃO</b>	23
<b>CAPÍTULO I – A GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS</b>	27
1.1 O processo de gramatização das línguas	27
1.2 O processo de gramatização no Brasil	30
1.3 Sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil em articulação com a Análise do Discurso	35
1.4 O processo de legitimação da língua no Brasil	37
1.5 Objeto de estudo: a formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas brasileiras	40
<b>CAPÍTULO II – AS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS GRAMATICAIIS NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA E DISCURSIVA</b>	45
2.1 Dispositivo teórico metodológico	46
2.2 Uma reflexão de língua no discurso da gramática	49
2.3 A normatização da língua: as regras gramaticais	51
2.4 A questão da incompletude da linguagem: os acréscimos gramaticais	54
<b>CAPÍTULO III - A FORMULAÇÃO DAS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS NAS GRAMÁTICAS DE JULIO RIBEIRO, SAID ALI E EVANILDO BECHARA</b>	63
3.1 A publicação da gramática de Julio Ribeiro no final do século XIX	64
3.1.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Julio Ribeiro	75
3.2 A publicação da gramática de Said Ali no início do século XX	83

3.2.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Said Ali	95
3.3 A publicação da gramática de Evanildo Bechara em meados do século XX	106
3.3.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Evanildo Bechara	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	127
<b>REFERÊNCIAS</b>	133

## APRESENTAÇÃO

Antes de apresentar a minha pesquisa, eu me proponho a falar do percurso desse processo; afinal, somos afetados pela nossa história. E este trabalho que desenvolvi no doutorado está atravessado por sentidos outros, de acontecimentos, de conflitos, de dor e de alegria, de desespero e de esperança. Acredito que não devemos apagar essa história que faz parte e é constitutiva das nossas reflexões, que passamos a contá-la de maneira sucinta.

O meu ingresso no doutorado causou-me muita alegria, mas também muita responsabilidade. Ao pensar o meu objeto de estudo levei em conta as minhas afinidades. E sempre gostei de gramática e de dicionário. Inicialmente, fiquei dividida entre os dois, mas logo optei pela gramática.

No início do curso foi tudo muito bom. As atividades se dividiam entre disciplinas, trabalhos, proficiência na primeira língua, só alegria. Aos poucos as dificuldades foram surgindo; a segunda língua: o francês, proficiência, porém as dificuldades começaram mesmo com as leituras da bibliografia em francês. Foi difícil, mas conseguimos. Hoje acho que a leitura é o melhor método de se aprender uma língua estrangeira.

Agosto de 2010, ida para Unicamp, a todo vapor. Cursamos francês, disciplinas, participamos de grupos, tudo muito bom. Em dezembro retornamos para Cáceres. Porém logo na segunda quinzena de janeiro de 2011 resolvemos voltar para Campinas a fim de “aproveitar melhor o tempo”. E realmente aproveitamos, fizemos várias leituras e algumas resenhas, mas infelizmente “no meio do caminho tinha uma escada, no meio do caminho tinha uma escada”. No dia 8 de fevereiro, no encerramento de um evento de que estávamos participando, no final da tarde, rolamos escada abaixo e isso teve como consequência o esmagamento do cotovelo esquerdo e duas fraturas na bacia.

A partir daí nossa história mudou: três meses de cadeira de roda, três cirurgias, fisioterapia todos os dias e o braço encolhido. Voltamos para Cáceres e a vida continuou, e as dores também. Graça de Deus, apesar de tudo que ocorreu conclui o meu trabalho, não como sonhamos, mas como foi possível realizá-lo.

Inicialmente as nossas leituras foram para conhecer a História das Ideias linguísticas, e nossas escutas deram-se mais em Auroux, que até então só conhecíamos de nome, pois o mestrado deu-se em outra área do conhecimento, o que dificultou um pouco mais. Com outras leituras sugeridas aos poucos fomos conseguindo ouvir para lá das evidências e ir compreendendo o funcionamento, a historicidade e as condições de produção das gramáticas para assim elaborar nossas questões.

Buscando compreender o discurso da gramática, analisando as condições de produção inscritas na constituição do que é dito nela e do lugar institucionalizado de onde se fala, visto ser um lugar que determina e regula os sentidos, analisamos, em particular, as formulações das regras e dos acréscimos gramaticais para perceber os efeitos de sentidos nelas produzidos.

Este trabalho me possibilitou perceber que os estudos da linguagem aqui no Brasil se dão de um modo muito particular, por meio do deslizamento da formulação das regras no corpo do texto para os acréscimos gramaticais. E isso se dá de várias formas, por meio de comentários, notas de rodapé e observações. Pode-se mesmo dizer que os acréscimos gramaticais, como transbordamento das regras, mostram como se dá o processo de gramatização num país de colonização portuguesa como o Brasil. Aqui também encontramos os “brasileirismos” na gramática, ou seja, o modo específico de o português brasileiro se posicionar na formulação de suas regras e acréscimos gramaticais.

## INTRODUÇÃO

Objetivamos, nesta tese, analisar discursivamente a formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara para compreender os efeitos de sentidos produzidos.

Sabemos que, historicamente, o aparecimento do saber gramatical em algumas sociedades ocorreu a partir de uma reflexão sobre a própria língua, como é o caso da Índia, da China ou da Grécia (ver Aurox 1992), todavia na maioria dos casos o que ocorreu foi o processo de transferência do conhecimento produzido em relação à outra língua, ou seja, deu-se pelo contato com outras tradições, como é o caso quando pensamos nos países de colonização, como o Brasil. O nosso interesse nesta tese é compreender essa transferência no processo da gramatização brasileira do português, tendo em vista as condições de produção desse processo. Buscamos compreender, especificamente, os efeitos de sentidos da formulação das regras, e dos textos marginais que estamos chamando de *acréscimos gramaticais* e se constituem das observações, das notas, das notas de rodapé, dos comentários e dos exemplos das gramáticas.

Queremos compreender o discurso da gramática e as condições de produção inscritas na constituição do que é dito nela e do lugar institucionalizado de onde se fala, visto ser um lugar que determina e regula os sentidos. Analisaremos especificamente as formulações das regras e dos acréscimos gramaticais em relação à colocação dos pronomes átonos e para desenvolver essas reflexões, constituímos o nosso arquivo com três gramáticas, a saber:

- a. *Grammatica Portugueza* por Julio Ribeiro, publicada em 1881 pela Typ. De Jorge Secker, Rua Direita, 15, São Paulo.
- b. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, (1924) por M. Said Ali, publicada pela Editora Proprietária Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
- c. *Moderna Gramática Portuguêsa* em sua 15<sup>a</sup> ed. Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira, curso médio, de Evanildo, Bechara, publicada pela Companhia Editora Nacional, São Paulo, ano 1969.

Reverendo a história da colonização portuguesa no Brasil, visualizamos um território onde existiam vários povos e várias línguas. Com a chegada do colonizador e de outros povos, vindos principalmente da África, vislumbra-se a variedade de falares que aqui se constituía.

No Brasil, no início da colonização no século XVI, a produção gramatical era voltada para as línguas indígenas. Houve uma mudança de foco com a proibição das línguas indígenas decretada pelo Marques de Pombal, em 1757, e a instituição do ensino do português nas escolas.

A publicação das primeiras gramáticas e dicionários de português falado no Brasil e por autores brasileiros deram início ao processo de Gramatização brasileira do português, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, publicada em 1881, se apresenta como um rompimento com a perspectiva filosófica que predominava na produção gramatical em Portugal. Segundo Orlandi (2003, p. 154) “ao fazer isso ele faz um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática. Por este gesto, está afirmando uma nossa origem, a que resulta de uma ruptura no processo de colonização”. Para Orlandi (2000, p.22) Julio Ribeiro:

se qualifica, na história da gramatização, como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira. Ele estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem estabelecer uma filiação de gramática brasileira. (...) O mecanismo de citação que faz dele a referência primeira. Ele é assim uma figura emblemática do processo de gramatização brasileira da língua nacional.

Os gramáticos brasileiros tiveram por base, para suas descrições, a tradição das gramáticas portuguesas e das gramáticas coloniais de línguas indígenas. O contato entre as línguas africanas, portuguesas e indígenas era considerado por esses autores como o responsável pelas particularidades da língua falada no Brasil.

A construção da unidade do Estado está estreitamente ligada à construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e de sua institucionalização – a fundação das Escolas e o estabelecimento dos programas de ensino. No século XIX, momento da ruptura com a filiação portuguesa e de estabelecimentos das bases para a produção das gramáticas

brasileiras, os gramáticos apresentam traços de identidade linguística nacional e buscam afirmara identidade de cidadão na sociedade brasileira.

Vemos assim despontando de forma consistente a importância do processo de gramatização da língua na formação da nação e da identidade do cidadão brasileiro. Isto é, o processo de gramatização no Brasil representa não apenas a instrumentalização tecnológica da língua por meio de dicionários e gramáticas, mas permite estudar o processo de construção do cidadão dessa nação que também vai se construindo, na articulação e na tensão entre a unidade e a diversidade.

A partir dessa compreensão, alguns questionamentos começaram a nos inquietar em relação ao texto gramatical e aos textos complementares como regras e acréscimos: Por que as regras funcionam como efeito de evidência nos textos das gramáticas? Em que condições de produção os gramáticos se utilizam de inúmeros acréscimos sob a forma de notas, observações, notas de rodapé e exemplos?

Para desenvolver essas reflexões nos inscrevemos no domínio da História das Ideias Linguísticas em articulação com a análise de discurso, para o qual a língua funciona em relação a sua exterioridade constitutiva.

Ao tomar a gramática como objeto das discussões, tendo em vista o seu caráter normatizador e a incompletude da língua (ORLANDI, 1999), nos propomos a analisar os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas selecionadas e compreender a constituição desses instrumentos linguísticos na constituição da língua nacional e na constituição da língua enquanto objeto de estudo da ciência da linguagem.

No texto gramatical, além dos conceitos e das regras que habitam o corpo dos compêndios, verificamos que os *acréscimos gramaticais*, no funcionamento do discurso, remetem a um já-dito que, segundo Orlandi (1999, p. 31) está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O já-dito, que volta como forma de pré-construído, é da ordem do científico/explicativo/descritivo.

Buscamos também compreender de que forma o discurso gramatical produz o imaginário de completude na relação entre o que é formulado no corpo das regras gramaticais e o que é “acrescido” em notas explicativas, notas de rodapé, observações e exemplos.

Para compreender o que significa formular, buscamos resposta em Orlandi (2001, p. 9):

Formular é dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos. Sujeitos e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Assim entendemos a afirmação de que há um confronto do simbólico com o político.

Procurando respostas para as indagações aqui formuladas expomos os caminhos percorridos na forma dos capítulos que compõem este trabalho:

No capítulo I, apresentamos um panorama sobre o processo de gramatização das línguas, com o objetivo de mostrar um percurso desse processo na história ocidental, a partir da invenção da escrita, o surgimento da gramática grega na Antiguidade e da difusão massiva da gramática greco-latina no Renascimento, que se tornou um modelo para a descrição de todas as línguas do mundo, inclusive para a língua do Brasil.

No capítulo II, procuramos compreender o imaginário da língua, da língua nacional, e a sua relação com os mecanismos de identificação dos sujeitos nacionais, bem como compreender como se constituem as regras e os acréscimos nas gramáticas selecionadas.

No capítulo III analisaremos discursivamente algumas regras objetivando mostrar que gramática é essa e como se constituem nela as regras e os acréscimos gramaticais, de modo geral, e de modo específico, as regras e os acréscimos gramaticais em relação à colocação dos pronomes átonos. Escolhemos três momentos distintos: no final do século XIX, a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro (1881); no início do século XX a *Gramática Secundária da Língua Portugueza*, de Manuel Said Ali (1924) e em meados do século XX, a *Moderna Gramática* de Evanildo Bechara (1969).

Nas considerações finais apresentamos as reflexões sobre perguntas tão inquietantes que formulamos no início deste trabalho. Sabemos que pela riqueza e incompletude da língua outras perguntas surgirão com nossas reflexões, que poderão ser abordadas (já que nunca serão supridas! Dada a incompletude...) com novas pesquisas sobre o tema proposto.

# CAPÍTULO I

## A GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS

Neste capítulo apresentamos um panorama histórico sobre o surgimento das primeiras gramáticas, com o objetivo de mostrar o percurso da gramatização das línguas no Ocidente, a partir da invenção da escrita, o surgimento da gramática grega na Antiguidade e da difusão massiva da gramática greco-latina no Renascimento, que se tornou um modelo para a descrição de todas as línguas do mundo e para o processo de gramatização brasileira. Com este estudo pretendemos pensar o processo de gramatização na Europa e em outras regiões como um processo comum, mas ao mesmo tempo com particularidades, diferenças, segundo as condições de produção em que tal processo se operou. No que diz respeito ao Brasil, país de colonização portuguesa, focalizamos na historicidade desse processo que esteve centrado, inicialmente, nas línguas indígenas e, em um segundo período, no português.

### 1.1 O processo de gramatização das línguas

Qual o significado de uma língua ser gramatizada? Como afirma Auroux (1992), podemos dizer de modo limitado que, ao aprendermos a falar ou a ler uma língua apenas com o auxílio dos instrumentos linguísticos, temos uma língua gramatizada.

O nosso interesse neste espaço de reflexão pauta-se no estudo da gramática como instrumento linguístico, tecnológico, no sentido que dá Auroux ao conceito de gramatização (1992, p. 65), como: “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Inicialmente, vamos discutir os estudos desenvolvidos por Auroux (1992), (1998), Guimarães e Orlandi (1996), Nunes (1996, 2006) e Orlandi (2001, 2002) e

Rodriguez Alcalá (2011) sobre a gramatização das línguas europeias e da língua portuguesa do Brasil.

Auroux (1992) apresenta um estudo mostrando o modo de constituição histórica dos saberes sobre a linguagem no mundo ocidental, destacando pontos que são considerados os marcos fundamentais: o aparecimento da escrita em finais do terceiro milênio antes de nossa era e o processo de gramatização massiva das línguas no mundo operado a partir do Renascimento europeu. O filósofo considera que este processo constitui uma das grandes revoluções tecnológicas, comparada à Revolução Industrial do século XIX.

Sobre a concepção tecnológica de gramatização, Rodriguez Alcalá (2011, p 199) afirma:

É importante destacar a concepção *tecnológica* de gramática e de dicionário aí esboçada e suas consequências para a definição tanto de língua como de conhecimento linguístico. A gramática não é, dessa perspectiva, a descrição de um objeto real bem delimitado que existiria enquanto tal no mundo, de uma capacidade que estaria homogeneamente distribuída em todos os locutores de uma língua, mas de um corpo de regras e de formas que não aparecem juntas em um mesmo locutor e que nunca abrangerão o conjunto de manifestações concretas dessa língua (algo que é ainda mais evidente no caso do dicionário); “a gramática e o dicionário são *instrumentos* que estendem a capacidade linguística do locutor, do mesmo modo que um martelo estende a capacidade do braço (AUROUX 1992a, 1998)”.

No domínio da História das Ideias Linguísticas, a gramática e o dicionário são concebidos como instrumentos linguísticos com a função de ampliar a capacidade linguística dos sujeitos de linguagem, permitindo o acesso a um corpo de regras e de formas que não atuam juntos na competência de um mesmo locutor.

O processo de gramatização massiva de todas as línguas do mundo, de acordo com Auroux, *mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta* (p. 8).

O filósofo (1992, p. 35), em relação ao surgimento desse processo, diz:

Vamos nos dar o longo prazo da história e considerarmos globalmente o desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o final do século XIX, No curso desses treze séculos de história vemos o desenrolar

de um processo único em seu gênero: a gramatização massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo.

Ao sustentar a tese da Gramatização, o autor afirma que “O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina” (*ibidem*, p.8). Desse modo, ao tratar do nascimento das metalinguagens, procura construir respostas possíveis a duas questões: “Sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico? Como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem”? (*ibidem*, p. 13).

A partir dos estudos de Rey-Debove (1978) e Aurox (1979), o filósofo postula que *o saber linguístico é múltiplo e inicia de forma natural na consciência do falante. É epilinguístico, não colocado por si na representação antes de ser metalinguístico, ou seja, é representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda da metalinguagem. “O saber metalinguístico se constitui o centro do estudo dessa obra e é determinado por três tipos de domínio: o da enunciação; o das línguas e o da escrita” (Ibidem, 1992, p.17). Esses domínios dão lugar à constituição de técnicas e formação de competências específicas, ou seja, a formação de um sistema de signos executáveis.*

Aurox (1992) assinala que o processo de surgimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, que se trata de uma representação metalinguística que propicia o aparecimento de um dos primeiros *ofícios da linguagem* na história da humanidade, tornando-se um marco histórico da revolução tecnológica da gramatização. Vale ressaltar que, para Aurox, sem a tradição gramatical latina, simplesmente não haveria hoje a linguística em seu duplo sentido: formação discursiva de caráter científico e aplicação a objetos empíricos. Aurox (*ibidem*) desenvolve, ainda, uma discussão sobre as causas da gramatização: uma relacionada a interesses “práticos”, ou seja, à necessidade de uma aprendizagem de uma língua estrangeira e, a outra, à política de uma língua dada.

Essas necessidades “práticas” podem ser assim relacionadas: acesso a uma língua de administração, a um *corpus* de textos sagrados e a uma língua de cultura: relações comerciais e políticas; implantação/exportação de uma doutrina religiosa e colonização. Já as relacionadas à política de uma língua dada, reduzem-se a dois interesses: organizar e

regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno e externo (*ibidem*. p.47).

Em um período bastante longo, começando no século V d.C. até o século XIX, Auroux (1992, p. 35) observou que

O desenrolar de um processo único em seu gênero: a *gramatização* massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial, (greco-latina), das línguas do mundo. Esta gramatização constitui - depois do advento da escrita no terceiro milênio antes de nossa era - a segunda revolução técnico-linguística.

Dessa forma, o processo de gramatização é um fenômeno que modificou a comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade, pois a norma escrita fixada e veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, suscita novas associações semânticas e reinterpretações morfológicas das unidades.

## **1.2 O processo de gramatização no Brasil**

Compartilhamos com Auroux (1992) que o processo de gramatização aqui apresentado é de conformidade com uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Considerando que o Brasil é um país de colonização portuguesa, vamos observar como se dá nele o processo de gramatização.

Conforme Nunes (1996), a elaboração de instrumentos gramaticais para as línguas indígenas, no primeiro período da reflexão linguística no Brasil, resultou de um movimento de transferência do modelo europeu. Essa elaboração fez parte desse processo generalizado de gramatização das línguas a partir do latim, em direção a outras línguas. Tal processo de transferência, segundo Auroux (1992), pode-se dar de dois modos: endo-transferência e exo-transferência. No primeiro, os sujeitos que efetuam a transferência são locutores nativos da língua-alvo, e no segundo, os sujeitos que efetuam a transferência não são locutores da língua alvo. No século XVI, o Brasil era uma colônia portuguesa de exploração, e cabia a Portugal determinar o tipo de propriedade, a forma de produção, os

tipos de produtos, e manter o controle total sobre a produção, o que tornava a sociedade colonial totalmente dominada e dependente.

Considerando o predomínio das línguas dos índios, a questão da língua é colocada inicialmente com o propósito de evangelização, e a primeira iniciativa de análise linguística foi a gramatização de uma língua indígena, a partir da primeira gramática, *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, publicada por José de Anchieta em 1595, e que serviu como instrumento de comunicação com os índios e de catequese.

Durante os primeiros anos da colonização do Brasil, o português era falado especialmente pelos letrados, pelos senhores de engenho e poucos funcionários, no entanto havia a supremacia da língua dos índios, de uma, a “língua geral” falada pela maior parte da população. Como havia forte predominância de Índios e Negros ao lado da população europeia, foi se tornando difícil a caracterização de uma língua que distinguisse o português de origem. Segundo Orlandi e Guimarães (2008, p.23), “Esta indistinção- que português se fala? É o primeiro índice de historicização do português do Brasil”. Em 1757, o Marquês de Pombal publica um decreto proibindo o ensino e o uso das línguas indígenas no Brasil e exigindo o uso exclusivo do português, “língua do Príncipe”. Com esse ato, ocorre o deslocamento do foco da reflexão linguística para o português, dando início ao processo de gramatização brasileira, que se desencadearia na segunda metade do século XIX, com a publicação da gramática *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, em 1881, e de dicionários do português do Brasil. Essas publicações pioneiras fundam no país uma memória do conhecimento científico sobre a língua que se falava no Brasil, como forma de legitimá-la e de reafirmá-la como unidade de um Estado nacional independente de Portugal.

Orlandi e Guimarães (2001) realizam um estudo sobre o processo de gramatização no Brasil e distinguem nele quatro momentos.

O **primeiro momento** vai do início da colonização até a expulsão dos holandeses, em 1654. Com o início da colonização do Brasil, começam a aparecer as primeiras modificações na língua portuguesa, no contexto do contato entre colonos portugueses, índios e africanos. O português era falado em *um novo espaço-tempo*. Apesar de ser a “mesma” língua da metrópole, poucas pessoas falavam o português, e o que se sobressaía era a língua dos índios, a língua geral. O recurso utilizado pelo colonizador foi o ensino do português nas escolas e a publicação dos documentos oficiais também em língua

portuguesa, fato que já a oficializava como língua de Estado; no entanto, podemos dizer que o que realmente caracteriza esse momento é a ausência de estudos da língua portuguesa, realizados no Brasil.

O **segundo momento** vai de 1654 a 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nesse momento, ampliam-se as relações de comunicação no Brasil por meio da diversidade da população: portugueses, negros e índios. Segundo Orlandi e Guimarães (2001, p, 22),

Com a expulsão dos holandeses, os portugueses tomaram efetivamente posse do território e com o crescimento de sua ação colonizadora o número dos portugueses no Brasil cresce, aumentando ao mesmo tempo o número dos que falavam o português. A relação entre o português, língua da colonização, e as diferentes línguas faladas no Brasil é então modificada.

Essa modificação se dá, principalmente, pelo aumento do fluxo de portugueses que se fixavam em terras brasileiras, bem como a instalação da escravidão no Brasil que, com o aumento significativo de negros vindos da África, vai formando o contato de diferentes línguas, ampliadas à diversidade de falares provindos das regiões de Portugal. Esse acontecimento provoca mudanças significativas no português falado no Brasil, e também afeta significativamente o uso da língua geral. Sobre essas diferentes línguas e culturas Orlandi (2008, p. 82), diz:

O “choque cultural” não acontece casualmente, ele é produzido. Nossas estranhezas e familiaridades resultam de processos histórico-sociais claramente inscritos em nossas instituições, sejam elas científicas, políticas ou religiosas.

As mesmas dificuldades apresentadas na caracterização populacional, também aparecem na distinção da língua que se fala: – *Que português se fala?* Como já foi dito, vários fatores contribuíram para essa dificuldade, dentre eles, podemos destacar a posição de Sebastião José de Carvalho e Melo, o *Marquês de Pombal* que, no cargo de ministro, promoveu muitas reformas e conquistou um grande número de adversários políticos entre a nobreza, o clero e os oficiais. Por seu intermédio, a ação do Estado se faz significar, proibindo o ensino da língua indígena nas escolas dos jesuítas, no Brasil, tornando dessa forma obrigatório o ensino do português. Esse fato foi significativo na definição da língua

e, dessa forma, a língua da colônia, *neste novo espaço-tempo, é a uma só vez a língua do Estado e a língua dominante* (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 23).

O **terceiro momento** começa em 1808, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, e vai até 1826. A transferência da sede da Corte portuguesa para o Brasil transfere também a sede do governo do Império português para o Brasil, na mesma data em que a língua portuguesa é oficialmente formulada como língua nacional no Brasil. Esse fato é importante porque produz um efeito de unidade do português no Brasil. Outro fato importante desse momento é a criação oficial da imprensa brasileira no Rio de Janeiro. Até então as tentativas de funcionamento de tipografias eram barradas pelas autoridades portuguesas, pois a impressão das letras não era permitida por Portugal. Proibia-se toda e qualquer atividade de imprensa como publicação de jornais, livros ou panfletos, mas, com a sede da Corte no Brasil, dá-se acesso a essa atividade, que era condição peculiar da América Portuguesa, embora nas demais colônias europeias a imprensa se fazia presente desde o século XVI. A fundação da Biblioteca Nacional e a criação da Imprensa, juntamente com a mudança do governo português para o Brasil, aproximam rei e povo com uma só língua, produzindo desse modo *o efeito de unidade do português no Brasil*.

O **quarto momento** começa em 1826, ano em que, por meio da proposta de um deputado, os diplomas dos médicos passam a ser redigidos em língua brasileira, e os professores devem ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. Assim, com a lei estabelecida pelo governo, que promove a obrigatoriedade da utilização da gramática da língua nacional, adota-se a nomeação oficial de língua nacional, fato que cria uma situação de comodidade para a não nomeação oficial da língua, nem portuguesa nem brasileira. Na verdade, o que se apresenta é que o principal objetivo desse momento é a significação da língua em sua relação com a nação, ou seja, a língua enquanto marca de nacionalidade, fato que dá visibilidade à diferença entre o português de Portugal e o português do Brasil. Para Orlandi e Guimarães (2001, p. 24) “A questão da língua nacional está ligada ao processo de gramatização brasileira do português que é colocado em curso a partir da segunda metade do século XIX”.

No século XIX, a gramatização brasileira desempenha um papel fundamental na constituição do Estado brasileiro, devido à importância e significação da língua na composição da nação, surgindo, assim, a imagem de uma língua homogênea, bem como o

discurso da norma única como características das gramáticas de língua portuguesa no Brasil. Para Orlandi e Guimarães (2008, p. 34), “o português brasileiro não se limita à ‘contextualização’(efeito pragmático) do português de Portugal, (tendo este uma literalidade original) no Brasil. O português brasileiro é uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal”. Podemos dizer que a historicização aqui tratada refere-se à intervenção nos modos da reorganização do saber, ou seja, o modo de significar nesse novo espaço-tempo, pois *a forma histórica dos sujeitos e da sociedade se define nas relações entre Língua, Ciência e Política* (ibidem, p.35).

Ao longo do século XIX, trabalhos importantes para o processo de gramatização, anteriores e posteriores à gramática de Julio Ribeiro foram publicados no Brasil, os quais passamos a apresentar: *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva 1789 e 1813, *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Frei J. do Amor Divino Caneca, 1817, Salvador; *Compendio de Grammatica Portugueza*, de Antonio da Costa Duarte, 1829, Maranhão; *Compendio da Grammatica da Língua Nacional*, de Antonio Álvares Pereira Coruja, 1835, Porto Alegre; *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Salvador Henrique de Albuquerque, 1844, Recife; *Compendio de Grammatica Port. pelo methodo analytico*, de José Alexandre Passos, 1848, Rio de Janeiro; *Compendio de Grammatica Portugueza*, de Policarpo José Dias da Cruz, 1859, Rio de Janeiro. Manoel Soares da Silva Bezerra. *Compendio de Grammatica Philosophica*, 1861, Ceará. Francisco Sotero dos Reis. *Grammatica Portugueza*, 1865, Maranhão; *Nova Grammatica Analytica da Língua Portugueza*, de Charles Adrien Oliver Grivet, 1865, Rio de Janeiro; *Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza*, de Laurindo José da Silva Rabelo, 1872, Rio de Janeiro; *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva, 1875, Maranhão; *Princípios de Grammatica Histórica e Comparada*, de Estevão da Costa e Cunha, 1883; e *Grammatica da Língua*, de Pacheco da Silva Jr. 1887, Rio de Janeiro (DORÁSIO, 2011).

No final do século XIX, ocorre no Brasil um crescente aumento de trabalhos brasileiros que objetivavam a garantia de um lugar preciso em sua vida intelectual e então ocorre uma mudança na direção do estudo da gramática e os gramáticos vão produzindo um novo conhecimento de língua, no entanto, destaca-se que a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro ocupa o lugar fundador da gramática no Brasil.

### **1.3 Sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil em articulação com a Análise de Discurso**

O Programa História das Ideias Linguísticas corporificou-se a partir do conhecimento produzido por meio de projetos desenvolvidos a partir da década de 1980, reunindo pesquisadores que têm interesse no estudo da história dos estudos da linguagem. Este programa acolhe universidades da França e universidades do Brasil, como a UNICAMP e a USP. Guimarães e Orlandi (1996) acreditam que o trabalho da HIL envolve não apenas a questão da língua e dos instrumentos tecnológicos que lhe são ligados, mas a história do povo que a fala. Como a constituição das ideias linguísticas está ligada de forma que não se desloca das práticas humanas, não se pode determinar um método de estudo histórico dessas ideias que não considere essas práticas humanas.

Podemos dizer que o fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa, que depois se tornou independente no início do século XIX, é um dado constitutivo do pensamento sobre a linguagem no Brasil. Assim, no Brasil abre-se a possibilidade de identificar além do prestígio das ideias europeias na produção do conhecimento linguístico brasileiro, a construção de um lugar próprio na história das ciências. O objetivo geral da HIL é o conhecimento sistemático da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição de um saber sobre ela. Como o nosso trabalho se insere nesse domínio disciplinar, em articulação com a Análise de Discurso, nos propomos a mostrar como se dá essa relação, considerando que a questão principal dessa conjunção é a análise da relação do conhecimento linguístico com a exterioridade, isto é, com o político. Para tanto vamos focalizar a gramática no Brasil na segunda metade do século XIX e no século XX.

Mesmo a Análise de Discurso não estando diretamente relacionada à História das Ideias Linguísticas, ela *dá apoio metodológico que alarga nossa capacidade de compreensão, já que nos permite pôr em relação diferentes ordens de discurso: a do saber “sobre” a língua e a do saber “a” língua* (ORLANDI, 2002, p. 124).

Conforme Nunes (2008), é justamente essa visão histórica da ciência um dos pontos de articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Tanto a Análise de Discurso quanto a História das Ideias Linguísticas têm seus métodos

específicos, e é a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, que temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção.

Ao tratar das Ciências da Linguagem (Auroux 1992), afirma que a origem de uma tradição é um processo temporal de longo intervalo e pode ocorrer de forma espontânea ou por transferência. Ocorreu de modo *espontâneo*, na Índia, na China e na Grécia, porém, outras vezes ocorre de modo profundamente marcado pelo contato com outras tradições, como no caso da Europa e dos países de colonização, nos quais houve uma *transferência* tecnológica, como por exemplo, as descrições das línguas ameríndias com base na gramática latina.

As ciências da linguagem abrangem uma variedade de conhecimento sobre a língua(gem), bem como o seu modo de aparecimento no tempo e no espaço. Do encontro desses dois campos do saber, um leque de possibilidades de pesquisas se abre ao analista-historiador (NUNES, 2008). Os objetos de estudos, as gramáticas, os dicionários, os manuais, dentre outros são vistos como parte da relação com a sociedade e a história. Isso significa que ao olharmos para o nosso arquivo constituído de três gramáticas brasileiras de períodos diferentes, temos que considerar a sua exterioridade constitutiva, ou seja, as suas condições de produção específicas.

Podemos dizer que a Análise de Discurso, na posição de entremeio com a História das Ideias Linguísticas, traz consequências para a leitura e o ensino e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Vejamos o posicionamento de Nunes (2002, p, 110) que diz:

Visto que a AD se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela traz uma contribuição considerável para o estudo da história das ideias linguísticas tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna.

Dessa forma podemos perceber que em uma visão discursiva temas tratados na História das ideias Linguísticas são vistos sob a ótica da AD.

Segundo Orlandi (2002, p. 194), *historicamente, o ensino de português, língua nacional, está ligado à gramática. A gramática é, pois, a forma dominante de estudos da língua na escola.* No entanto, como a gramática é conservadora, não produz uma nova visão no ensino da língua, mas se busca conhecer o funcionamento de um saber sobre a língua, relacionando sujeito e sociedade, ou seja, na perspectiva discursiva, “o sujeito ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (*ibidem*, p. 21). Comparando o que ocorreu no século XVI na Europa, o processo de gramatização brasileira, no século XIX, tem correspondência com a formação da nação e da língua nacional.

O recorte colocação do pronome átono foi motivado pela leitura do texto de Orlandi (2009), principalmente no sentido de mostrar as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal, ou seja, próclise no Brasil e ênclise em Portugal, sendo essa uma das diferenças mais marcantes entre o que diz a regra, comparado ao uso do pronome no português do Brasil.

#### **1.4 O processo de legitimação da língua no Brasil**

Orlandi (2002), sobre a relação entre Gramática, Filologia e Linguística, reflete sobre a gramática e o dicionário, a passagem da gramática para a linguística, a diferença entre o modo normativo e o científico, o expositivo e o histórico, bem como a passagem deste para a descrição, e também apresenta o que é próprio da linguística e a relação do conhecimento linguístico com o ensino.

Conforme Orlandi (*ibidem*), a Independência e a República têm grande importância no processo de gramatização e para os autores de gramáticas no século XX, estes já não são vistos apenas reprodutores de um saber linguístico português, mas interferem no processo de legitimidade social e nacional de nossa língua, ou seja, surge a posição-autor *gramático brasileiro*, que produz um conhecimento legítimo da língua.

Na metade do século XX, o Estado brasileiro já tem definidas as diferenças linguísticas com suas políticas em relação a Portugal, o que faz surgir um número considerável de gramáticas. Essa profusão de gramáticas desencadeará a intervenção do

governo com a publicação do decreto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Com esse decreto impõe-se uma homogeneidade terminológica, buscando apagar a materialidade da função-autor brasileira, de modo a cristalizar a gramática, isto é, de reduzi-la a uma nomenclatura fixa, submetendo o trabalho do gramático às normas do Estado.

Essa imposição da NGB dá prestígio científico à Linguística perante a Gramática, obtendo-se como resultado: de um lado, a gramática institucionaliza uma terminologia uniforme em conformidade com a língua nacional, oficial que serve como política de língua e, de outro lado, o linguista elabora uma metalinguagem com fins explícitos de reflexão, estabelecendo um olhar teórico em relação aos fatos da língua.

A autora (*ibidem*) apresenta fatos que marcaram a organização do saber como a Filologia e a Linguística, que tiveram papel preponderante na organização desse saber. No ensino universitário brasileiro, em São Paulo, a Linguística teve sua origem ligada à Filologia Românica, enquanto a Filologia Portuguesa acolhia os estudos de gramática da Língua Portuguesa. No relato do percurso histórico da Filologia Românica e da Filologia Portuguesa, a autora mostra que a Filologia desempenha um papel mediador e contraditório, no entanto, é ela que dá sustentação teórica para a inscrição da gramática da língua portuguesa nas disciplinas universitárias.

Orlandi (2002) deixa claro que, ao se considerar a gramática como instrumento linguístico, não se ressalta mais a simples utilização da gramática no ensino, não se fala mais de função da gramática, mas do funcionamento da produção de um saber sobre a língua na sua relação como o sujeito e a sociedade na história. E o linguista, ao falar sobre um saber científico, considera-o uma padronização da língua.

Ao tratar do tema preconceito, a autora (*ibidem*) diz que ele surge na hierarquização das funções, atribuições de valores e não nas regras e normas, tendo em vista que as sociedades com suas instituições são regidas por normas. Para a autora, na diferença entre uma unidade imaginária de língua e uma diversidade real entre os sujeitos de uma sociedade existe uma hierarquização pela maneira como as diferenças são significadas em um imaginário social.

A autora ainda tece comentários sobre a Faculdade (ensino superior) e os estudos secundários (ensino médio) e mostra a relação da universidade com o ensino de língua, em uma relação oscilante contínua, com imprecisão pedagógica que vai da erudição,

arte, capacidade de instrumentação da vida intelectual à valorização do espírito ou à normatização do uso social ou ainda da afirmação de uma nacionalidade, mencionando o equívoco que trabalha a relação com a língua e com o saber metalinguístico representado aqui pela relação contraditória entre Gramática, Filologia e Linguística.

Nessa direção, nos inserimos nessas discussões para pensar especificamente a instituição da norma, pela formulação das regras, nas condições de produção específicas da gramatização brasileira do português, da legitimação de uma língua diferente da língua de Portugal. Para os gramáticos brasileiros a norma é a mesma de Portugal ou é outra? Como a norma dessa língua, por essas regras, é legitimada e validada? Como a formulação da regra intervém nesse processo de legitimação?

Como se pôde ver neste trajeto histórico aqui desenvolvido, o processo de produção de gramáticas coloca em jogo a fixação da norma, pela formulação de regras, isso, de certo modo, vai produzir um imaginário de homogeneidade e de “completude” da língua, ou seja, a ilusão de que a gramática coincide com a língua.

Segundo Dias (2000 p. 21-22),

A gramática apresenta uma dimensão orgânica porque é um corpo de conhecimentos sobre a língua que aspira à completude. Ela abre mão do detalhamento e do aprofundamento específicos da abordagem linguística em benefício de uma visão integral da língua. No entanto, a elaboração de uma gramática se dá sob o eixo de uma perspectiva teórica definida. É a partir dessa perspectiva teórica definida que se configura essa dimensão orgânica da gramática. Ela adquire uma visibilidade justamente pelo fato de produzir um suporte teórico definido, muitas vezes implícito, mas sempre buscando uma completude.

Nessa visão natural da gramática que aspira à completude da língua, encontramos os acréscimos que mostram exatamente a característica fundamental da linguagem, que é a incompletude.

## 1.5 Objeto de estudo: a formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas brasileiras

O objeto escolhido como eixo condutor desta pesquisa configurou-se, inicialmente, a partir da observação da constituição textual da gramática. Segundo Orlandi (2001), os instrumentos linguísticos são *objetos históricos*, que interferem nas relações sociais. Sua transferência deve ser pensada junto ao imaginário que lhes é indissociável e aos efeitos políticos que produzem, fato que contribui para que se apresente como um conhecimento sedimentado. Além dos enunciados que prescrevem as regras da língua, o que nos chamou a atenção nessa textualidade foram os textos marginais que se apresentam entre a formulação das regras, ora em forma de observações, ora, como notas e/ou notas de rodapé, e que muitas vezes, põem em conflito as próprias regras, pois as tensões se deslocam e o sentido é sempre outro.

Orlandi (2008, p. 121), ao referir-se ao prefácio e às notas, diz: *Nós o consideramos como o sintoma, os traços, de um deslocamento das condições de produção do texto.*

Desse modo, as notas, notas de rodapé e as observações que se encontram nos textos que estamos chamando de acréscimos gramaticais, aparentemente **alteram** os sentidos autorizados e/ou reconhecidos das gramáticas, pois, ao mesmo tempo em que confirmam a regra, trazem opções de modificá-las por outros modos de realização. Como diz Orlandi (2008, p. 88), *há vários modos de produzir a língua imaginária, há várias consequências que dela decorrem.* Esses modos da língua imaginária<sup>1</sup> nos fizeram optar pela textualização da linguagem da gramática, para analisar o funcionamento discursivo dos efeitos de sentidos da formulação das regras e desses acréscimos.

Segundo Aurox (1992, p.66), *uma gramática contém uma categorização das unidades, exemplos e regras mais ou menos explícitas para construírem enunciados,* sendo que essas regras podem ser encaradas como prescrições. Aurox (*ibidem*) ainda diz

---

<sup>1</sup>Língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas. (Orlandi, 2008, p. 18).

que os paradigmas são rigorosamente equivalentes a um conjunto de regras e podem por si sós terem a função de gramática. A gramática, enquanto instrumento linguístico tem a função de prolongar a fala natural, através da formulação de regras e de formas, que não constam na competência de um mesmo locutor. Em relação à textualização das gramáticas, passamos a indagar sobre os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos: como as regras são formuladas? Que sentidos outros a gramática provoca além dos sentidos normativos, quando, ao se constituir de regras extensivas, busca ainda complementá-las com notas adesivas, distribuindo-as espacialmente no corpo gramatical? Em que condições de produção os gramáticos se utilizam de inúmeros acréscimos sob a forma de notas, observações e notas de rodapé, quando as regras definem leis e princípios da língua? Há um sentido novo a ser atribuído nos textos já conhecidos? Ou ainda, há uma relação parafrástica entre os *acrécimos gramaticais* que compõem a espacialidade do texto gramatical? Como se dá a formulação das regras e os acréscimos e que efeitos produzem?

Ao tomar a gramática como objeto de estudo, tendo em vista o seu caráter normatizador e de incompletude da língua (ORLANDI, 1999), nos propomos nesta pesquisa desenvolver um estudo histórico-discursivo da formulação das regras e os acréscimos gramaticais que aparecem na espacialidade do texto gramatical, e que se, por um lado, se apresentam como tendo o mesmo sentido, discursivamente podem nos reservar surpresas pelo modo como são produzidas.

Assim, pretendemos refletir sobre a construção da gramática não apenas descrevendo-a, mas buscando compreender como se dá o funcionamento dos enunciados constituídos que formulam as regras e os acréscimos. Na memória discursiva na qual se constitui o discurso sobre a gramática é fundamental o sentido das regras e dos textos complementares para observar o jogo discursivo entre eles, tendo em vista que na textualidade, que sustenta a direção argumentativa dessa relação, a língua ocupa o espaço de articulação entre esses dois objetos.

A priori, observamos no texto gramatical que, além dos conceitos e das regras tradicionais que habitam o corpo dos compêndios, as *notas*<sup>2</sup>, aparecem com raridade; *as*

---

<sup>2</sup>Notas são um sinal ou comentário feito à margem de um trecho escrito, ou como editoração, comentário, explicação ou aditamento à parte do texto de uma obra. Houaiss (2001).

notas de rodapé<sup>3</sup> aparecem com mais frequência, e as observações<sup>4</sup> aparecem em abundância, para tentar esclarecer fatos da língua, que fogem às ditas regras uniformes.

Em relação à espacialização, as notas aparecem no meio do texto e as observações se confundem com o texto, constituindo, na maior parte das ocorrências, um mosaico de leituras, que dificulta o marco divisor entre elas. Já as notas de rodapé são facilmente identificáveis pelo lugar que ocupam no final da página.

Apresentamos a seguir (Figura 1) um exemplo onde ocorre esse mosaico de leituras na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara:

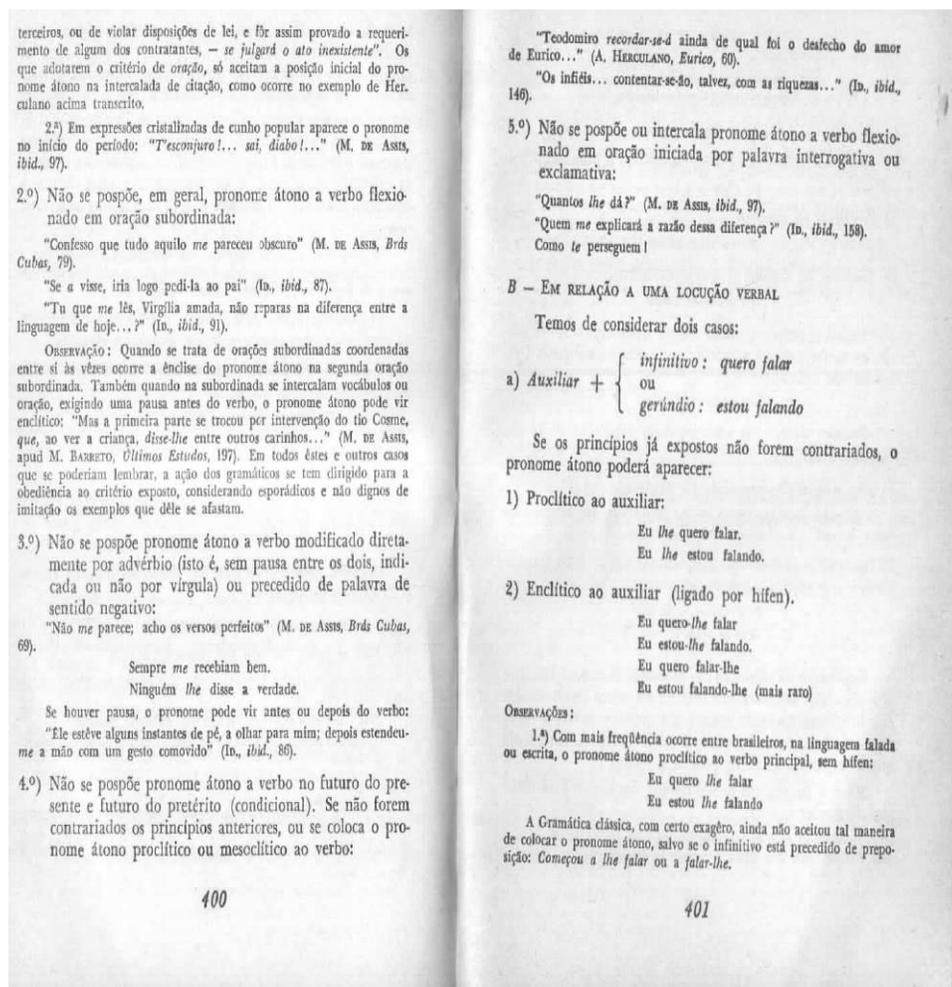


Figura 1: exemplo de ocorrência de mosaico de leituras na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara

<sup>3</sup> Parte inferior de uma página impressa, artigo, crônica, folhetim, etc., de jornal ou revista, publicado no rodapé da folha e geralmente, separado do resto do texto por um filete horizontal Houaiss (idem).

<sup>4</sup> São advertências por escrito; nota, exame, análise Houaiss (*ibidem*).

Os *acréscimos gramaticais*, no funcionamento do discurso, remetem a um já-dito que, segundo Orlandi (1999, p. 31) está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O já-dito, que volta como forma de pré-construído, é da ordem do científico/explicativo/descritivo. Desse modo, podemos dizer que os acréscimos funcionam como atos ou efeitos de observar a conformação de uma regra, de uma lei, de um regulamento, e também como comentário crítico, podendo apontar falhas ou advertência no texto.

Passamos agora a refletir sobre a instituição da norma através da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas brasileiras, conforme arquivo selecionado:

Para Orlandi (2002, p. 157), “ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical.” Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Orlandi, podemos dizer que Julio Ribeiro assume o lugar de autoria “como um lugar de responsabilidade como intelectual e de uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil”. (*ibidem*). Todavia, a *Grammatica Portugueza* (1881), de Julio Ribeiro foi escolhida por ser considerada a primeira gramática produzida no Brasil que busca romper com a tradição de Portugal, pois para Orlandi (2009, p. 154) “ao fazer isso ele faz um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática”.

A escolha da *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1924), de Said Ali, se deu pelo fato de o autor fazer um deslocamento do objeto da *língua nacional* para a *língua* objeto de estudos da linguagem no Brasil, por ser um gramático cuja autoria se faz já numa história brasileira de gramática, ou seja, enuncia de uma posição de autoria brasileira que foi constituída pelos gramáticos no final do século XIX, e início do século XX. (GUIMARÃES 2004). Outro fator que motivou essa escolha é que essa gramática, sendo formulada com a concepção de uma gramática descritiva, não ocupa esse lugar, pois apresenta um padrão de linguagem a ser seguido. Sua gramática é consultada e referida como autoridade e exemplo. Segundo Orlandi (2002), Said Ali estuda os fatos da língua à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.

A escolha da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara deu-se pelo seu objetivo exposto no prefácio de sua gramática :“Ao escrever a *Moderna*

*Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país”, ou seja, pretendemos verificar os efeitos de sentidos da formulação das regras e dos acréscimos referentes à colocação dos pronomes átonos em sua gramática. Temos ainda a considerar a sua filiação à NGB.

Esclarecemos que analisaremos a 15ª edição, ano 1969. Bechara teve sua 1ª edição publicada em 1961. Destacamos que o gramático, em 1999, sintonizado com as mudanças linguísticas ousou fazer outra gramática, mantendo o mesmo título, mas tendo posicionamentos contrários ao que tinha dito nas edições anteriores. Inicialmente faremos uma descrição das partes gerais das gramáticas selecionadas, para depois passar à análise proposta. Destacamos que nesse recorte, em Julio Ribeiro, só encontramos como acréscimo, as notas de rodapé. Na gramática Secundária de Said Ali encontramos apenas observações e na gramática de Bechara encontramos todos os tipos de acréscimos.

## CAPÍTULO II

### AS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS GRAMATICAIS NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA E DISCURSIVA

A leitura que efetuamos das regras gramaticais distingue-se da simples consulta para o “bem falar e o bem escrever”, e deu-se a partir dos procedimentos de formulação das regras e dos acréscimos gramaticais, tendo em vista as condições particulares da gramatização no Brasil. A partir da análise das gramáticas selecionados, procuramos compreender o imaginário da língua, da língua nacional, e a sua relação com os mecanismos de identificação dos sujeitos nacionais. Segundo Auroux (1992, p. 26), *o que chamamos de gramática e que foi durante dois milênios uma das formas de saber linguístico dos mais trabalhados no Ocidente, repousa sobre o recorte da cadeia falada (ou escrita, na maior parte dos casos)*. Sabemos, entretanto, que a norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, suscita novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades.

Para Orlandi (2002, p.17):

Pensando pois a gramática como objeto histórico, como artefato pedagógico, podemos nos questionar sobre o modo como ela inscreve o sujeito na vida social, em relações pelas quais ele se identifica com ‘seu grupo social’, como sujeito de um Estado, de um país, de uma nação.

Nessa perspectiva, para compreender como se constituem as regras e os acréscimos de uma gramática, perguntamos: como o sujeito se coloca em relação à língua no Brasil, considerando as condições específicas de gramatização? Que tipo de “incompletude” se procura “preencher” nas gramáticas brasileiras? Tem ela relação com a tensão entre a língua – a norma – de Portugal e do Brasil?

Na Análise de Discurso, o sentido é visto como “relação a” e esta relação é refletida nos procedimentos de análise quando a submetemos a exame, confrontando o que é dito na regra e o que é dito nos acréscimos, descrevendo as diferenças, que podem ser em forma de ênfase, reafirmação, reformulação ou mesmo contradição.

Além dessas questões há outros pontos a analisar, relacionadas às noções de língua imaginária e língua fluida, bem como à questão da completude e incompletude da língua, conforme exporemos a seguir.

## 2.1 Dispositivo teórico-metodológico

A construção do nosso dispositivo de análise resultou dos seguintes questionamentos: Como funcionam discursivamente os mecanismos gramaticais, a formulação das regras, os conceitos, a formulação dos acréscimos? De que maneira o funcionamento linguístico das regras e dos acréscimos condicionam a produção de sentidos no discurso?

Acrescentamos a esses questionamentos discursivos, outros relacionados à História das Ideias Linguísticas: Como e quando foram produzidas as primeiras gramáticas brasileiras? Como elas se repetem ou se transformam? Qual é o seu lugar na constituição da língua nacional?

Importa igualmente mostrar noções da Análise de Discurso que são fundamentais para a análise do discurso gramatical: discurso, sujeito e sentido, interdiscurso, heterogeneidade, condições de produção, formações discursivas e outras que lhes estão interligadas.

Refletindo sobre a questão da Análise de Discurso, Orlandi (1999, p. 15) diz que.

A análise de discurso, como o próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Assim, tomando o que é o cerne, o que é essencial do homem e da sua história, busca-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico. “Considerando as condições de produção em sentido estrito temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, *ibidem*, p.30).

Para se compreender o discurso da gramática, é necessário analisar as condições de produção inscritas na constituição do que é dito nela e do lugar institucionalizado de onde se fala, visto ser um lugar que determina e regula os sentidos. Deve-se, também, não deixar de considerar a memória que se sustenta no ideal de língua com uma historicidade que vem demarcada por dizeres, por estruturas e por sentidos que são reguladores. Podemos dizer que as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória da colonização portuguesa. Nessa abordagem, a noção de sujeito parte da distinção de que não é o indivíduo que fala. Partimos do princípio de que a ideologia é parte constitutiva do sujeito e dos sentidos.

Orlandi (1999, p. 46) aponta, então, para a necessidade de uma teoria que se trabalhe a noção de sujeito, dizendo que:

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas - funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente como “nas quais se constitui o sujeito”.

Pêcheux (1993) define “processo de produção” como o conjunto de mecanismos formais que produz um discurso de tipo dado em “circunstâncias” dadas. Sobre esse fato, o autor explica utilizando-se do exemplo do discurso de um deputado. Do ponto de vista saussuriano, o discurso é da ordem da fala e manifesta a “liberdade do locutor”, no entanto, se o mesmo discurso for tomado por um sociólogo como pertencente a um sistema de normas, não será nem puramente individual nem globalmente universal.

Explica também que o discurso depende das condições de produção, então a compreensão das condições de produção se dá ao se constatar a desigualdade da relação entre os sujeitos, o lugar que cada um ocupa, bem como os poderes sociais exercidos por eles; porém devemos dizer que essa oposição não ocorre entre os sujeitos, mas nas relações entre sujeitos.

Com relação aos nossos objetivos, as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, relacionados à memória, que também faz parte da produção do discurso, ou seja, o interdiscurso coloca à disposição dizeres que afetam o modo de significação do sujeito.

Orlandi (1999, p.33) define o interdiscurso como:

todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague da memória para que passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

As condições de produção indicam a importância dos fatores extralinguísticos para que haja compreensão dos discursos. Considerando esses fatores para o funcionamento discursivo, torna-se necessária a relação da língua com sua historicidade, pois nos processos discursivos existe tanto a materialidade simbólica quanto a materialidade histórica que se formam pelas relações sociais dos sujeitos históricos.

Assim, essas condições de produção “implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio histórica” (ORLANDI, *ibidem*, p. 40).

Tomando como referência esses dizeres, afirmamos que essas condições de produção se relacionam com as formações sociais e os lugares que os sujeitos ocupam. Nos processos discursivos, esses lugares atuam como formações imaginárias, tendo em vista que *é por meio do imaginário que os sujeitos significam o real no discurso*. Assim, uma gramática projetada, no imaginário do leitor, uma concepção de língua de uma sociedade. Nesse sentido, as condições de produção nos conduzem à reflexão sobre a gramática, levando em conta a posição do gramático inserido num processo de constituição, ao mesmo tempo e de modo indissociável: da língua nacional/do conhecimento sobre a língua nacional/do estado nacional.

Observando esse aspecto nas gramáticas em análise, no contexto imediato, temos as circunstâncias enunciativas relacionadas ao discurso gramatical: quem fala o quê, para quem, em que situação? Nesse caso, a posição do gramático surge como aquela que apresenta a gramática a seus leitores em determinadas situações. Já no contexto amplo, temos a conjuntura histórica em que essas situações ocorrem: a constituição da língua nacional, de um saber sobre ela, no processo de constituição do Estado nacional brasileiro

independente de Portugal. Segundo as relações de força, podemos dizer que o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Aqui o sujeito fala a partir do lugar de gramático, e de gramático brasileiro que se autoriza a falar da língua nacional, e desse modo suas palavras significam de modo diferente de outra posição, pois as posições são hierarquizadas e vamos considerar a posição de autor como uma posição de sujeito historicamente constituída, posição essa que variará de acordo com as regularidades das formações discursivas (ORLANDI, 1999).

Para esclarecer essas relações, a analista de discurso diz que todos os mecanismos de funcionamento do discurso se dão a partir das *formações imaginárias que resultam de projeções*. A autora (*ibidem*) explica que são as projeções que permitem a passagem dos lugares empíricos para posições dos sujeitos no discurso.

Segundo Orlandi (*ibidem*, p. 54),

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante.

Decorre assim dizer que o sujeito não sofre deslocamento, nem o sentido emana. O que ocorre é que ao invés de se ter um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos dizeres em um imaginário que em sua memória não se reflete, apenas ecoa. Assim, podemos inferir que não é possível esperar uma única leitura de uma sequência discursiva qualquer, *há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra* (*ibidem*, p. 55).

## **2.2 Uma reflexão de língua no discurso da gramática**

Do ponto de vista discursivo, consideramos neste item que, para se compreender a formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas,

os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais cuja repetição é garantida pelas regras da língua – pois nos interessa sua materialidade, que é lingüístico-histórica, logo não se remete a regras mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a

falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si mas o seu funcionamento no discurso (ORLANDI 1999, p. 64/65).

Essas considerações levam-nos refletir na distinção proposta por Orlandi (2009) entre *língua imaginária* e *língua fluida*. A língua imaginária é a língua concebida enquanto sistema fechado, homogêneo, é a língua submetida às coerções, sujeita às normatizações e às instituições. Ela responde ao ideal de correção, “do bem falar e bem escrever” instituído pelas regras gramaticais.

Sobre a língua fluida, Orlandi (2009, p. 18) diz:

A língua fluida é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limite. Fluida.

Quando consideramos a imagem de uma língua ideal admitimos que as gramáticas estejam representando e, mais do que isso, construindo a língua imaginária na formulação de suas regras, produzindo a evidência de uma língua portuguesa homogênea, padronizada, a mesma para todos os falantes.

Também se depreende que a posição-sujeito do gramático, ao produzir a gramática, projeta um leitor sujeito nacional. Todas essas projeções são da ordem das formações imaginárias, ou seja, produzem imagens de sujeitos e para sujeitos, assim como do objeto do discurso. Ou seja, “Da pluralidade de formações discursivas existentes em nossa formação social resulta uma variedade de sujeitos sociais, daí decorrendo a diversidade de leituras possíveis” (INDURSKY, 1998, p. 191).

As gramáticas são, assim, instrumentos linguísticos de natureza técnica e, ao mesmo tempo, política. Elas fixam a língua, institucionalizando-a e buscando desenvolvê-la, enquanto língua imaginária de unidade nacional, mas sua prática afeta esse desenvolvimento, se considerarmos que a língua, no caso a portuguesa, convive com a língua oficial, nacional, materna, geral, com as línguas de fronteira e as línguas estrangeiras, que transpõem os instrumentos linguísticos que não acompanham os fatos da língua, dada a sua dinamicidade, plasticidade e variações. Ou seja, aquilo que os

instrumentos linguísticos colocam como política de regulação da língua se altera dadas as condições dos falantes.

### **2.3 A normatização da língua: as regras gramaticais**

Apresentamos, a seguir, algumas considerações sobre os conceitos de regra e de norma, a partir dos trabalhos de Auroux (1991, 1993, 1998) e de Orlandi (1999).

Na tradição gramatical entra em cena, quando se pensa em regras, a questão da normatividade. As gramáticas apresentam enunciados que são definidos como regras, e perguntamos o que é uma regra? De acordo com Auroux (1991, p. 81),

Por normativo entende-se em filosofia todo julgamento que faz uma apreciação relativa a uma norma (Canguilhem, 1972, 77) o que corresponde, em parte, ao que Durkheim (1911) chamava de juízos de valor. Podemos considerar uma norma como uma prescrição ou regra, isto é, um tipo de proposição reconhecível no fato de que ele geralmente pode ser parafraseado por uma frase introduzida por dever. Nesse sentido, o prescritivo ou normativo opõe-se ao descritivo ou constativo. Podemos também considerar uma norma como um valor, isto é um conceito como bem, belo.<sup>5</sup> (tradução nossa).

Nesse mesmo percurso podemos pensar com Auroux (1998), sobre o que é uma regra. O autor chama de regra a forma discursiva que toma em uma gramática a expressão de uma norma. Assim podemos considerar uma norma como um tipo de exposição que parafraseada produz uma frase introduzida por dever. Neste sentido, o normativo difere do constativo ou descritivo. Enquanto o normativo define um dever ser, o descritivo ou constativo define um estado de coisas. A proposição normativa não pode ter valor de verdade; só pode ter valor de verdade uma proposição que determina o que é ou não é.

---

<sup>5</sup>Par normatif on entend en philosophie tout jugement qui apprécie un fait relativement à une norme (Canguilhem, 1972, 77), ce qui correspond en partie à ce que Durkheim (1911) nommait les jugements de valeur. On peut envisager une norme comme une prescription ou une règle, c'est-à-dire un type de proposition reconnaissable en ce qu'il peut généralement être paraphrasé par une phrase introduite par devoir. En ce sens, le prescriptif ou le normatif s'oppose au descriptif ou constatif. On peut envisager également une norme, comme une valeur, c'est à dire un concept comme bien, beau.

Desse modo, a normatividade moral tem efeito abrangente que se estende a outras áreas, por exemplo, a linguística, ao realizar uma ação prescritiva, serve-se do vocabulário moral, tais como: “bem falar, mal falar, não diga, não deve ser dito ou deve ser dito”.

Partindo de uma definição de regra pautada no exemplo canônico da moralidade e da lei, temos:

A admissão do caráter não-verídico das normas não é um absurdo, contanto que lhe imponhamos limitações. Se a realidade do mundo natural define a verdade, em relação a essa realidade as normas não são nem verdadeiras nem falsas. As proposições normativas são verdadeiras ou falsas somente se: i) sintaticamente dentro de um determinado sistema normativo ii) semanticamente relatado para o mundo cultural onde as normas que descrevem devem existir. A tese cientista (positivismo linguístico) pode ser defendida pela possibilidade de considerar as normas como fatos. Se a gramática tem a tarefa de descrever as regras que seguimos quando falamos como falamos, não é prescritiva: as regras são verdadeiras quando as normas existem<sup>6</sup>.  
(AUROUX, 1991, p. 89) (tradução nossa).

A defesa do ponto de vista do caráter não verídico das normas considera que o mundo natural não possibilita a definição das normas nem como verdadeiras, nem como falsas, observando aspectos sintáticos e/ou semânticos. Desse modo, as normas, de acordo com os fatos, não são prescritivas tendo em vista a veracidade das regras relacionar-se à existência da norma.

A partir dos vários pontos de vista discutidos pelos autores que mobilizamos, podemos dizer que a regra se relaciona à norma e, desse modo, pode indicar prescrição, e se há prescrição há falta, e se há falta, há incompletude, a incompletude da linguagem.

Para Orlandi (1999, p.52),

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e

---

<sup>6</sup>L'admission du caractère non-véridictionnel des normes n'est pas absurde, pourvu qu'on lui impose des limites. Si la réalité du monde naturel définit la vérité, il est exact que, par rapport à cette réalité, les normes ne sont ni vraies, ni fausses. Les propositions normatives ne sont vraies ou fausses que : i) syntaxiquement, à l'intérieur d'un système normatif déterminé ; ii) sémantiquement, rapportées à l'univers culturel où sont censées exister les normes qu'elles décrivent. La thèse scientiste (le positivisme linguistique) peut être défendue par la possibilité de considérer les normes comme des faits. Si la grammaire a pour tâche de décrire les règles que l'on suit lorsqu'on parle comme on parle, elle n'est pas prescriptive : les règles sont vraies, si les normes existent.

funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento, Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

Norma é regra de procedimento, princípio, padrão. Como norma jurídica, considera-se lei. Para a filosofia, norma é juízo de valor, no entanto do ponto de vista gramatical, norma é tida como um conjunto de princípios que ditam a melhor escolha entre os usos de uma língua, levando-se em consideração o espaço sócio histórico político e cultural.

As prescrições técnicas são de diferentes ordens e exigem a mesma pergunta: o que é uma regra?

Buscamos em Auroux (2009, p.81) o seu pensamento sobre regra:

Podemos dizer que, sob sua forma mais explícita, é o enunciado de uma estipulação que basta seguir para obter, a partir de elementos dados, uma frase correta na língua em questão. A noção de ‘correção’ introduz um aspecto ‘normativo’; passam a existir ‘erros’; (os antigos reconheciam essencialmente dois deles: o barbarismo e o solecismo). O ‘erro’ é imputável ao fato de não seguir a ‘regra’. Uma regra difere, portanto, das leis da natureza pelo fato de não ser obrigatória: o sujeito a segue ou não a segue correndo o risco de não ser entendido. A regra difere ainda das leis da natureza ao admitir ‘exceções’, mesmo que o objetivo do gramático seja encontrar as regras que deixam de fora o menor número de exceções possível.

Voltando o nosso olhar para o discurso gramatical, a noção de ‘erro’ ganha especial destaque devido ao ‘normativo’’: o ‘erro’ está intrinsecamente ligado ao funcionamento do discurso da norma, uma vez que a norma impõe um efeito de padronização para a língua. É justamente esse fato que nos interessa olhar nas gramáticas brasileiras para compreender como se institui a norma por meio da formulação das regras e da formulação dos acréscimos, mostrando uma tensão entre a língua imaginária (idealizada) e a língua fluida (em movimento).

Tendo em vista a completude não ser característica da linguagem, vamos considerar a incompletude na formulação das regras e dos acréscimos gramaticais. Assim estudar as regras na forma do discurso gramatical exige tanto *normas morais quanto normas técnicas*, ou melhor, precisamos dos padrões morais porque eles estabelecem o que

deve ser em relação a um valor como falar bem ou mal, fazer bom ou mau uso. E as normas técnicas porque elas mostram o que deve ser seguido para realizar uma tarefa.

Dessa forma, designar e definir na língua portuguesa o que é regra é uma tarefa que gera tensão, pois há a necessidade do conceito de “certo” e “errado” e, como lembra Auroux (1992), é tênue a diferença entre descrição e prescrição.

Na perspectiva de compreender como se constituem as regras e os acréscimos gramaticais, vimos que no processo de formulação das regras e dos acréscimos gramaticais há um impacto contrastivo sobre a história da língua. No caso do processo de gramatização do Brasil houve o contato entre vários povos e de várias línguas que afetaram a constituição do português. No processo de normatização da língua é interessante notar que há uma diferença significativa no português de Portugal e no português do Brasil. Nas análises do próximo capítulo mostraremos algumas dessas diferenças.

Pensando na incompletude da língua e de sua consequência na incompletude das regras, apresentamos alguns estudos que trabalham os acréscimos em outros discursos, e que podem auxiliar na compreensão dos efeitos de sentidos da formulação das regras e dos acréscimos nas gramáticas selecionadas para análise.

## **2.4 A questão da incompletude da linguagem: os acréscimos gramaticais**

Nessa linha, pretendemos refletir sobre essa questão pelo viés conceitual de regras, notas, notas de rodapé, exemplos, procurando compreender o lugar da regra nos conceitos e o lugar dos demais acréscimos que, como o próprio nome diz, significa *o que sobra, o que excede*, mas que na perspectiva teórica que adotamos, esses acréscimos se materializam pela incompletude das próprias regras, notas e observações.

Pela natureza da linguagem podemos dizer que a incompletude do discurso e a incompletude do sujeito nos possibilitam atribuir sentidos. Ao colocar a língua em sua relação com a exterioridade, buscamos conceber o discurso em abertura com o simbólico, constituído em uma rede formada por um processo histórico e político de produção.

Partimos do pressuposto de que não somos donos de nossos dizeres, de nossas palavras, pois as palavras são significadas por outros dizeres. Nesse jogo, o sujeito não tem

controle ou acesso direto a seu próprio dizer, à maneira em que os sentidos nele se estabelecem.

Em termos teóricos, podemos dizer que o já-dito tem papel crucial na compreensão do funcionamento discursivo em sua relação com o sujeito e com a ideologia. Tanto sujeitos como sentidos são contidos tendo em vista estarem sujeitos à língua e à história. Tal fato significa que, ao dizer, o sujeito significa independentemente de sua vontade, tanto impelido pelo mundo, como pela língua, fato que produz a *deriva*, ou seja, um outro modo de falar com outras palavras. Dessa forma podemos pensar na questão da construção do imaginário de completude, da correspondência ou não coincidência entre gramática e língua, sabendo ser possível sempre outra interpretação, dizendo sobre o que representa a *evidência produzida pela ideologia*.

Nessa linha, destacamos que na Análise de Discurso não se busca a exaustividade nem a completude do objeto empírico no desenvolvimento das análises, mas sim “a exaustividade almejada - chamada de vertical deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e a sua temática, ou seja, trata de ‘fatos’ de linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 1999, p. 63).

É preciso reconhecer que a incompletude do texto se dá devido ao texto ser tomado pelas relações que ele mesmo instala, pois *o texto é processo de significação, lugar de sentidos*. Assim, a partir dessa condição de incompletude da linguagem é que discutiremos os efeitos de sentidos da formulação das regras e dos acréscimos das gramáticas escolhidas.

A noção de (in)completude da linguagem é fundamental para compreendermos a instituição da norma por meio das regras, como mostraremos no próximo capítulo. As regras tendem à evidência da homogeneidade da língua, produzindo um efeito de completude, no entanto os sentidos escapam, uma vez que na formulação das regras os sentidos deslizam para os acréscimos gramaticais, as notas, as notas de rodapé, as observações. Podemos dizer que a formulação das regras pressupõe a completude, e a os acréscimos gramaticais são os sintomas de incompletude da linguagem. Ou seja, os acréscimos que vamos tratar podem ser pensados também como transbordamento de

sentidos que não se comportam nos sentidos estabelecidos a priori como completos, sem falta.

Orlandi (2008, p.130), ao analisar o discurso da descoberta, faz um estudo sobre as notas. Conforme a autora:

As notas e os prefácios aparecem como formas discursivas que, colocando-se como complementares ou como acréscimos marginais do texto, constituem não um discurso sobre o discurso, mas um 'discurso paralelo' (e posterior), do qual analisaremos tanto a relação com o texto principal quanto os seus efeitos de sentido.

Colocamos, pois, que o discurso paralelo vai além da simples citação a outros discursos, ele propõe uma interpretação. Em relação aos acréscimos da gramática, precisamos observar nas gramáticas estudadas como os processos de significação instaurados pelo discurso paralelo intervêm no interdiscurso sob a forma de intradiscurso<sup>7</sup>. Mais que isso, analisar que efeitos de sentidos esses acréscimos gramaticais produzem na textualização das regras.

Projetando sobre o tema, encontramos, em Orlandi (*ibidem*, p.129), a importância e o valor das notas no processo de tradução:

A tradução brasileira, por sua vez, introduz, pelas notas, uma referência maciça a textos portugueses da época de Thevet, do mesmo modo que faz referência a autores portugueses e brasileiros modernos, sobretudo quando se trata de comentários a propósito da língua e das ciências naturais, assim como da geografia.

Zoppi Fontana (1998) analisa o funcionamento discursivo de *Prólogos e notas de rodapé* nas edições didáticas de textos literários, e ainda concebe o *Comentário* como a relação explícita de retomada/revisão que se estabelece entre diferentes discursos e através dos quais estes trabalham seus limites e suas filiações. A autora, na oficina *Discursos sobre discursos: as peripécias do comentário* destaca que a dramatização das *notas de rodapé* provocou a mudança da matéria significativa, do silêncio ao som, da escrita à oralidade, do monólogo à dialogia, permitiu desarticular a imagem de acréscimo ou marginalidade

---

<sup>7</sup>O eixo da formulação, isto é aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. Orlandi (1999, p. 33).

acessória produzida pelo seu funcionamento, revelando sua configuração como *discurso paralelo* (ORLANDI, 1990). Diz ainda que o fato de apresentar um número exagerado de notas em relação à extensão do texto lido funcionou como lente de aumento, permitindo observar o funcionamento das notas como censura encoberta dos processos de significação do texto literário.

O fato de alterar as condições de produção já sedimentadas para a leitura de textos comentados por notas, diz Zoppi-Fontana (1998) que evidenciou uma dimensão do funcionamento das notas que até então não tinha tocado sua reflexão: o fato de que elas significam pela sua inscrição no registro simbólico do silêncio. É esta questão explorada: *o intervalo semântico* que separa as notas de rodapé do texto por elas comentado, e que permite pensar os processos de significação produzidos nelas, na dupla dimensão do silêncio, tal como foi conceituado por Orlandi (1997).

Na oficina, foi proposto o jogo do verdadeiro-falso, e como proposta de trabalho foi sugerida a *leitura ao avesso*, ou seja, o objeto privilegiado para a leitura era o texto das notas de rodapé e não o do romance. Os critérios utilizados para reconhecimento das notas como “verdadeiras” partiram de três supostas “funções das notas”:

1. de contextualização do texto em relação ao mundo, à história da sociedade;
2. de explicação ou definição de termos considerados desconhecidos ou “difíceis”;
3. de esclarecimento do sentido dito literal de frases ou termos considerados ambíguos (ZOPPI- FONTANA, 1998, p.66).

O que percebemos foi a falta de consenso em relação às notas “verdadeiras”, o que motivou discussões sobre o funcionamento deste tipo de edições comentadas, cujo principal resultado foi **desarmar os efeitos de evidência e “naturalidade”** produzidas pelo funcionamento discursivo das notas de rodapé (grifos nossos) e em relação ao seu objeto – o discurso gramatical.

Zoppi- Fontana (1998) observou que o funcionamento das notas, como meros acréscimos informativos/explicativos do texto para facilitar a compreensão completa do texto por parte dos alunos, é um dos pré-construídos que faz parte desse imaginário social e que foi produzido pelo próprio processo de escolarização. Ao trabalhar o *intervalo semântico* que se instala entre as notas de rodapé e o texto revelou-se uma zona de

instabilidade e contradição nos processos imaginários de identificação que constituem as posições de sujeito-leitor produzidas pelo discurso da escola. Assim, observou-se que essa zona de instabilidade é produzida a partir do funcionamento do *interdiscurso* (a memória discursiva que fornece ao sujeito as evidências do seu discurso), enquanto efeito de pré-construído, e as notas significam pela sua inscrição no registro simbólico do silêncio e adquirem o estatuto privilegiado do funcionamento do silêncio *como uma espécie* de memória do não-dizer, instável, fluida, inapreensível, mas eficaz.

A análise do funcionamento das notas de rodapé nos textos literários se apresenta predominantemente com a função aparente de glossário do texto comentado, porém o funcionamento discursivo delas produziu uma sobreposição/confusão entre as operações de definição e operações de predicação, deslizando de um discurso metalinguístico sobre relações de sinonímia no sistema da língua, definição de palavras (p.e: *X* significa *Y*, para um discurso sobre o mundo que descreve/explica não termo, mas o referente *X* quer dizer *Y*). (ZOPPI FONTANA, *ibidem*).

As notas funcionam como um discurso paralelo de tipo enciclopédico que, sob a aparência de explicitar o significado de termos julgados desconhecidos pelos leitores, orientam o processo de produção de sentidos na leitura de textos literários na direção de um acúmulo progressivo de informações e dados sobre o mundo, configurando um conjunto de *coisas a saber* (Pêcheux, 1982) que se impõem como um *dever saber*. A imagem de *leitura ideal* assim construída se sustenta sobre o pressuposto da *transparência da linguagem* que funcionaria como mero rótulo dos objetos.

Toda expressão do texto que manifestasse sem ambiguidade sua abertura e processos polissêmicos de significação e interpretação eram considerados objeto de comentário. O funcionamento das notas foi considerado como *mecanismos saturadores e fixadores* do sentido. Apresentaram-se sob a forma de uma aparente relação de identidade ou equivalência entre dizeres “semelhantes” (ZOPPI FONTANA 1998).

Agustini (2003), ao refletir sobre a estilística no discurso da gramática, observa que estilística e gramática se configuram em uma relação de complementaridade. Para isso a autora separa o que é da ordem da Gramática e o que é da ordem da Estilística, considerando da ordem da estilística quando a regra é transgredida por questões estético-

expressivas, em que os “bons autores” da literatura transgridem as regras gramaticais para infundir expressividade e beleza ao seu texto.

Sobre essa temática a autora (*ibidem*, p, 197) diz que:

Não é por acaso que se estabeleceu essa relação de complementaridade entre Gramática e Estilística; ela faz parte da própria constituição do discurso da gramática. Uma ‘estratégia’ da própria constituição do discurso da gramática para dissimular, no imaginário de seu discurso, uma insuficiência das regras cuja causa primeira é a divisão (política) da língua e as relações de força na sociedade por uma enunciação legitimada, i.e., por re-dividir o direito ao dizer e seus modos de dizer. No entanto, aparece formulado, na textualidade da gramática, como uma re-inclusão do resíduo da sistematização da língua (nacional): o sujeito (psico-estilístico) da prática linguageira que, na normatização da língua (nacional) é apagado pela configuração da imagem de que as regras gramaticais são ‘naturalmente’ seguidas pelos falantes da língua.

Em nossa perspectiva de análise na formulação das regras e dos acréscimos, consideramos que as regras são apresentadas como forma de falar e escrever de conformidade com as normas impostas pelo político e pelo social e os acréscimos são formulados buscando o preenchimento do sentido imaginário de completude da língua, uma vez que *ela* (a formulação) “é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer.” (ORLANDI, 2001, p.10).

Ainda nessa discussão sobre os acréscimos, trazemos Mittmann (2003), que discute a questão das notas de rodapé no texto *Notas do tradutor e processo tradutório*.

A autora toma cada nota como uma unidade de análise, e o funcionamento discursivo está em relação com a exterioridade que é constitutiva do discurso. Isso não significa relegar o linguístico a um segundo plano, tendo em vista que é sobre o linguístico que se desenvolvem os processos discursivos. Conforme Pêcheux (1995), é dessa relação entre o linguístico e o discursivo, por meio do qual a exterioridade se manifesta, que o analista parte para a análise do funcionamento.

Mittmann (2003) retoma estudos importantes a respeito da nota de rodapé, ou nota de pé de página. Observamos que esses trabalhos partem da ideia de um controle do discurso conforme desenvolvido por Foucault (1996), para quem o discurso sofre também um controle externo – através do sistema de exclusão, que limita a possibilidade de acesso a

certos tipos de discurso – como um controle interno que evita o acaso, o aleatório. São discutidos os procedimentos internos de controle do discurso: o comentário, a autoria e a disciplina.

Foucault (1996) apresenta um paradoxo a respeito do comentário, ao dizer que ao mesmo tempo em que “permite construir (e indefinidamente) novos discursos, tem por função também dizer o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (p.25). O texto primeiro (aquele que servirá de base para o segundo, o do comentário) passa a ter um caráter de permanência, de reatualização e de abertura. Mas essa abertura é limitada pelo próprio comentário:

O comentário conjuga o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (FOUCAULT, 1996, p. 25-26).

A relação entre notas de rodapé assinala a possibilidade de que o sentido seja outro, aponta para a multiplicidade e controla, limita, sob a forma de repetição, fuga dos sentidos: onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis. Orlandi (2008) afirma que as *notas* constituem um discurso paralelo, e não mera repetição do texto de base, no caso do texto literário.

Assim, a partir do que essas pesquisas formularam sobre os acréscimos em diferentes materialidades discursivas, nos propomos a analisar os efeitos de sentidos da formulação as regras e dos acréscimos gramaticais nas gramáticas selecionadas como arquivos. A inclusão das notas, observações e notas de rodapé no corpo das gramáticas, aponta, como dissemos, para a incompletude da língua. Segundo Orlandi (1996, p. 194), o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis, “o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados”. Acrescenta ainda que essa margem – este intervalo – não é vazio, é o espaço determinado pelo social. As notas funcionam também como mecanismos saturadores e fixadores do sentido (*ibidem*, p. 69).

Nesse modo de considerar a formulação das regras e dos acréscimos, no próximo capítulo analisaremos discursivamente a constituição das regras e dos acréscimos nas gramáticas selecionadas.



### CAPÍTULO III

#### A FORMULAÇÃO DAS REGRAS E OS ACRÉSCIMOS NAS GRAMÁTICAS DE JULIO RIBEIRO, SAID ALI E EVANILDO BECHARA

Buscamos observar, neste capítulo, como as gramáticas brasileiras constituem um saber sobre a língua portuguesa em três momentos distintos: no final do século XIX, no início e em meados do século XX, até os anos 1990. No primeiro momento, analisamos a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro (1881); no segundo, a *Grammatica Secundaria da Língua Portugueza*, de Manuel Said Ali (1924) e no terceiro momento, a *Moderna Gramática Portuguêsa* de Evanildo Bechara (1969).

Como já dissemos anteriormente, e ressaltamos, a escolha dessas gramáticas se deve, sobretudo, ao fato de que: a gramática de Julio Ribeiro tenta fazer um deslocamento no modo de produzir gramática no Brasil apresentando-se como uma ruptura com a tradição da gramática filosófica europeia e o início de um estudo, filiada à gramática histórica e comparada, que mostra a diferença do português falado aqui no Brasil em relação ao português de Portugal. A gramática de Said Ali foi escolhida porque nesse momento traz a língua para o centro dos estudos sobre a linguagem. A gramática de Evanildo Bechara foi escolhida porque teve como objetivo levar ao magistério brasileiro, um compêndio escolar escrito em estilo simples, como resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país, e também por ser essa gramática, hoje, considerada como referência.

Para Dias e Bezerra (2006, p. 16):

Para que a obra elaborada para o estudo de uma determinada língua adquira a designação de “gramática”, ela regularmente atende a dois parâmetros específicos a seguir: Primeiramente, a gramática procura apresentar uma visão integral da língua, isto é, ela procura abordar a língua nos aspectos que compõem uma representação unitária do idioma analisado. [...] Vejamos agora o segundo parâmetro: Além de projetar uma visão integral da língua, a gramática apresenta uma diretriz pedagógica. [...] Nesse sentido a gramática abrigaria num só livro o saber sobre a língua, concebido como consolidado e estável.

Nesse sentido, inicialmente vamos observar nas gramáticas selecionadas a forma como organizam as partes, as subdivisões e as categorias; procurando analisar discursivamente o modo de formulação das regras e a relação que elas estabelecem com os acréscimos. Buscamos compreender as filiações, situando-as nos estudos da linguagem desenvolvidos no Brasil. Para isso analisamos o modo como cada um desses autores se insere nesse saber já constituído/legitimado sobre a língua.

Outra questão que norteia a nossa reflexão nesse capítulo é: como a produção de um saber sobre as regras de colocação de pronomes e dos acréscimos gramaticais se organizam e são formulados nas três gramáticas estudadas. Nesse sentido, buscamos compreender com se dá o funcionamento discursivo das regras e dos acréscimos no recorte “colocação de pronomes” em tais gramáticas.

### **3.1 A publicação da gramática de Julio Ribeiro no final do século XIX**

Antes de apresentar a *Grammatica Portugueza*, nos propomos apresentar alguns traços bibliográficos do autor dessa gramática. Julio César Ribeiro Vaughan nasceu em Sabará (MG) em abril de 1845 e faleceu em Santos (SP), em 1 de novembro de 1890. Foi filólogo, gramático, jornalista, romancista, professor de retórica no Instituto de Instrução Secundária e Membro na Academia Brasileira de Letras. Julio Ribeiro foi proprietário e diretor de vários jornais, como *O Sorocabano* (1870-72), *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888), colaborando também no Estado de S. Paulo, no *Diário Mercantil*, na *Gazeta de Campinas* e no *Almanaque* de São Paulo. Como romancista escreveu *A Carne* (1888), *O Padre Belchior de Pontes* (1867 / 1868), *Cartas sertanejas* (1885) e *Uma polêmica célebre* (1934).

Julio Ribeiro foi também professor do importante Colégio “Culto à Ciência”. Sua admissão como professor não se deu apenas por suas habilidades como filólogo e latinista, mas principalmente por ser republicano. Julio Ribeiro lutou por seus ideais. “Homens como João Kopke, Julio Ribeiro e Alberto Salles, de convicção positivista heterodoxa, não poderia deixar de imprimir uma nova atitude intelectual em suas atividades educativas”. (MORAES, 1985, p. 128).

Podemos ver aqui a importância política da Institucionalização do ensino, pois o Colégio “Culto à Ciência” organizava os estudos secundários de acordo com as exigências do governo do império. “Conforme fazem supor os Estatutos (1874), era objetivo da sociedade ‘Culto à Ciência’, ao criar o colégio, organizar os estudos secundários de forma a compreenderem somente as matérias exigidas, pelo governo do império”. (MORAES, *ibidem*).

Segundo Orlandi (2002, p. 185)

O Colégio “Culto à Ciência” se funda no ideal positivista em que a ciência representa o culto à razão. É inaugurado em 1874 e cumpre seu ideal ainda com dificuldade financeira: conta com 60 alunos internos, 10 semipensionistas e 14 externos. Ele é, então, o único no gênero.

Finalmente, em 1881, Julio Ribeiro publica a *Grammatica Portugueza* (Figura 2), pela Tipografia de Jorge Secker, localizada na Rua Direita, 15, São Paulo.

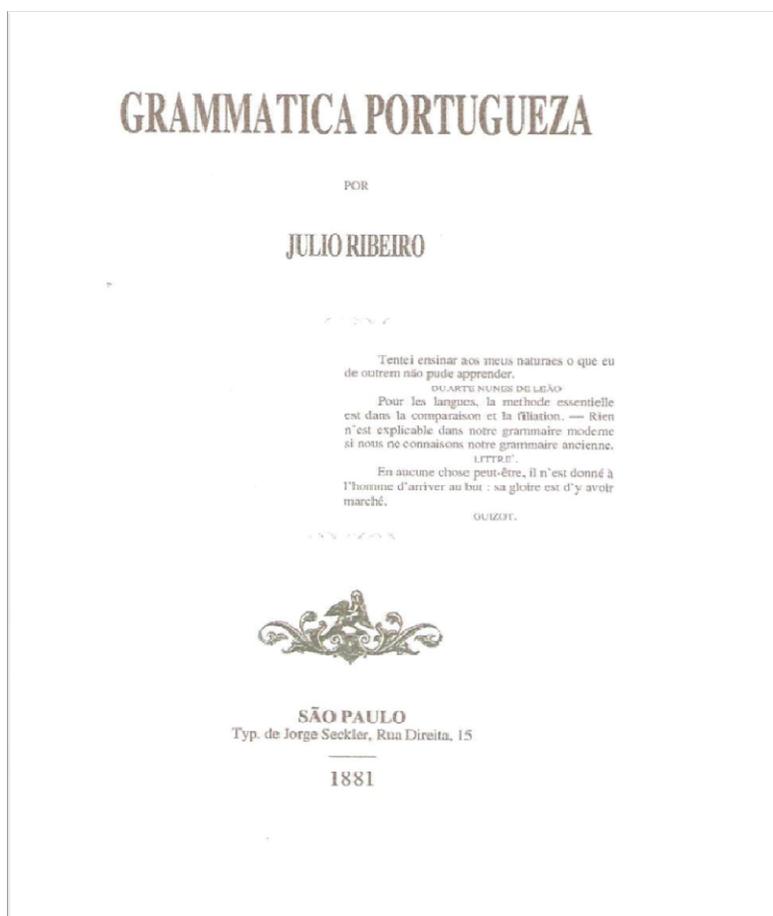


Figura 2: Capa da *Grammatica Portugueza* (1881), de Julio Ribeiro, imagem retirada do site: <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb>

Na introdução da gramática de Julio Ribeiro, constituem-se questões interessantes que anunciam o modo como ele pensa o que é gramática e o que é língua. Compreendemos pelo discurso da introdução toda uma forma de relação com o texto a que se refere, expondo os objetivos e a maneira em que os assuntos serão tratados.

Julio Ribeiro, como naturalista, concebia a língua como um fenômeno natural. Segundo o autor, as pessoas aprendiam a linguagem “Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica” (p.1).

Para Julio Ribeiro, gramática “é a exposição methodica dos factos da linguagem<sup>8</sup>”. Vemos aqui um gesto de autoria em que o gramático anuncia um deslocamento da filiação filosófica portuguesa citando autores de outra perspectiva teórica, naturalista. Segundo o autor a gramática não cria leis e regras para a linguagem, não está preocupada com a correção da linguagem, por isso ele propõe um modo diferente de pensar a gramática, concebendo-a como um espaço de expor os fatos da linguagem; no entanto podemos perceber em sua gramática posições que contrariam essas afirmações e mostram marcas de normatividade, isto é marcam sua preocupação com a “correção”, o que reforça a ideia apontada de que os limites entre a descrição e a prescrição são tênues.

Todavia, não é sem razão que Julio Ribeiro faz referência a Whitney, professor de sânscrito do Colégio de Yale, pois ele estava ligado à genealogia dos fundadores da linguística geral, tido como um dos que precederam Saussure.

Julio Ribeiro, [...] introduz a presença de Whitney como forma de falar em fatos da linguagem, sem excluir a noção de lei – maneira de preservar nossa diferença linguística em relação a Portugal e sustentar a idéia de língua com sua unidade – e isto o filia à noção de “instituição”, fundamental na história do pensamento linguístico desenvolvido por esse autor (ORLANDI 2002, p. 135).

Orlandi (2009), diz que Julio Ribeiro ao mencionar Whitney concebe a linguagem como fato, o que significa uma busca em deslocar a gramática da prescrição, pautando os estudos da linguagem em novas filiações. A gramática de Julio Ribeiro dá inicio a gramatização brasileira justamente por procurar romper com a tradição europeia da

---

<sup>8</sup>Conforme Willian Dwigt Whitney.

gramática filosófica e se filiar aos estudos histórico-comparativos, embora, como assinalaremos mais adiante, encontremos em sua gramática elementos dessa tradição filosófica que o autor rejeita.

A autora argumenta que não se pode pensar na gramática de Ribeiro como meramente normativa, pois há um diálogo com a ciência da linguagem. Ele é considerado um gramático que coloca os estudos de língua realizados no Brasil no campo da reflexão geral sobre a língua.

Orlandi (2002, p.137) afirma:

Fora de uma leitura anacrônica, podemos afirmar que nessa filiação de ideias em que se inscreve Julio Ribeiro a “criação” de uma norma é a afirmação de uma legitimidade e não apenas a imposição coercitiva que regula os falantes (normatividade).

Com o olhar em nossa história, podemos considerar a importância dos estudos de Julio Ribeiro para a legitimidade do falante do português do Brasil.

Na introdução de sua gramática, Julio Ribeiro diz que a *Linguagem é a expressão do pensamento por meio de sons articulados*. De outro modo podemos dizer que a linguagem é a expressão do pensamento por meio da fala. Vemos neste ponto que Julio Ribeiro, apesar de se opor à tradição filosófica da gramática portuguesa, apresenta, entretanto, elementos que remetem a essa tradição, em particular à Gramática de Port-Royal, apesar de dizer-se filiado ao naturalismo.

Ele divide gramática da seguinte forma: *A Gramática geral*, que considera como expressão metódica dos fatos da linguagem geral; a *Gramática particular*, como exposição metódica dos fatos de uma língua determinada, e a *Grammatica portugueza*, como a exposição metódica dos fatos da língua portuguesa (p.2).

Ao analisar o índice da gramática de Julio Ribeiro, observamos que ela se divide em partes, livros e seções, sendo que na primeira parte (p.3) ele trata da *Lexeologia* e na segunda parte (p.193) da *Syntaxe*. Vejamos a seguir o Índice:

**Introdução**

**Parte primeira**— Lexeologia

LIVRO PRIMEIRO— Elementos materiaes das palavras

*Secção primeira* — Phonetica

» *segunda* — Prosodia

» *terceira* — Orthographia

LIVRO SEGUNDO— Elementos morphicos das palavra.*Secção primeira*  
 — Taxeonomia  
*Secção segunda* — Kampenomia  
*Secção terceira* — Etymologia  
**Parte segunda**— Syntaxe – Generalidades  
 LIVRO PRIMEIRO— Syntaxe lexica  
*Secção primeira* — Relação das palavras entre si  
 » *segunda* — Particularidades do sujeito, do  
 predicado e do objecto  
 LIVRO SEGUNDO— Syntaxe logica  
*Secção primeira* — Coordenação  
 » *segunda*— Subordinação  
 I— Clausulas substantivos  
 II— Clausulas adjectivos.  
 III— Clausulas adverbios  
 LIVRO TERCEIRO— Regras de syntaxe  
 LIVRO QUARTO— Additamentos  
 I— Pontuação  
 II— Emprego de letras maisculas  
 III— Ordem das palavras e phrases na construcção das sentenças simples

A Lexeologia, na primeira parte, é composta por *Phonologia*, subdividida em *phonetica*, *prosódia* e *orthographia* e pela *Morphologia*. A Syntaxe vem subdividida em Syntaxe *Léxica*, formada pelo *sujeito* e *predicado* e em *Syntaxe Lógica* formada de *sentença simples* e *sentença composta* por *coordenação* e *subordinação*.

Na segunda secção do livro primeiro de sua gramática, Julio Ribeiro trata da *prosodia* dizendo que é o mesmo que acentuação. Vejamos:

27. Prosodia é o tratado dos sons articulados em relação à sua intensidade comparativa, quando constituídos em palavras.

Prosodia é o mesmo que acentuação: ambos os termos etymologicamente considerados referem-se á modulação dos sons, porquanto entre os Gregos e entre os Romanos a enunciação era como toada melodiosa (1). Nas línguas modernas prosódia tem a acepção restricta da definição.

(1) << *Accentus dictus est ab accinendo, quod sit quase quidam cujus que syllabae cantus; apud Grecos ideo prosódia dicitur quod prosádetai tais syllabis*>>. DIOMEDES, Edit. Putsch, pag.425.

Cabe ressaltar que o autor para explicar a noção de prosódia recorre a uma citação em latim, de Diomedes, que ele apresenta em nota de rodapé. Desse modo, podemos dizer que o autor evoca o já dito na tradição, o sentido estabilizado pelo discurso gramatical.

Na sequência, na terceira secção da gramática (p.142), sobre a *Etymologia*, diz que o termo *Lexeogenia* seria o termo preferível, contudo o termo *Etymologia* tem em seu favor desde séculos a consagração universal: não pode, pois ser substituído. Em nota de rodapé, recorre ao discurso de Hovelacque<sup>9</sup> e diz que a língua latina, transformando-se, produziu sete línguas chamadas *novo-latinas* ou *românicas*– *o portuguez, o Hespanhol, o Francez, o Provençal, o Italiano, o Ladino e o Roman.*

Localizamos na segunda parte, a *Syntaxe* (p. 193): “considera as palavras como relacionadas umas com outras na construção de sentenças e considera as sentenças no que diz respeito à sua estrutura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas”. Ressalta-se aqui, a importância da sintaxe na representação da unidade do português. O autor apresenta uma definição de sentença como: “uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito”. Diz também que sentença vem do latim *sententia* (pensamento, juízo, expressão completa) e que é denominação preferível a período. O autor explica o que significa “formar sentido perfeito” e acrescenta ainda, “entende-se – dizer alguma coisa a respeito de outra de modo completo”. Por esses dizeres podemos considerar o sentido de completude que a gramática pretende dar à língua.

No entanto, Orlandi (1999, p. 52) explica:

Entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. O equívoco, o non-sens, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação,

Ribeiro (p. 195) diz que “quando uma sentença se compõe de duas ou de mais asserções, cada uma dessas asserções chama-se ‘membro’ e que se chamam ‘cláusulas’ os membros da sentença quando são tão conexos entre si que um depende do outro, e até o modifica”. Cláusula, em sua origem é diminutivo de “clausus”, que significa fechamento, conclusão. Ao confrontarmos essa palavra com o que Ribeiro diz, podemos nortear as relações entre o sentido de fechamento e a explicação de que as cláusulas indicam relações próximas ou de dependência.

---

<sup>9</sup>HOVELACQUE, La Linguistique, Paris, 1877, p.317.

No livro segundo (p. 200), examina a *syntaxe léxica* e a *syntaxe lógica*, e no livro terceiro (p. 205), *regras de syntaxe*. No livro quatro (p. 273) versa sobre *Additamentos sobre pontuação* e acrescenta ainda um *Annexo* (p. 286).

Observamos na gramática de Ribeiro um dizer diferente para a subordinação: o vocábulo “clausula” para classificação das subordinadas. Sobre isso ele diz: “As clausulas subordinadas são de três espécies: clausulas substantivos, clausulas adjectivos, clausulas advérbios.” Ressaltamos, porém, que a palavra cláusula pode ser também entendida como sentença ou oração.

Na formulação das regras de concordância do adjetivo (p. 213) aparece a opinião do autor como juízo de valor: “É **vicioso** empregar um substantivo no plural e fazer concordar com ele adjectivos no singular: estas e outras phrases, por exemplo, são incorrectas: *O primeiro e segundo juízes de paz- a grammatica francesa e a portugueza*. Deve-se dizer: *O primeiro juiz de paz e o segundo- a grammatica francesa e a portugueza*.” Nesse funcionamento podemos analisar a palavra *vicioso*, ou seja, o que contraria regras de linguagem, portanto não é considerado padrão. Assim, podemos considerar aquilo que Orlandi (1999) chama de as *relações de forças*. O gramático fala de um lugar autorizado, então suas palavras tem peso, significam o correto, o que não tem defeitos, e tudo que foge a esse padrão é o “vicioso”.

Na segunda parte da Gramática, onde versa sobre *syntaxe*, no livro quarto, Julio Ribeiro acrescenta o livro *Additamentos*, assim divididos:

- I. *Pontuação*
- II. *Emprego das letras maiúsculas*
- III. *Ordem das palavras e phrases na construção de sentenças simples*
- IV. *Ordem dos membros e clausulas na construcção de sentenças compostas*
- V. *Estylo*
- VI. *Vícios*

No final desse quarto livro (p. 286), Julio Ribeiro acrescenta um anexo com a *Diatribes*<sup>10</sup> *sobre a maneira latina e romanica de exprimir em abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo*.

---

<sup>10</sup>Dissertação crítica que os filósofos faziam acerca de alguma obra.

Na gramática em estudo, cada parte vem subdividida em tópicos definidos e exemplificados. É importante observar que na formulação das regras em Julio Ribeiro a língua promove um deslizamento, dada a sua incompletude. A língua escapa porque não é homogênea e está sujeita a falhas.

Nesse percurso vamos fazer uma apresentação geral da gramática de Júlio Ribeiro objetivando mostrar que gramática é essa e como se constituem nela as regras e os acréscimos gramaticais. Recortamos algumas regras gerais para análise. O trecho a seguir traz as regras 52, 53 e 60 para mostrar como se dá o funcionamento discursivo na formulação de regras sobre acentuação tônica. Os exemplos escolhidos dão visibilidade a regularidades importantes e mostram também os deslizamentos que constituem as próprias regras. Interessa-nos nessa análise observar, de modo geral, como se dá a formulação das regras e como se dão as suas derivas, seus escapes.

**52.** Ha em Portuguez quatro accentos: o agudo (´), o circumflexo (^), nasal ou til (~), e o suppressor ou apostropho ('). Alguns lexicographos usam do accentto grave (`), para marcar sons fechados (1): tal accentto, extranho ao Portuguez, acha-se banido do uso geral (2).

Na regra 52, Julio Ribeiro normatiza uma regra do português. Ele diz que há quatro acentos no português: agudo, circumflexo, til e apóstrofo. Observa-se que a regra se dá pela existência desses acentos na língua, o que a faz funcionar como efeito de constatação de um fato da língua. No entanto, na constituição dessa regra encontramos um comentário marcado pela presença de duas notas de rodapé (1) e (2). A (1) tem efeito de crítica, de desqualificação “tal acento, extranho ao Portuguez, acha-se banido do uso geral”, ou seja, refere-se ao lexicógrafo Antonio de Moraes demonstrando que ele está desatualizado, não acompanha o desenvolvimento da língua. (não esquecendo a existência de uma unidade imaginária). Ao contrário, anota (2) evidencia a argumentação de autoridade, a autorização do literato Almeida Garret para afirmar que o acento acha-se “banido do uso geral”. Diante dessa afirmação, questionamos: A que português Ribeiro se refere? Que sujeito é esse do “uso geral”? Sabemos que na fase inicial do período republicano menos de 5% da população era escolarizada. Será que Ribeiro se refere ao português falado pela população?

### 53. O acento agudo colloca-se

1) sobre *a* inicial para indicar contracção de vozes semelhantes, ex.: « *á* » por « *aa* », « *áquelle* » por « *aaquelle* ».

Escreve-se « *vestido á Luiz XI—Estylo á Camões* », porque em taes locuções ha ellipse da palavra « *moda* »: « *vestido á Luiz XV* » é ellipse de « *Vestido á moda de Luiz XV* ». Zola escreveu em Francez « *Habillé à ladiable* » (3).

2) no corpo dos vocabulos sobre todas as vogaes excepto *y*: serve então para indicar a tonicidade da syllaba, ex.: « *dádiva—tétrico—maníaco—córrego—lárido* ».

3) sobre *a*, *e*, *o* na terminação dos vocabulos; serve em taes casos para indicar a tonicidade da syllaba, notando conjunctamente o abrimento da voz, ex.: « *alvará—café—mocotó* ».

---

(1) MORAES, *Dicionario de Lingua Portugueza*, 7ª edição, Lisbôa, 1877 - 1878.

(2) GARRETT, *Da Educação*, 2ª Edição, Porto, 1869, pag. 11-12.

(3) *Une Page d'Amour*, 37.me edition, Paris, pag.32.

Na regra 53, o autor apresenta três possibilidades de uso do acento agudo. A formulação dessa regra se dá na sua relação com os exemplos. Ao dizer que o acento agudo se coloca no “a” para indicar contracção, mostra pelos exemplos como isso aparece: « *á* » por « *aa* », « *áquelle* » por « *a aquelle* ». Percebemos que além dos exemplos apresentados a constituição da regra se dá por outro tipo de acréscimo, que aqui chamaremos de “comentário”, como se pode observar em:

Escreve-se « *vestido á Luiz XI—Estylo á Camões* », porque em taes locuções ha ellipse da palavra « *moda* »: « *vestido á Luiz XV* » é ellipse de « *Vestido á moda de Luiz XV* ». Zola escreveu em Francez « *Habillé à la diable* » (3).

Esse comentário na formulação da regra traz uma particularidade da língua em uso, que funciona como um efeito de justificativa, nesse caso explicitado pelo uso da elipse, porém nesta regra encontramos um exemplo em francês *Habillé à la diable* e figuras europeias que não são usuais no português do Brasil “Vestido à Luiz XI”; “Estylo à Camões”.

Julio Ribeiro ao dizer sobre a voz comum “i” apresenta as regras em quatro tópicos numerados e intercalados por observações que fazem parte do corpo das regras.

**60.** A voz commum *i* representa-se

1) por *i* (simples) no corpo dos vocabulos em geral, e na terminação dos vocabulos oxytonos, ex. « *ensino—javali* ».

2) Por *í* (accentuado) nas syllabas cuja tonicidade se quer indicar ex.: « *annunció—varío* » dos verbos « *annunciar—variar* ».

O fim do accento neste caso é o mesmo que o dos accents de *a* e de *e*, já vistos; serve para diferenciar vocabulos.

3) por *e* na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjunção *e*, ex.: « *cidade—mosarabe—montes e vales* », que se lêem « *cidadî—mosarabi—montis i vallis* ».

A maioria dos Brasileiros assim pronuncia; em Portugal diz-se « *cidádê—mosárabê—montês ê vallis* » dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i*.

4) por *y* nos vocabulos derivados de palavras gregas escriptas com *y*, e nas terminações dos nomes tupys, ex: « *hypothese-typo-Jacarehy* ».

E' uso representar por *y* a voz commum *i* que ocorre entre duas vozes livres: escreve-se, pois, « *Goyaz—Guyana* ».

**Cumpre, todavia, notar** que tal pratica só está em voga com nomes próprios: *caiar, goiabada*, etc., escrevem-se *com i*.(RIBEIRO, 1881, p. 27) (Grifos nossos).

Ressaltamos que a regra aqui se constitui pela formulação do exemplo. A regra, então, se constitui pelo efeito de verdade na forma de evidência dos fatos (uso).

Na regra 60, item 3, no comentário “a maioria dos brasileiros assim pronuncia” já podemos perceber marcas de oralidade do português brasileiro contrastando com o português de Portugal

Ainda na regra 60, o funcionamento do uso do “y” também se dá por um deslize e escape. É isso que queremos chamar a atenção, no item 4:

4) por *y* nos vocabulos derivados de palavras gregas escriptas com *y*, e nas terminações dos nomes tupys, ex: « *hypothese-typo-Jacarehy* ».

E' uso representar por *y* a voz commum *i* que ocorre entre duas vozes livres: escreve-se, pois, « *Goyaz— Guyana* ».

**Cumpre, todavia, notar** que tal pratica só está em voga com nomes próprios: *caiar, goiabada*, etc., escrevem-se *com i*. (RIBEIRO, 1881, p. 27) (Grifos nossos).

Como podemos observar, a regra se constitui pela constatação de um fato da linguagem, acrescida de exemplos. Exemplos que podem estar ligados à tradição da língua (grego), bem como a sua origem (tupi). Percebemos ainda na constituição do uso do “y” outro movimento que escapa à constituição da regra. Funciona como uma ampliação de sentido, auxilia na constituição da regra, não é destacado, nem nomeado pelo autor, mas se marca com a presença da expressão do tipo “cumpre...notar”, no próprio corpo da regra. A esse tipo de acréscimo na textualidade da gramática chamamos de “comentário”. Observamos que o processo de construção dos comentários traz o esclarecimento de que essa prática só está em voga, com nomes próprios, ou seja, está na moda, é usado dessa forma por estar em destaque. Podemos dizer que Ribeiro recorre aos comentários para dar sustentação ao já dito no discurso da gramática.

Para Orlandi (2001 p.122)

A questão do acréscimo chama para uma reflexão sobre a incompletude e, ainda mais importante, sobre a indecisão dos contornos ideológicos, das formações discursivas que se dispersam em um texto. Nem o exatamente dito, nem o não-dito: franja de um dizer indefinido, indeciso.

Tratando-se dos sentidos e dos sujeitos, pela observação das definições de “brasileirismo” em três dicionários brasileiros, abaixo transcritos, e um dizer de João Ribeiro podemos dizer que na análise da formulação dos acréscimos gramaticais percebemos a presença de “brasileirismos” nas gramáticas analisadas.

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. (Mattoso Câmara Jr., 1978, p. 66).

Qualquer fato de linguagem peculiar ao português do Brasil em contraste com o de Portugal.(Luft, 1971, p. 28).

Qualquer fato lingüístico característico do port. falado no Brasil. (...) E é justamente na fonética e no vocabulário que mais se distinguem os falares de Portugal e do Brasil. (Jota, 1981, p. 53).

“Os brasileirismos são léxicos ou sintáticos, vocábulos de origem tupi, africanas, empregadas pelo povo brasileiro. São brasileirismos as palavras portuguesas que são usadas apenas no Brasil e as formações mestiças derivadas do português. Os brasileirismos sintáticos consistem em construções divergentes do cunho vernáculo. As causas da alteração são: Novas necessidades da vida colonial, as condições climáticas e topográficas, as relações constantes com povos originários, índios e africanos”. (João Ribeiro, 1889, APUD Orlandi, 2009, p. 67).

Pela observação da textualização dos acréscimos gramaticais na gramática de Júlio Ribeiro diremos que as regras e os acréscimos gramaticais que se referem apenas ao português do Brasil são os brasileirismos formulados nessas regras e nesses acréscimos. Conforme exemplo a seguir:

*Cumprer notar que, principalmente, no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direta, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: “Tu queres vir almoçar comigo”?* (p.221)

A seguir vamos analisar alguns recortes sobre as regras de colocação dos pronomes e de seus acréscimos, nosso objeto principal de análise, procurando compreender como se dá o funcionamento discursivo dessas regras e desses acréscimos em Julio Ribeiro.

### **3.1.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Julio Ribeiro**

Nesse tópico trataremos do funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos da gramática de Julio Ribeiro. Consideramos aqui como acréscimo qualquer comentário, exemplo, explicação ou justificativa, bem como as notas, as notas de rodapé, que se constituem no corpo da gramática, ou fora dele, como no caso as notas de rodapé.

Considerando o momento que o Brasil estava vivendo sob o movimento pré-republicano, Julio Ribeiro procura estabelecer uma relação de distanciamento dos estudos

portugueses, buscando filiar-se a outra vertente dos estudos sobre a língua, os estudos histórico-comparativos. Esses acontecimentos na história do país e a filiação teórica que norteia a reflexão do autor vão direcionar os seus estudos para a língua falada no Brasil, marcando a diferença com a língua de Portugal.

Ao abordar a colocação de pronomes em sua gramática, Julio Ribeiro divide-a em três partes:

- a) colocação de pronomes sujeitos
- b) colocação dos pronomes objetos e
- c) objetivo adverbial.

Observamos inicialmente que a formulação das regras se dá por uma série de preceitos, uma sequência de normatizações. Em cada uma das partes da colocação de pronomes é apresentada uma série de itens para mostrar a colocação pronominal nas sentenças. Como exemplo, transcrevemos o que ele formulou a respeito da colocação de pronomes sujeitos:

**428.** A collocação dos pronomes sujeitos nas sentenças effectua-se de accordo com os seguintes preceitos:

1) No indicativo e no condicional, nas sentenças affirmativas e nas negativas, nos tempos simples e nos compostos, o pronome sujeito **antepõe-se geralmente ao verbo**, ex.: « Nós *queremos*—Nós *desejaríamos*—Vós *não sabeis*—Elles *teriam vindo* ».

**Todavia**, por emphase, para maior intimação no dizer pospõe-se muitas vezes o pronome sujeito, ex.: « *Estavamos* NÓS *em Paris*—*Tinha* ELLE *chegado* ».

Dá-se o mesmo ainda quando o sujeito não é representado por pronome, ex.: « *Brilhava* A LUA *em CEO sem nuvens*—*Vinha desfilando* O EXERCITO ».

2) Nas sentenças interrogativas **pospõe-se o pronome sujeito ao verbo**, ex.: « *Queres* TU *vir almoçar comigo?* ».

**Cumpre notar que**, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: « TU *queres vir almoçar comigo?* ».

3) Com verbos no imperativo o pronome sujeito, **si vem claro, pospõe-se**, ex.: « *Dize* TU—*Correi* VÓS ».

**Observa-se ainda o** mesmo nas sentenças negativas em que o imperativo é substituído pelo subjunctivo presente, ex.: « *Não digas* TU—*Não corrais* VÓS ».

4) Com verbos no subjuntivo, si é expressa a conjunção de subordinação, o sujeito, quer seja representado por pronome, quer por substantivo, **antepõe-se geralmente**, ex.: « *Desejo QUE ELLE venha ANTES QUE OS CRIADOS tenham sahido* ». Si fica occulta a conjunção o sujeito pospõe-se, ex.: « *Oxalá tenha ELLE vida!—Assim o quisesse DEUS!* ».

5) Com verbos no infinito e no participio **pospõe-se o sujeito**, ex.: “ *Fallares TU assim é indecoroso—MORTO PEDRO ninguém mais reinará*”.

6) Com verbos no infinito perfeito o sujeito, pronome ou substantivo, **fica geralmente** entre o auxiliar e o participio aoristo, ex.: « *Ter EU faltado á palavra—Terem OS FRANCEZES chegado tarde* ».

7) Servindo a phrase infinitiva ou participial de complemento a uma preposição (1), **antepõe-se geralmente o sujeito**, ex.: « *Para EU comer—Em PAULO chegado* ».

(Grifos nossos)

Verificamos primeiramente que, no gesto de instituir uma norma para a língua, o autor formula as regras da colocação dos pronomes sujeitos, em sete itens, ou seja, ele formula as regras gerais, seguidas de regras pertinentes aos casos especiais. Podemos observar que cada item é constituído por um enunciado normativo.

Vale ressaltar que essas regras regulam os momentos de utilizá-las, de conformidade com alguns preceitos: “effectua-se de accordo com os seguintes preceitos”.

Segue-se a descrição da regra 428 (p.62) sobre colocação dos pronomes sujeitos para analisarmos o seu funcionamento discursivo:

(1) No indicativo e no condicional, nas sentenças affirmativas e nas negativas, nos tempos simples e nos compostos, o pronome sujeito antepõe-se **geralmente** ao verbo, ex.: « *Nós queremos—Nós desejaríamos—Vós não sabeis—Elles teriam vindo* ».

Todavia, por emphase, para maior intimação no dizer pospõe-se muitas vezes o pronome sujeito, ex.: « *Estavamos NÓS em Paris—Tinha ELLE chegado* ».

Dá-se o mesmo ainda quando o sujeito não é representado por pronome, ex.: « *Brilhava A LUA em CEO sem nuvens—Vinha desfilando O EXERCITO* ».

Observamos no recorte (1) e em outros enunciados prescritivos da *colocação de pronomes* o uso frequente da expressão “geralmente”, ou seja, não se trata de uma regra que determina o uso para todos os falantes, mas, ao contrário, faculta outros usos que

transbordam a regra geral, se considerarmos que o uso/emprego das expressões é anterior à análise desses fatos de língua pelos gramáticos.

Observa-se o uso recorrente do advérbio “geralmente” que nos acréscimos 4, 6 e 7 da regra 428, funciona como quebra de regra, quebra de norma, ou seja, a regra é normatizada, mas a sua institucionalização é flexibilizada, pelo uso corrente que a determina pela divisão política que é própria da língua.

Percebemos também na formulação das regras (enunciados prescritivos) e na demonstração dos exemplos da língua corrente que o autor acrescenta um enunciado opinativo como se pode ver em (1). Ressaltamos que língua corrente significa a língua de uma minoria que sabia ler e escrever e não a língua oral falada pelo povo.

Os exemplos também são uma escolha do gramático. Poderíamos perguntar o que justifica essa escolha? Os exemplos ilustram a regra. A escolha dos exemplos coloca em jogo questões históricas, ideológicas e políticas. Essa escolha tem a ver com a concepção que o gramático faz da língua, bem como suas filiações teóricas. Para demonstrar a importância dos exemplos, nos sustentamos em Agustini (2003 p. 109) que diz:

Na gramática, as regras apresentam como uma explicação da gramaticalidade dos exemplos. A relação regra-exemplo tem por função “apaciar” a hesitação quanto à norma. Acontece que a gramaticalidade dos exemplos está relacionada à divisão política da língua e, por conseguinte, à normatização da língua nacional. Daí Aurox (*ibid.*) definir regra como uma enunciação (autoritária) que divide o correto e o incorreto no domínio do possível. Esta definição de regra traz a questão do político subjacente à regulação gramatical da língua. Trata-se de relações de poder que determinam a política linguística. Relações que na materialização das regras inclui-exclui possibilidades de dizer na e da língua nacional. Daí a (eterna) disputa entre as possibilidades de dizer por sua inclusão na língua nacional e a exclusão de outras com que mantêm uma relação de oposição. Esta disputa determina, por exemplo, as contestações às regras em relação ao seu caráter científico ou não, mas não em relação ao seu caráter político.

Voltamos nossa atenção para algumas expressões na textualidade da gramática, que também se repetem na formulação das regras (dentre outras que aparecem, mas que vamos comentar a seguir) e chamam a nossa atenção como: “indiferentemente”, “sempre”, “nunca”, “seria incorreto”.

Passamos à análise das regras dos pronomes ligados ao verbo:

- 2) Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex.: « *Queres TU vir almoçar comigo?* ».

**Cumpre notar que**, principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: « *TU queres vir almoçar comigo?* ».

No enunciado prescritivo (2) transcrito, percebemos que o acréscimo não é nomeado como nota ou observação, mas se caracteriza como enunciado opinativo (comentário) e se insere na textualidade das regras, como interlocução do gramático com o leitor presentificados pela expressão “Cumpre notar...”.

Em (2) ainda podemos ver que a prescrição se dá no modo de dizer: Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex.: *Queres TU vir almoçar comigo?* Ou seja, o não posposto é: “Tu queres vir almoçar comigo”? Aqui vemos uma nota de exceção, mas o dizer *principalmente no Brasil* manifesta a diferença que vai se constituindo entre as normas do Brasil e de Portugal. A diferença desse uso mostra que o português de Portugal tende a ser enclítico enquanto o português do Brasil se marca pelo emprego do proclítico.

Passamos à análise das regras dos pronomes ligados aos verbos:

A colocação dos pronomes objetos nas sentenças effectua-se de acordo com os preceitos seguintes: (nº 429)

1) Com verbo no indicativo o pronome objecto

a) nos tempos simples, excepto o futuro, **antepõe-se ou pospõe-se indiferentemente**, ex.: « *Eu TE amo* ou *amo-TE* ».

b) no futuro **antepõe-se**, ex.: « *Tu ME verás* ».

c) nos tempos compostos, excepto o futuro anterior, **antepõe-se ou pospõe-se** ao auxiliar, ex.: « *Nós o temos visto* ou *temol-o visto* ».

d) no futuro anterior antepõe-se sempre ao auxiliar, ex.: *Tu NOS terás visto—Elle o terá querido* ».

e) nos tempos simples dos verbos pronominaes, e em todas as pessoas verbaes que têm o acento Tónico sobre a ultima ou sobre a penultima syllaba, exceptuado **sempre** o futuro, **antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou collisão de sons**, ex.: « *Eu ME queixei* ou *queixei-ME—Eu ME queixo* ou *queixo-ME* ».

Estas construcções « *Vos queixais-VOS—Nós queixavamos-NOS* » **offendem o ouvido**: deve-se dizer « *Vós VOS queixais—Nós NOS queixavamos* ».

f) nas sentenças negativas **geralmente antepõe-se**, ex.: «*Elle não ME quer* ».

2) Com verbos no subjuntivo o pronome objecto **antepõe-se sempre**, seja a sentença afirmativa, seja negativa, ex.: « *Que elle ME veja—Si nós o soubessemos—Si elles não NOS tivessem avisado—Quando elles não ME tenham visto* ».

**Ha a notar** que nas sentenças negativas, em todos os modos e tempos, colloca-se o pronome objecto entre a negação e o verbo raro o pronome objecto antes da negação, ex.: « *Si tu ME não me tivesses dito—Quando eu o não descubra* ».

3) O pronome objecto e a particula apassivadora *se* **nunca devem começar a sentença: seria incorrecto** dizer « *TE vejo sempre—SE contam cousas horriveis* ». Deve-se Deve-se dizer « *Vejo-TE sempre—Contam-SE cousas horriveis* ».

4) Com dous verbos no infinito **colloca-se o pronome objecto antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos**, ex.: « *Sem NOS poder ver, ou Sem poder ver-NOS, ou Sem poder NOS vêr* ».

Percebemos que há uma flexibilidade na formulação de algumas regras, esse fato pode ser observado em (1a) com o termo “indiferentemente”, o pronome objeto pode anteceder ou preceder os verbos. Pode ser visto também com o uso da alternativa “ou” como em (1c) e “geralmente” em (1e). Como compreender essa flexibilidade no uso da regra? A mobilidade do funcionamento da regra decorre do seu uso, isso aponta para heterogeneidades da língua, os deslizos, as rupturas da língua padrão, homogênea que se quer normatizar. Em (1e), observamos que a flexibilidade no emprego pode estar ligada ao estilo dos falantes. . A liberdade do uso de determinadas regras se limita ao estilo, ao belo, como se pode ver em: *antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou colisão de sons*.

Percebemos ainda em (1e) uma valoração da regra, um juízo de valor como no recorte:

*Estas construcções « Vos queixais-VOS—Nós queixavamos-NOS » offendem o ouvido: deve-se dizer « Vós VOS queixais—Nós NOS queixavamos ».*

Dado a descrição da regra, o locutor-gramático não diz “não use estas construções”, mas impõe o uso das construções corretas, como antevendo que os dois casos ocorrem na oralidade da língua.

- 2) Com verbos no subjuntivo o pronome objecto antepõe-se **sempre**, **seja** a sentença afirmativa, **seja** negativa, ex.: « *Que elle ME veja—Si nós o soubessemos—Si elles não NOS tivessem avisado—Quando elles não ME tenham visto* ».  
**Ha a notar** que nas sentenças negativas, em todos os modos e tempos, colloca-se o pronome objecto entre a negação e o verbo raro o pronome objecto antes da negação, ex.: « *Si tu ME não me tivesses dito—Quando eu o não descubra* ».

Em (2), com a expressão “sempre” a gramática pretende marcar a língua imaginária, que se pretende una, homogênea. No entanto a formulação das regras não é tranquila, a formulação como se pode perceber se constitui na tensão entre língua imaginária e língua fluida, uma vez que os enunciados prescritivos se valem de expressões como “geralmente”, “sempre”, “nunca”, impondo aquilo que se imagina ser “correto” e “incorreto”, mas ao mesmo tempo esses enunciados prescritivos não escapam à flexibilização da língua, pois esta se esquivava ao controle da regra como se pode perceber pelo uso das expressões “indiferentemente”, “ou... ou”. Podemos ver ainda a regra se constituindo com “seja... seja”, que funciona igualmente pela flexibilidade, que se instala no movimento da língua.

Em Julio Ribeiro, na formulação dos enunciados prescritivos, pode se ver um valor moral por meio do axioma “você deve x” (Auroux, 1991), na medida em que ele diz “nunca devem”, “sempre devem”. Isso aponta para um imaginário de que tudo que não está conforme a regra não está correto, de outro modo, pode-se dizer que o que está “incorreto” não faz parte da língua nacional. Tem-se o imaginário da necessidade de saber a regra para falar e escrever bem. É esse pré-construído que sustenta a textualidade da gramática.

Além dessas questões aqui mostradas, percebemos que as regras também se constituem pelos acréscimos gramaticais. Pelos acréscimos, a posição sujeito do gramático é a de interventor da regra na busca de completude do significado da regra. Há quase um apelo silencioso dirigido ao interlocutor (o leitor) para a compreensão do que está posto na regra.

As regras em (3) e (4) a seguir reforçam essa diferença com o uso da expressão “porém...” e “excetuando...”:

3) Com o verbo no infinito pessoal o pronome objecto antepõe-se ao sujeito, ex.: « *Descobrires-ME tu* ».

Si, **porém**, a phrase do infinito pessoal é complemento de uma preposição, o sujeito antepõe-se ao pronome objecto, e ambos ao verbo, ex.: « *Para TU ME descobrires.*

*Sem VÓS ME verdes* ». Póde-se também dizer, deixando o sujeito depois do verbo « *Sem o vemos NÓS* ».

4) Com verbo no indicativo o pronome objecto

a) nos tempos simples, **excepto** o futuro, antepõe-se ou pospõe-se indifferentemente ex.: « *Eu TE amo* ou *amo-TE* ».

b) no futuro antepõe-se, ex.: « *Tu ME verás* ».

c) nos tempos compostos, **excepto** o futuro anterior, antepõe-se ou pospõe-se ao auxiliar, ex.: « *Nós o temos visto* ou *temol-o visto* ».

d) no futuro anterior antepõe-se sempre ao auxiliar, ex. *Tu NOS terás visto—Elle o terá querido* ».

e) nos tempos simples dos verbos pronominaes, e em todas as pessôas verbaes que têm o acento tonico sobre a ultima ou sobre a penultima syllaba, **exceptuado** sempre o futuro, antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou collisão de sons, ex.: « *Eu ME queixei* ou *queixei-ME—Eu ME queixo* ou *queixo-ME* ».

Estas construcções « *Vos queixais-VOS—Nós queixavamos--NOS* » offendem o ouvido: deve-se dizer « *Vós VOS queixais—Nós NOS queixavamos* ».

f) nas sentenças negativas geralmente antepõe-se, ex.: « *Elle não ME quer* ».

Essas expressões na textualidade dos enunciados prescritivos introduzem algo novo à regra anteriormente formulada, para contrapor o seu uso como em (3), (4), outras vezes para emitir juízo de valor.

A reflexão sobre a (in)completude da linguagem na formulação das regras mostra o efeito da completude (imaginária) da língua, mas também as brechas que mostram a sua incompletude (real). Diante disso, pode-se observar que o que sustenta a formulação da regra e do acréscimo (comentário) é o conflito entre a completude e incompletude da linguagem. Como afirma Orlandi (2001, p. 19), na passagem que já havíamos citado:

A incompletude é característica de todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que consideramos como qualidade e não defeito: a falta, como temos dito em abundância, é também o lugar do possível na linguagem. É isto que chamamos “a abertura do simbólico”.

Na formulação das regras, a gramática de Julio Ribeiro se constitui por formulações do tipo: “nunca devem”, “nunca se coloca”, “seria incorreto dizer”, “deve-se dizer”, “coloca-se...”, “não se diz”, que prescrevem uma língua padrão, culta, imaginária, idealizada, também podemos perceber uma língua que se movimenta, que se flexibiliza como nas formulações introduzidas pelas expressões “todavia”, “Porém”, “Cumprer notar”, dentre outras.

Como efeito de conclusão aos estudos realizados na gramática de Ribeiro podemos dizer que a formulação das regras se constitui por meio de enunciados prescritivos (regras), seguidos de exemplos variados, o Português falado no Brasil e mesmo exemplos na língua francesa e enunciados opinativos (os acréscimos), que produzem efeito de comentário. Observa-se que nesse jogo de significação da produção de sentido da regra o gramático vai instituindo a norma de uma língua falada no Brasil, que se marca diferente da língua imposta pelos portugueses. Na instituição da norma o gramático determina um padrão de língua, como se ela fosse homogênea (imaginariamente), no entanto o gramático se depara com a (in)completude da linguagem, com a sua heterogeneidade constitutiva.

A seguir passamos a analisar como se constitui a formulação das regras e os acréscimos em Said Ali.

### **3.2 A publicação da gramática de Said Ali no início do século XX**

Antes de procedermos à análise da gramática de Said Ali, faremos um breve percurso histórico de sua vida. Manoel Said Ali foi linguista, poliglota, botânico, zoólogo e geógrafo brasileiro nascido em Petrópolis, Rio de Janeiro. Foi o primeiro a tratar cientificamente a sínclise pronominal ou mesóclise, a colocação do pronome no meio das formas verbais. Filho de pai turco, Said Ali, e mãe alemã, Catarina Schiffler, iniciou os estudos em Petrópolis e chegou ao Rio de Janeiro aos 14 anos. Said ali era viúvo (1944) de

Gertrudes Gierling, de origem alemã, com quem foi casado no começo do século, e faleceu no Rio de Janeiro (1953)<sup>11</sup>.

Teve como alunos personalidades da nossa literatura como Manuel Bandeira, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Artur Moses e Lopes da Costa. Introduziu no Brasil o método direto do ensino de línguas e colaborou com Capistrano de Abreu em diversos trabalhos, entre os quais um estudo sobre a língua dos índios caxinauas. Além de fazer várias traduções, organizou edições de Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias e Castro Alves, e esclareceu vários problemas filológicos da língua portuguesa aplicando o método histórico-comparativo à sintaxe e à semântica.

Começou publicando artigos na *Revista Brasileira* (1895) e publicou várias obras, dentre as quais destacamos: *Compêndio de Geografia Elementar e Vocabulário Ortográfico* (1905), *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), *Lexiologia do Português Histórico* (1921), *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico* (1923), *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1924), *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1930), *Versificação Portuguesa* (1949), seu último livro em vida, e *Acentuação e Versificação Latinas* (1957), reunião póstuma de uma série de seus estudos, originalmente publicados na *Revista de Cultura*.

O professor Manuel Said Ali Ida, segundo Bechara (1975), fez os primeiros estudos na cidade de Petrópolis, no Rio, ingressou na benemérita livraria alemã de *Laemmert*, que lhe facilitou as portas das mais variadas publicações. Para ganhar a vida, ingressou no magistério. Foi professor de alemão da Escola Militar e do Ginásio Nacional (depois Colégio Pedro II), e lecionou geografia, alemão, francês e inglês em colégios do Rio de Janeiro. Por considerar que os estudos de língua portuguesa, em sua maioria, não eram conduzidos à luz dos “modernos princípios linguísticos e filológicos”, deu início a uma série de publicações, em 1895, na *Revista Brasileira*, que o iriam projetar entre os mais competentes mestres da época.

---

<sup>11</sup>Informações retiradas de <<http://www.brasilecola.com/biografia/manuel-ida-said-ali.htm>>. Acesso em julho de 2012.

Said Ali, devido ao conhecimento mais aprimorado da linguística europeia do seu tempo, a dos neogramáticos, se pautou nas bases doutrinárias para uma sistematização nova dos fatos gramaticais brasileiros. Segundo Mattoso Câmara (2004 p. 225):

É importante ressaltar que muitos dos pontos de vista aí sustentados por Said Ali estão hoje vitoriosos no ensino oficial. Assim a sua compreensão das formas verbais em -ria (cantaria, comeria, partiria) como uma modalidade de futuro – o que é futuro em relação ao momento focalizado no pretérito e agora no momento da comunicação pode ser passado ou não se ter verificado e adquirir por isso valor de “irreal” “disse que viria” – a vinda foi prevista como um fato futuro no momento em que ele falou, e no momento atual, em que se enuncia a fala, essa vinda já se deu ou deixou de dar, isto é, é fato passado ou fato irreal.

Said Ali traz grande contribuição ao esclarecimento de casos gramaticais e estilísticos, interpretando os modernos romances da época, como de Julio Diniz, Machado e Eça, mas se opõe ao purismo clássico dos séculos XVI e XVII.

De acordo com Mattoso Câmara (*ibidem*):

Em contraste com a tendência da filologia do seu tempo, só preocupada com a linguagem formalística e um tanto convencional dos textos expositivos em que o escritor abandona a espontaneidade da reação linguística para se exprimir meditadamente, na base de um raciocínio gramatical que se lhe impõe como um cerimonial de etiqueta. Isso lhe permitiu perceber e apreciar o fenômeno fonético da “entonação” ou modulação da voz na frase (num excelente artigo em *Dificuldades da língua portuguesa*), em cujo estudo foi um verdadeiro pioneiro para o português e bem merece ter continuadores.

Apresentamos a seguir (Figura 3) a capa da *Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa* (1924) de M. Said Ali, publicada pela Editora Proprietária Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

# GRAMMATICA SECUNDARIA

DA

## LINGUA PORTUGUEZA

POR

M. SAID ALI

PROFESSOR DO COLLEGIO PEDRO II  
E DA ESCOLA DO ESTADO MAIOR



UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Biblioteca Central

EDITORA - PROPRIETARIA  
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO

Figura 3: Capa da *Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa*, 1ª edição, de 1924, fotografada do acervo da Biblioteca Central de Campinas.

Abaixo transcrevemos o índice da *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* de M. Said Ali, cada item vem subdivido em vários tópicos, que foram omitidos desta descrição.

- Prólogo
- Gramática e sua divisão
- Phonetica
- Orthographia
- Lexeologia
- Formação das Palavras
- Syntaxe e Estilística

O prólogo da *Grammatica Secundaria* de Said de Ali foi escrito pelo próprio autor, que apresenta o objetivo: “Tem o presente compêndio por objeto expôr as doutrinas e regras gramaticaes relativas à nossa língua, atendendo as necessidades e conveniências do ensino secundário”.

É interessante ressaltar que na construção desse discurso, o pronome *nossa* refere-se à língua portuguesa do Brasil e tem um direcionamento específico, isto é, atender às necessidades do ensino secundário do Brasil. De acordo com Orlandi (2002, p. 22),

Nem é preciso afirmar a importância, nesses casos, da construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pré-requisitos básicos para ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua nacional.

No prólogo encontramos a concepção do autor de que todo o gramático deve tanto quanto possível “aplanar a estrada ao estudante”, ou seja, facilitar o ensino da gramática para que o aluno aprenda com menos dificuldades a sua própria língua. Ressalta-se aqui que Julio Ribeiro (p.1) tem essa mesma linha de pensamento quando diz que “a grammatica expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade”; todavia a aprendizagem para ele se dava de modo “natural”, por imitação. O autor refere-se ao fato de utilizar uma linguagem que esteja ao alcance desse falante secundarista, evitando a filiação ao latim, fato que dificultaria o acesso à língua, ou dito de outro modo, o aluno secundarista ainda não dispõe requisitos linguísticos para essa leitura, e justifica dizendo: “Evito por isso geralmente a terminologia abstrusa e inútil, e refiro, menos do que se costuma, os factos da língua que falamos a fenômenos correlatos do idioma latino”. Como se pode observar, em relação aos objetivos do estudo da gramática, pode-se perceber certa similaridade entre Julio Ribeiro e Said Ali, quando tratam da facilitação do estudo/aprendizado da língua.

Said Ali fala sobre a inclusão de uma lista de prefixos e radicais gregos, apenas para consulta. Todavia, no item Formação de Palavras, acresce elementos formativos do latim e do grego, sempre esclarecendo que essas palavras não são acessíveis ao leitor estudante secundarista, ou seja, atribui incapacidade de leitura do aluno secundarista. A

posição do gramático nos leva a assegurar que existe aqui ao menos o mecanismo de controle, que Zoppi-Fontana (1991) chama de “mecanismos normalizadores”.

Filiando-se a alguns gramáticos notáveis, tais como Schmallz, na *Lateinische Gramatik*, Said Ali associa o termo Estilística à Sintaxe e sustenta que o estudante encontrará aí indicações para um bom estilo, que mesmo dizendo conhecer as limitações impostas pelo grau de dificuldade do tema. Todavia, o autor espera que “o estudante secundarista obtenha bons frutos” como resultado desse minucioso trabalho.

Podemos compreender dessa escrita do autor que o pré-construído<sup>12</sup> é o da falta de conhecimento do leitor e impõe uma leitura “facilitadora” para que essa leitura seja possível. Isso nos mostra um efeito-leitor que se constitui pela falta, a falta de conhecimento sobre a língua, levando o gramático a estabelecer um tipo de texto que facilite a compreensão do leitor, tornando-o acessível.

Said Ali deixa evidenciada sua filiação: “resolvi cingir-me, na exposição dos elementos formativos de origem grega, ao que se encontra em *Mots dérivés du Latin et du Grec*, par I Carré, feitas as modificações indispensáveis”.

Na abordagem do item *Grammatica e sua divisão*, lemos que para o autor *Grammatica* é o conjunto das regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou fonemas, às formas dos vocábulos e à combinação destes em proposições. Divide-a em *histórica* e *descriptiva*. *Grammatica histórica* é aquela que estuda a evolução dos diversos factos da língua desde a sua origem até a época presente, ou seja, objetiva descrever a mudança no português ao longo da história. *Grammatica descriptiva* é a que expõe os fatos da língua atual. É *prática* quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever corretamente e *científica* quando procura esclarecer vários fatos à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.

O autor formula o que é gramática comparativa tratando das subdivisões da gramática, que veremos mais à frente. A *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* apresenta-se como descritiva, no entanto, segundo Guimarães (2004, p.96),

---

<sup>12</sup>O pré-construído é a memória discursiva, o já-dito. São os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, e que torna possível todo dizer. Segundo Orlandi: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (1999, p. 31).

Mattoso Câmara [...] é, na história da gramática no Brasil, o linguista que primeiro realizou uma gramática descritiva (não normativa) ocupando o lugar enunciado nesta história por Said Ali. Deste modo, entre outras coisas, ele dá continuidade ao deslocamento de nossos estudos de língua, que, com ele, tomam efetivamente como objeto a língua e não mais a língua nacional.

Vemos com Guimarães (*ibidem*) que, embora Said Ali divida a Gramática em descritiva e histórica, ele realiza apenas a gramática normativa. No entanto, segundo Guimarães (2004, p, 68),

A distinção de Said Ali, ao assumir o lugar para os dois tipos de gramática, e não simplesmente substituir na definição um tipo por outro, produz efetivamente um novo lugar no domínio da gramática no Brasil. Assim, é ao admitir explicitamente um lugar para uma gramática prática (normativa) que Said Ali instala o lugar da gramática descritiva na história da gramática no Brasil.

Para Said Ali, *as regras gramaticais* são estabelecidas segundo o uso geral, à prática das pessoas cultas e a dos “bons escritores”. Essas regras são comuns às línguas mais conhecidas ou a um grupo de língua congêneres, que se costumam chamar, exageradamente, *de regras ou princípios de gramática geral*. Said Ali, assim como Julio Ribeiro, orienta que a observação de “bons escritores” serve de modelo para o aprendiz da língua.

Em relação à posição de Sai Ali, podemos retomar o que dissemos no capítulo anterior sobre a noção de norma proposta por Aurox (1991, p. 81):

O problema com a noção de norma é principalmente devido à nossa concepção de verdade como valor muito distante. É verdade que a proposição expressa o que é como é. Por definição a norma que expressa um dever não pode ter nessas condições valor de verdade. A verdade é juízo de valor de realidade, e não juízos de valor<sup>13</sup>.

Pensamos que o valor de verdade de que fala Aurox pode estar presente na concepção de Said Ali, na medida em que as normas são estabelecidas segundo o uso geral,

---

<sup>13</sup>*Le problème posé par la notion de norme tient essentiellement à notre conception de la vérité comme valeur tout à fait à part. Est vraie la proposition qui exprime ce qui est tel que cela est. Par définition la norme qui exprime un devoir-être ne peut dans ces conditions avoir de valeur de vérité. La vérité est une valeur des jugements de réalité, pas des jugements de valeur* (AUROUX, 1991, p. 81).

praticada pelos “bons escritores”, ou seja, o uso propicia estabilidade produzindo efeito de verdade.

A própria nomeação de *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* é significativa de uma abordagem que tem como objetivo “expor as doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua, ou, seja a língua portuguesa do Brasil, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário”. Segundo Lagazzi (2012, p. 180),

Entre o texto da Gramática Histórica e o texto da Gramática Secundária, há diferenças importantes. A sintaxe marcada pela definição na forma X é Y, presente na Gramática e sua divisão, que compõe a Gramática Secundária, é uma marca estruturante de um funcionamento normativo, já que ao definir o sujeito delimita o que se fala, de quem se fala, o que lhe permite estabelecer uma regra. A normatividade precisa ser muito bem localizada!

Analisando a maneira como Said Ali formula as regras, deparamo-nos com demarcações teóricas que o identificam. O gramático argumenta sobre a condenação ao purismo e a afirmação da normatividade da língua nacional. “A normatividade não é para ele da língua enquanto linguagem, mas da língua nacional: da língua politicamente apropriada. Língua nacional que opera uma expropriação da língua do povo formulado como sujeito de sua própria língua” (GUIMARÃES, 2004, p. 77).

Para Said Ali, a gramática comparativa estuda duas ou mais línguas do mesmo tipo, mostrando as semelhanças e dessemelhanças existentes entre as mesmas. O autor divide a gramática em: *phonetica ou phonologia*, que é o estudo dos sons; *lexicologia*, estudo dos vocábulos e *syntaxe*, estudo das orações e das palavras consideradas como partes da oração.

Para o gramático, a *syntaxe* considera a oração ou proposição como um todo, e as palavras que a constituem como termos essenciais ou secundários da proposição. Outro ponto de reflexão é o tópico *Syntaxe e Estilística* (p. 172). Notamos que desde o início do capítulo o autor se refere apenas à *Syntaxe*, destacando no tópico o conceito de *oração ou proposição*, que diz ser *a combinação de palavras (e às vezes uma só palavra) com que nos dirigimos a alguém para dar ou pedir informação, para exortá-lo a praticar ou deixar de praticar algum acto, ou para manifestar uma aspiração, um desejo*. O que se pode compreender desses dizeres é que a *syntaxe* é mais importante nessa proposição, fato que se

corroborar quando encontramos um tópico com o título: *Equivalentes estilísticas das orações condicionais* (p. 189), no qual a sintaxe continua como foco principal.

Guimarães (2004, p.104) discute a posição de Mattoso Câmara e Said Ali em relação à *Gramática e Estilística*, dizendo:

Se considerarmos, então o conjunto das obras de Said Ali e Mattoso Câmara, podemos ver nelas semelhanças. Para Said Ali de um lado há a gramática e de outro os estudos estilísticos (meios de expressão nos seus termos) e ainda a semântica (estudo de mudanças de sentido das palavras). Para Mattoso há de um lado a gramática cuja contraparte é a estilística. E há uma outra distinção, um outro corte que cruza o primeiro: a gramática (estudo da significação interna, dos morfemas) e a semântica (estudo do sentido das palavras). Apesar das semelhanças entre as posições podemos encontrar aí diferenças importantes. A primeira delas é o nível de elaboração teórico-metodológica de Mattoso ao apresentar essas distinções. Em Said Ali, apareceu muito mais pelo traçado de suas descrições do que propriamente por uma formulação metodológica direta.

Nessa reflexão, Guimarães coloca que Said Ali apenas trabalha metodologicamente a questão da *Gramática e da Estilística*, e quem realmente se posiciona teórico-metodologicamente a respeito do tema é Mattoso Câmara.

Como fizemos nas descrições anteriores, nesta parte da gramática, vamos apresentar o tópico *vícios de linguagem*, de modo a explicitar o seu posicionamento sobre o tema, e ressaltamos a importância que o autor dá a esse assunto. Tendo em vista a posição do autor de que o aluno aprende “lendo bons escritores”, podemos entender o porquê desse destaque já que a ênfase se dá sobre os “erros”, tais como: *barbarismo, solecismo, vulgarismo, provincialismo, cacofonia ou cacophaton, preciosismo, arcaísmo, neologismo*. Apresenta também as *anomalias de linguagem* destacando o *idiotismo*.

O autor chama *idiotismo ou expressão idiomática toda a dicção que não se analisa, ou está em conflito com os princípios gerais da gramática, sendo, porém geralmente adoptada na boa linguagem*, alertando para o equívoco de se pensar que o *idiotismo* é algo particular de uma língua, pois é impossível o conhecimento de todas as línguas para todos.

Antes de analisar nosso corpus específico, “a colocação dos pronomes átonos”, queremos apresentar de modo geral a gramática de Said Ali, e para tanto trazemos o recorte abaixo sobre o gênero do substantivo para mostrar o funcionamento discursivo da regra,

procurando compreender sua formulação, com suas regularidades e deslizamentos que as constituem.

Genero dos substantivo

Genero pela terminação

**a) Nomes de cousas**

São masculinos os nomes de cousas terminadas em **-o atono**, e geralmente femininos os que terminam em **-a atono**:

o livro	o quadro	a casa	a língua
o copo	o tinteiro	a rosa	a mesa
o pecego	o navio	a pera	a caneta
o cabelo	o ovo	a uva	a rua
o dedo	o morro	a manga	a janela
o peito	o rio	a boca	a porta

Excepções.

1º Embora terminem em **-a**, são masculinos:

dia	planeta	Paradigma
dogma	mappa	prisma
drama	tapa	sofhisma
clima	enigma	aneurysma
cometa	estigma	fantasma

2º os seguintes terminados em **-ema** e **-emma**:

thema	dilemma	anathema
trema	systema	diadema
problema	poema	theoremata
emblema	schema	
lemma	estratagema	

3º os termos médicos em **-oma**, como *fibroma*, *carcinoma*, *coma* (estado comatoso), e além destes, os seguintes:

aroma	idioma
axioma	diploma

**NOTA.** — Nomes em **-ema** e **-oma** não compreendidos nos caso 2.º e 3.º são naturalmente femininos: *gema*, *algema*, *apostema*, *poma*, *somma*, *coma* (cabeleira), etc.

Nessa regra, Said Ali legitima uma norma do português em uso no gênero do substantivo. O autor inicia com nomes de coisas, trazendo uma relação de nomes dizendo que são masculinos os terminados em – o átono, e geralmente femininos os que terminam em –a átono. Vemos que o advérbio de modo “geralmente” produz um efeito de regularidade. Traz a seguir, as exceções divididas em três casos, direcionando desse modo, para a heterogeneidade da língua. Assim, podemos dizer que as exceções funcionam como efeito de constatação dessa heterogeneidade da língua. Para a constituição dessa regra percebemos um deslizamento de sentidos em forma das exceções e de uma nota em relação a um tipo de acréscimo que autoriza o uso de determinada regra. Para justificar essa deriva, menciona que os nomes não compreendidos nos casos 2º e 3º são “naturalmente femininos”, ou seja, esse é um fato gramatical próprio da língua, produzindo assim um efeito do que Dias (2006, p. 23) chama de “efeito de inerência<sup>14</sup>”.

Na formulação da 4ª regra o autor apresenta palavras compostas pelo sufixo “–gramma”, os terminados em “agma”, a palavra “plasma” e compostos (menos cataplasma). A formulação dessa regra se dá na sua relação com o exemplo. Ao dizer na regra geral que são masculinos os nomes de coisas terminados em –o átono, e segundo o autor, “geralmente femininos” os que terminam em –a átono, constata pelo exemplo como esse fato aparece.

Na formulação da 5ª regra – “as denominações de letras do alfabeto: alpha, jota, beta, etc.” seguem a regra geral. “Os nomes oxítonos em –á. - é –i -ó - -u e os terminados em ditongo puro são geralmente masculinos”. Para comprovar a veracidade das regras também traz exemplos.

Nessa regra há o destaque para as exceções, comprovadas pelo uso do exemplo. Os exemplos na gramática são imediatamente reconhecíveis graças aos recursos tipográficos para distinguir o discurso metalinguístico. Podemos dizer que nos casos acima e outros da gramática, o gramático utiliza o exemplo para observar de que modo se comprova a regra, ou seja, com se produz o efeito de verdade.

Com o mesmo objetivo de trazer uma visão geral da gramática de Said Ali, trazemos para a análise o plural dos adjetivos:

---

<sup>14</sup>Aquilo que se diz sobre o pronome já está presente nas construções do português, bastaria ao gramático observar o fenômeno e integrá-lo à gramática.

Os adjectivos acabados em vogal formam, como os substantivos, o plural com o accrescimento de **-s**; os terminados em consoante tomam em geral **-es**:

rico	ricos
forte	fortes
vulgar	vulgares
sagaz	sagazes
cortez	cortezes

OBSERVAÇÃO I. – Sendo a terminação **-m, em, -im, -om ou -um**, muda-se, na escripta, **m** em **n** antes de acrescentar **-s**: *virgem, virgens; ruim, ruins; bom, bons; comum, comuns*.

OBSERVAÇÃO II. – O vocábulo *simples* conserva-se hoje invariável. Outrora dizia-se *símplices*.

Os terminados em **-al, -ol, -ul** eliminam a consoante **l** antes de tomarem **-es**:

fatal -fataes  
hespanhol hespanhoes  
azul azues.

Nos adjectivos acabados em **-el**, a eliminação da consoante dá lugar a que taes adjectivos terminem no plural em **-eis**:

cruel cruéis  
afável affaveis

Os terminados em **-il** têm o plural em **-is** se forem oxytonos, e em **-is** se forem paroxytonos:

subtil	subtis	habil	habeis
vil	vis	facil	faceis
gentil	gentis	util	uteis

Os que acabam em **-ao** mudam a terminação em **-ões**:

folgazão folgazões                      valentão valentões  
grosseirão grosseirões                  poltrão poltrões.

Exceptuam-se:

1.º os que têm o plural em **-ãos**, a saber:

Christão, chão, comarcão, loução, pagão, temporão, são, vão.

2.º os seguintes, que formam o plural em **-ães**:

alemão, catalão, charlatão

Essas regras se constituem pela regra geral, pelas de exceções, observações e exemplos:

Os adjectivos acabados em vogal formam, como os substantivos, o plural com o accrescimo de **-s**; os terminados em consoante tomam em geral **-es**.

cortez cortezes

OBSERVAÇÃO I. – Sendo a terminação **- m, em, -im, -om ou -um**, muda-se, na escripta, **m** em **n** antes de acrescentar **-s**: *virgem, virgens; ruim, ruins; bom, bons; comum, comuns*.

OBSERVAÇÃO II. – O vocábulo *simples* conserva-se hoje invariável. Outrora dizia-se *símplices*.

Na formulação da observação I e II podemos ver que pelo carácter exaustivo da regra se constrói a ilusão da completude da língua, da unidade imaginária da língua, ou seja, esse tipo de acréscimo pretende- significar como complemento da regra e como comparativo entre o uso presente (hoje=atualidade) e o uso de outrora (passado).

As outras regras apontam para os fatos linguísticos naturalmente. O que se destaca são as exceções, que podem produzir um efeito de dinamismo e fluidez na língua.

Exceptuam-se:

1.º os que têm o plural em **-ãos**, a saber:

Christão, chão, comarcão, loução, pagão, temporão, são, vão.

2.º os seguintes, que formam o plural em **ães**:

alemão, catalão, charlatão

### **3.2.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Said Ali**

Nesse tópico trataremos do funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos em Said Ali. Apontamos inicialmente para uma diferença consubstancial em relação à gramática de Julio Ribeiro, isto é, o modo como ela é discursivizada, interpretada. Não podemos deixar de pensar nas condições sócio-históricas da época da publicação da Gramática de Said Ali. O Brasil já tinha constituído a língua nacional, então não se buscava mais reafirmar a diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal. A questão da língua nacional não estava mais no centro das discussões mas aparecia como marca de nacionalidade, de unidade do /estado nacional,

A função do gramático no início do século era produzir a identidade do português como língua nacional brasileira. Os estudos de Said Ali, mais que isso, são considerados, junto com outros autores, como tendo uma configuração e um aporte teóricos bem definidos, e traz a discussão sobre a língua nacional como marca de nacionalidade, de unidade do estado nacional.

Selecionamos alguns recortes da gramática de Said Ali para análise do funcionamento das regras em relação à colocação do pronome átono.

- (1) As formas pronominaes átonas *me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as* collocam-se em portuguez **normalmente** apoz o verbo a que servem de complemento e a elles se encostam, sendo pronunciadas como se com o verbo constituíssem um vocábulo só. Chamam-se por isso pronomes **enclíticos**.

**Certas causas de ordem phonetica podem entretanto** determinar o deslocamento das referidas formas pronominaes para antes do verbo.

Tomando o verbo como termo aferidor, **costuma-se então** dizer que *me, te, se*, etc. passaram a pronomes **proclíticos**.

**Este modo de considerar o facto não é rigoroso**; porquanto na maioria dos casos o que succede é deixar o pronome de ser enclítico do verbo para ser enclítico de outra palavra precedente.

- (2) Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito não se usa o pronome átono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, collocando-se *me, te, se*, etc. entre a parte verbal correspondente ao infinitivo e as terminações – *ei, -ás, -á,-ia; -ias, ia*, etc. Neste caso, é costume considerar os ditos pronomes como mesoclíticos.

**OBSERVAÇÃO.** - Isto que hoje nos parece uma forma verbal talhada pelo meio para se encaixar na brecha o pronome complemento, tem explicação histórica muito diversa. O pronome serviu a principio como enclítico do infinitivo, dizendo-se em seguida a esta combinação e como vocábulo independente o auxiliar *hei, has*, etc. *Amar-te-hei* procede de *amar-te, hei; mandar-me-has de mandar-me, has*, etc.

- (3) O deslocamento, isto é, a passagem de enclítico verbal a enclítico de vocábulo anterior, effectua-se, no falar lusitano, geralmente para valorisar o termo deslocante, cuja pronuncia é ou extremamente fraca (palavra átona) ou mais forte que a habitual (palavras interrogativa, exclamativa e emphaticas).

Termo deslocamento e verbo constituem um todo phonetico. Pronunciam-se ligados.

Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito não se usa o pronome átono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, collocando-se *me, te, se*, etc. entre a parte verbal correspondente ao infinitivo e as terminações – *ei, -ás, -á,-ia; -ias, ia*, etc. Neste caso, é costume considerar os ditos pronomes como mesoclíticos.

- (4) Inversamente, não é deslocante a palavra que requer pausa, ainda que fraca, antes de se proferir o verbo acompanhado de regimen átono.

Esta ultima regra não se applica, todavia aos casos em que entre um termo deslocante e o verbo se entercallam outros dizeres. Persiste então o deslocamento; porém o pronome átono, que na linguagem antiga podia se arrastado para junto do primeiro termo, limita-se em portuguez moderno a ficar anteposto ao verbo.

A PRONUNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; D' AHI RESULTA QUE A COLLOCAÇÃO PRONOMINAL EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE COM A DO FALAR DOS PORTUGUEZES.

- (5) Se dous infinitivos, cada qual com sua preposição clara, se usam em frases diferentes denotando contraposição de idéas, contraste de pensamentos, ou pronomes regimens vêm apoz os verbos:

*Para servir-vos*, braço ás armas feito; *para cantar-vos*, mente ás musas dada (Camões).

Não tinha o desejo *de contentar-te*, mas *de servir-te* quando fosse preciso.

Não tanto *para prendel-a* como *para subtrahil-a* á mai (Camillo).

Não se tratando de contraste, nem de complemento multiplo, podem as preposições (excepto *a* e *por*) expressas antes de infinitivo impessoal. Segundo acima vimos, deslocar ou deixar de deslocar o pronome regimen. Os bons escriptores costumam antepô-lo quando, pela intonação crescente, querem dar mais realce ao verbo ou a outro termo final da oração:

Tendes razão *de me odiar mortalmente* (Herculano).

*Para os guiará morte* (Camões).

Esquecendo *de vos restituir a chave* (Herculano).

Outras vezes, o lugar do pronome atono pode ser determinado pelo intuito de dar á oração estructura mais agradável ao ouvido:

Não tardou *em espalhar-se* na povoação e nos lugares circunvizinhos que Eurico era o autor (Herculano).

**OBSERVAÇÃO.** - Sendo facultativa, em certos casos, a anteposição do pronome ao infinitivo impessoal, torna-se naturalmente systematica esta collocação desde que, nos mesmos casos, se tenha de empregar o infinitivo flexionado. Evita-se, assim a formação de grupos fonéticos exdruxulos. Podendo escolher entre *de nos falarem* e *de falarem-nos*, *para nos recommendarem* e *para recommendarem-nos*, nenhum escriptor classico hesita em decidir-se pela primeira forma.

- (6) O adverbio de negação, modificando directamente o infinitivo, desloca o pronome atono sempre que o infinitivo é flexionado, mas pode deixar de o deslocar quando o infinitivo não tem flexão:

O melhor será *não nos aproximarmos* do perigo.

Bom é *não te habituares*.

Então sentirás *não te despedires* de mim (Bernardes).

Amar o amor é a maior de todas as ditas, como não *amal-o* a maior de todas as miserias (Bernardes).  
O merecel-as é a principal para não *alcançal-as* (H. Pinto).  
A noção que a natureza humana tem para desapertar-se de preceitos e não *submeter-se* a obrigações, é a mesma que tem um novilho para não entrar no arado (Bernardes).  
O outro e maior [modo] é não *atravessal-o* pelo diâmetro (Vieira).  
Mil vezes quiz morrer só por não *vel-a* (Castilho).

**OBSERVAÇÃO.** - A precedente regra é applicavel ao infinitivo precedido de **nem**, equivalente de **não**: *bom será não se queixarem nem se affligirem*.

- (7) Preposição e adverbio de negação, ainda que venham juntos referindo-se ao mesmo infinitivo impessoal, nem por isso forçam o pronome a vir antes do verbo:

Dizei-me quanto perderemos *em não amar-vos* (Bernardes).  
Por não *deixal-o* ao mundo, da janella o atira (Castilho).  
Navegaram [o mar] *sem nunca achar-lhe* termo (Bernardes).  
Para perdoar-me estais despertos e, *por não devassar-me*, estais fechados (Bernardes).  
Supunha estranhez da desatenção do magistrado *em não premial-os* (Bernardes).  
Por não *arrojar-nos* a discorrer em cousas mais odiosas (Bernardes).

- (8) Quando o infinitivo vem precedido de querer, dever, poder, mandar, ir e outros verbos, o pronome atono complemento do infinitivo deixa muitas vezes seu lugar próprio para ligar-se ao verbo auxiliar:

*Podem dizer-me* ou *podem-me dizer*.  
*Quizeram perdoar-te* ou *quizeram-te perdoar*.  
*Devia mostrar-me* ou *devia-me mostrar*.

Nenhuma outra palavra, alem das preposições, advérbio de negação, a palavra *nem* e os verbos auxiliares, tira de seu lugar apoz o infinitivo o complemento expresso por pronome pessoal atono.

Em certas orações adejectivas, em que se omitta o auxiliar, é responsável pela anteposição do pronome, não o infinitivo, mas o auxiliar subentendido:

Tenho muito *que te contar* [isto é: *que te devo contar*].  
Não sei com *que o tranquillisar* [isto é: *com que o possa tranquillisar*].  
Não tens de *que te queixar* [isto é: *de que te devas ou possas queixar*].  
Teremos com *que os contentar* [isto é: *com que os poderemos contentar*].

(SAID ALI, 1924, p. 278 a 283), (Grifos nossos)

Vemos no gesto de instituir a norma para a língua que Said Ali formula as regras de forma contínua e vai colocando-as sem intervalo, sem numeração, mostrando-nos o esforço de não deixar de fora ou de não transbordar o que pensa ser indispensável ao funcionamento da língua que descreve.

Em (1), Said Ali analisa a colocação dos pronomes átonos. Chama a atenção o significado da expressão “normalmente” em relação ao uso do pronome enclítico como atestando sua regularidade. É como se essa expressão fizesse parte da realidade e, de fato, fizesse parte da língua, ou seja, o pronome vem sempre colocado após o verbo. Conforme Orlandi (2009, p.38),

Said Ali toma assim a posição de que o pronome átono, posposto ao verbo (ênclise), ocupa lugar que na construção usual compete aos complementos, singularizando apenas por vir foneticamente unido ao verbo e a ele subordinado. Esta, diz ele, é a colocação normal. Note-se o uso de “normal” para a generalização desse uso que é o uso na língua portuguesa de Portugal.

Na formulação da regra da ênclise o gramático diz: *Certas causas de ordem fonética podem entretanto determinar o deslocamento das referidas formas pronominaes para antes do verbo*(p.294), produzindo efeito de deslizamento no uso e remete a um comentário que produz efeito de “exceção à regra” (1), ou seja, transformam-se em próclise, conforme segue: “Tomando o verbo como termo aferidor, costuma-se então dizer que *me, te, se*, etc. passaram a pronomes proclíticos”. Em “costuma-se”, percebemos um efeito de sentido de frequência do uso, ou seja, a transformação em próclise é um processo habitual.

Na regra (1), temos a flexibilização do emprego dos pronomes átonos pela presença do advérbio “normalmente” que faz deslizar o uso conforme o modo de dizer dos falantes, ou seja, do modo como o falante é tomado pela língua no espaço de enunciação desse período.

Vejamos o recorte (2):

(2) Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito não se usa o pronome átono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, collocando-se *me, te, se*, etc. entre a parte verbal correspondente ao infinitivo e as terminações *-ei, -ás, -á, -ia; -ias, ia*, etc. Neste caso, é costume considerar os ditos pronomes como mesoclíticos.

**OBSERVAÇÃO-** Isto que hoje nos parece uma forma verbal talhada pelo meio para se encaixar na brecha o pronome complemento, tem explicação histórica muito diversa. O pronome serviu a principio como enclítico do infinitivo, dizendo-se em seguida a esta combinação e como vocábulo independente o auxiliar *hei, has*, etc. *Amar-te-hei* procede de *amar-te, hei*; *mandar-me-has* de *mandar-me, has*, etc.

Percebemos na formulação da regra no recorte (2), uma aproximação do português de Portugal, pois se sabe que a mesóclise só ocorre em raríssimos casos na língua escrita do Brasil, quando o verbo estiver no futuro do presente ou futuro do pretérito e não puder ser substituído pela próclise. No deslizamento da formulação da regra para a observação, o autor explica historicamente a origem da mesóclise.

Analiseemos o recorte (3) abaixo:

(3) O deslocamento, isto é, a passagem de enclítico verbal a enclítico de vocábulo anterior, effectua-se, no falar lusitano, geralmente para valorisar o termo deslocante, cuja pronuncia é ou extremamente fraca (palavra átona) ou mais forte que a habitual (palavras interrogativa, exclamativa e emphaticas).

Termo deslocamento e verbo constituem um todo phonetico. Pronunciam-se ligados. Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito não se usa o pronome átono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, colocando-se, me, te, se, etc. entre a parte verbal correspondente ao infinitivo e as terminações –ei, –ás, –á, –ia; –ias, ia, etc. Neste caso, é costume considerar os ditos pronomes como mesoclíticos.

Na regra (3) o autor ainda está tomado pela tradição portuguesa ao trazer para sua gramática fatos da língua portuguesa de Portugal. Desse modo, formula regras para o falar lusitano e mesmo quando fala do “deslocamento” ainda se refere ao português lusitano.

Orlandi (2009) ao falar do deslocamento observa que se trata de uma atração puramente fonética, ou seja, a passagem do enclítico verbal ao enclítico do vocábulo anterior remete ao português lusitano.

(4) Inversamente, não é deslocante a palavra que requer pausa, ainda que fraca, antes de se proferir o verbo acompanhado de regimen átono.

Esta ultima regra não se applica todavia aos casos em que entre um termo deslocante e o verbo se entercallam outros dizeres. Persiste então o deslocamento; porém o pronome átono, que na linguagem antiga podia se arrastado para junto do primeiro termo, limita-se em portuguez moderno a ficar anteposto ao verbo.

Em (4), o autor faz menção ao “deslocamento”, explicando que a pausa impede esse deslocamento. Ressalta a diferença entre o português antigo e o moderno, produzindo um efeito de limitação ao português moderno.

Segundo Orlandi (2009, p. 38),

No português arcaico havia a possibilidade de colocar-se o pronome logo após o vocábulo deslocante (ex: *que se com elle foram*), mas às vezes o pronome ficava recuado em demasia (*exhortação que lhe o mesmo Tristão Vaz fez*, João de Barros). Depois do século XVI e XVII não fica muito longe do verbo a não ser com negativas.

Comentário:

A PRONUNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; D’AHI RESULTA QUE A COLLOCAÇÃO PRONOMINAL EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE COM A DO FALAR DOS PORTUGUEZES.

Said Ali ressalta que a pronúncia brasileira difere da lusitana, fato que promove diferentes posições na colocação pronominal, como por exemplo: “Dê-me um cigarro”. “Me dá um cigarro”. Podemos dizer que Said Ali escreve uma gramática com formas escritas e faladas por pessoas cultas de sua época. Na análise desenvolvida por Mattoso, o autor apresenta três contribuições de Said Ali: as formas verbais em **-ria**; os tempos compostos e a problematização do emprego da partícula *se*.

Nos estudos desenvolvidos por Said, Mattoso observa o “espírito arejado e lúcido com que (Said Ali) encara os fenômenos linguísticos”. De outro modo, Mattoso diz que Said Ali não era purista da língua nem preconceituoso, que ele se colocava como um crítico que valorizava a língua de sua época, cotidiana e viva, diferenciando-se dos clássicos dos séculos XVI e XVII.

Será que podemos pensar aqui, na língua fluida definida por Orlandi (2009)?

Como dissemos anteriormente, Said Ali não está mais preocupado em diferenciar a língua nacional, que se fala aqui no Brasil, com o português de Portugal. Ali promove um deslocamento, introduzindo a língua como objeto de estudo da linguagem de modo geral, no Brasil.

Em relação à colocação do pronome complemento de infinitivo, chamamos a atenção para o recorte (5). Vejamos:

- (5) Se dous infinitivos, cada qual com sua preposição clara, se usam em frases diferentes denotando contraposição de idéas, contraste de pensamentos, ou pronomes regimens vêm apoz os verbos:

Para servir-vos, braço ás armas feito; para cantar-vos, mente ás musas dada (Camões).

Não tinha o desejo de contentar-te, mas de servir-te quando fosse preciso.

Não tanto para prendel-a como para subtrahil-a á mãi (Camillo).

Não se tratando de contraste, nem de complemento multiplo, podem as preposições (excepto a e por) expressas antes de infinitivo impessoal. Segundo acima vimos, deslocar ou deixar de deslocar o pronome regimen. Os bons escriptores costumam antepô-lo quando, pela intonação crescente, querem dar mais realce ao verbo ou a outro termo final da oração:

Tendes razão de me odiar mortalmente (Herculano).

Para os guiará morte (Camões).

Esquecendo de vos restituir a chave (Herculano).

Outras vezes, o lugar do pronome atono pode ser determinado pelo intuito de dar á oração estructura mais agradável ao ouvido:

Não tardou em espalhar-se na povoação e nos lugares circunvizinhos que Eurico era o autor (Herculano).

**OBSERVAÇÃO.** — Sendo facultativa, em certos casos, a anteposição do pronome ao infinitivo impessoal, torna-se naturalmente systematica esta collocação desde que, nos mesmos casos, se tenha de empregar o infinitivo flexionado. Evita-se, assim a formação de grupos fonéticos exdruxulos. Podendo escolher entre de nos falarem e de falarem-nos, para nos recommendarem e para recommendarem-nos, nenhum escritor classico hesita em decidir-se pela primeira forma.

Na formulação das regras sobre a colocação do pronome complemento do infinitivo, o autor considera o uso observado em escritores lusitanos, mas formula algumas regras práticas, aplicáveis também ao idioma do Brasil. Ressalta-se aqui a influência que o português lusitano ainda exercia sobre Said Ali. Observamos na formulação dessas regras, ousado de regras não nomeadas, mas todas acompanhadas de exemplos para sua sustentação. Constatamos na formulação dessas regras, os deslizamentos em forma de observações.

Nesses itens, praticamente cada regra vem acompanhada de uma observação, ou seja, de um acréscimo gramatical, que busca “completar a regra”.

Vejamos em (5) uma regra de colocação do pronome com o infinitivo empregando a condicional “se”, seguido logo após pelo advérbio “não”. Aparece também uma exceção no uso desses pronomes marcados pela presença da preposição “a e por”. Conclui-se pela regra que tanto pode haver deslocamento do pronome como pode não haver, ou seja, há flexibilidade no uso. O fato que dá destaque a essa regra é o juízo de valor que ela encerra: “Os bons escriptores costumam antepô-lo quando, pela intonação crescente, querem dar mais realce ao verbo ou a outro termo final da oração”. Ou ainda: “dar à oração estructura mais agradável ao ouvido”. Nessa regra temos também os exemplos para confirmar o grau de relevância da regra. Segundo Agustini (2011, p. 115),

O exemplo torna-se probatório, não só um funcionamento julgado conforme um sistema linguístico, com leis, no sentido científico, mas também exemplo de um funcionamento governado por regras sociais, julgadas conforme uma seleção de usos entre outros excluídos.

É muito interessante a formulação da observação da regra (5), pois mostra os deslizes da regra já apontando para o carácter facultativo da colocação do pronome, a naturalidade sistemática da colocação bem como forma de evitar a formação de grupos fonéticos *exdruxulos*. Também temos o argumento de valor do escritor clássico.

Vejamos os recortes (6) e (7):

(6) O advérbio de negação, modificando directamente o infinitivo, desloca o pronome atono sempre que o infinitivo é flexionado, mas pode deixar de o deslocar quando o infinitivo não tem flexão:

O melhor será não nos aproximarmos do perigo.

Bom é não te habituares.

Então sentirás não te despedires de mim (Bernardes).

Amar o amor é a maior de todas as ditas, como não amal-o a maior de todas as miserias (Bernardes).

O merecel-as é a principal para não alcançal-as (H. Pinto).

A noção que a natureza humana tem para desapertar-se de preceitos e não submeter-se a obrigações, é a mesma que tem um novilho para não entrar no arado (Bernardes).

O outro e maior [modo] é não atravessal-o pelo diametro (Vieira).

Mil vezes quiz morrer só por não vel-a (Castilho).

OBSERVAÇÃO. - A precedente regra é applicavel ao infinitivo precedido de nem, equivalente de não: bom será não se queixarem nem se affligirem.

(7) Preposição e adverbio de negação, ainda que venham juntos referindo-se ao mesmo infinitivo impessoal, nem por isso forçam o pronome a vir antes do verbo:

Dizei-me quanto perderemos em não amar-vos (Bernardes).

Por não deixal-o ao mundo, da janella o atira (Castilho).

Navegaram [o mar] sem nunca achar-lhe termo (Bernardes).

Para perdoar-me estais despertos e, por não devassar-me, estais fechados (Bernardes).

Supunha estranhez da desatenção do magistrado em não premial-os (Bernardes).

Por não arrojarmos a discorrer em cousas mais odiosas (Bernardes).

Na formulação das regras (6) e (7), as regras são de carácter facultativo, sustentadas por exemplos de clássicos portugueses. Temos uma flexibilidade no uso do pronome. O que se destaca nessas regras é a quantidade de exemplos que o autor utiliza para mostrar essa flexibilidade, muitos deles precedidos de seus autores. Isso mostra um gramático enunciando de um lugar de sustentação dos dizeres de bons autores que lhe dão autoridade, pois estes são nomes legitimados pela tradição, como Vieira, Castilho, Bernardes. O fato de Said Ali, em seu prólogo, afirmar ter realizado sua obra para “estudantes secundaristas”, contradiz-se com os exemplos de escritores clássicos portugueses pois não condiz com o aspecto de simplicidade que ele quer apresentar ao aluno secundarista.

A partir desse modo de dizer, podemos afirmar que as condições de produção relacionam-se com as formações sociais e os lugares que os sujeitos ocupam.

(8) Quando o infinitivo vem precedido de querer, dever, poder, mandar, ir e outros verbos, o pronome atono complemento do infinitivo deixa muitas vezes seu lugar próprio para ligar-se ao verbo auxiliar:

Podem dizer-me ou podem-me dizer.

Quizeram perdoar-te ou quizeram-te perdoar.

Devia mostrar-me ou devia-me mostrar.

Nenhuma outra palavra, além das preposições, advérbio de negação, a palavra nem e os verbos auxiliares, tira de seu lugar apoz o infinitivo o complemento expresso por pronome pessoal atono.

Em certas orações adjectivas, em que se omitta o auxiliar, é responsável pela anteposição do pronome, não o infinitivo, mas o auxiliar subentendido:

Tenho muito que te contar [isto é: que te devo contar].  
Não sei com que o tranquilisar [isto é: com que o possa tranquilisar].  
Não tens de que te queixar [isto é: de que te devas ou possas queixar].  
Teremos com que os contentar [isto é: com que os poderemos contentar].

Em (8) temos a formulação da regra acompanhada de exemplos e comentários. Percebemos as marcas que determinam o uso do pronome. Inicialmente temos uma conjunção temporal seguida dos verbos que vão determinar esse uso, mas destacamos: “o pronome átono complemento do infinitivo deixa muitas vezes seu lugar próprio para ligar-se ao verbo auxiliar”. Vemos aqui o efeito de completude que a regra procura dar à língua; é como se esse lugar próprio fosse marcado e o uso produz um efeito de naturalidade, de algo que é corriqueiro, habitual.

Desse modo, o gramático apresenta o pronome como um saber estabilizado pelo uso de bons escritores, ou como natural da língua. Admitimos aqui que a gramática de Said Ali está representando a língua imaginária na formulação de suas regras, pois a gramática enquanto instrumento linguístico tem em seu imaginário a completude da língua, construindo a ilusão de uma língua portuguesa homogênea, padronizada, a mesma para todos os falantes.

Como vimos até aqui, a formulação das regras em Said Ali se constitui por um conjunto de traços descritivos entremeados de exemplos em sua maioria, de escritores clássicos portugueses, seguidos de comentários e observações, que são os acréscimos gramaticais, ou seja, os que transbordam as regras. Observa-se que nesse jogo de significação da produção de sentido da regra o gramático vai instituindo a norma de uma língua falada no Brasil, a partir da língua portuguesa e de outras interferências, mas com uma norma legitimada internamente e não por remissão à norma portuguesa, de Portugal. Na instituição da norma o gramático apresenta a flexibilidade da língua e procura mostrar esse fato com exemplos, comentários, notas e notas de rodapé, mas nem esses acréscimos dão conta da heterogeneidade constitutiva da língua portuguesa.

É recorrente na gramática de Said Ali, no caso do funcionamento das regras dos pronomes átonos, o acréscimo gramatical denominado “Observação” que funciona para explicar o funcionamento da língua e dos fatos linguísticos como ponto finito, completo, sem considerar o movimento da língua e seus diferentes falantes.

### 3.3 A publicação da gramática de Evanildo Bechara em meados do século XX

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu em Recife, Pernambuco, em 1928. O autor ocupa a cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras. Aos quinze anos ocorreu um fato que marcou a sua vida: conheceu o Prof. Manuel Said Ali, considerado um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa e essa experiência propiciou a Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Bechara também se tornou assistente de Antenor Nascentes e desse modo chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ) em 1964. Foi também professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992, e, professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense UFF, de 1976 a 1994. Foi ainda professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988 e professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em Instituições de Ensino Superior nacional tais como: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ; Universidade Federal de Sergipe – UFSE; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal do Acre- UFAC. Trabalhou também em universidades estrangeiras: na Alemanha, Holanda e Portugal. Foi também professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Dentre suas teses universitárias de concursos, de doutorado e de livre docência, destacam-se: *A Evolução do Pensamento Concessivo no Português* (1954); *O Futuro em Românico* (1962); *A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta* (1964); *A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa* (1964); *Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues* (1980); *As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização* (1985). Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o *corpus* lexical do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

Bechara já escreveu livros que se tornaram clássicos e realizou centenas de comunicações em congressos nacionais e internacionais, bem como escreveu artigos diversos. Foi Diretor da revista *Littera* (1971-1976), com 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005), com 30 volumes publicados, até o momento.

Em 2005, foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Analisaremos aqui a *Moderna Gramática Portuguesa*, publicada em 1969, em sua 15ª edição, pela Companhia Editora Nacional, São Paulo (Figura 4), tomando como base a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que apresentamos a seguir:

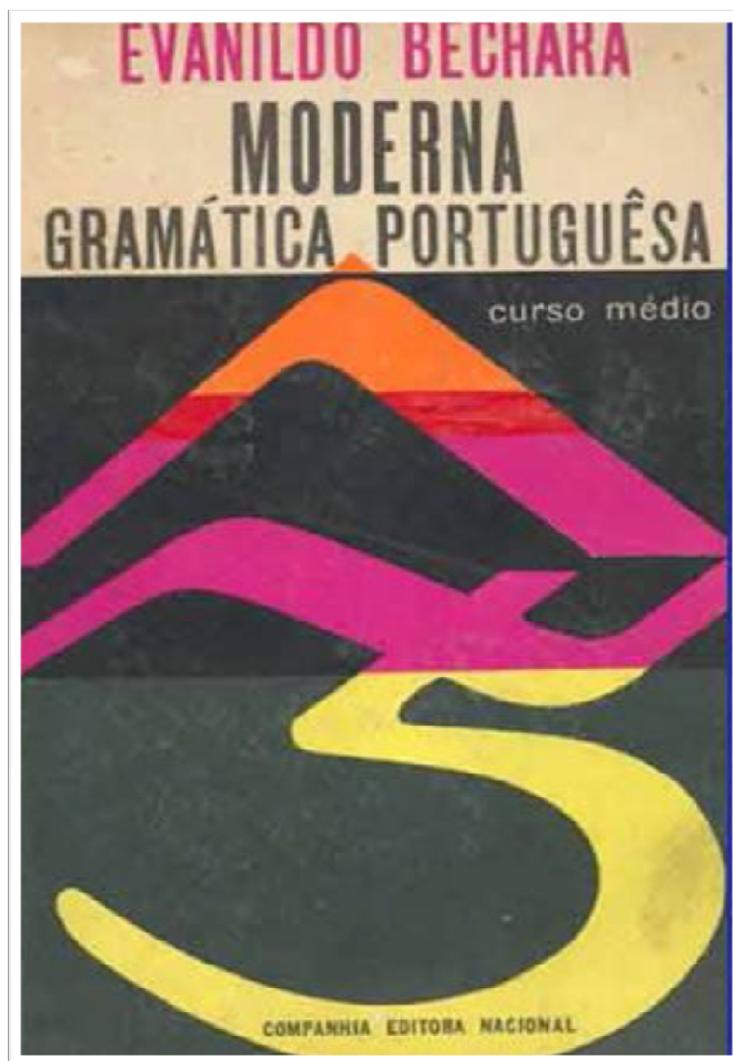


Figura 4: Capa da *Moderna Gramática Portuguesa* (1969), acervo próprio.

Guimarães (2004, p. 35) nos diz que

Evanildo Bechara (1961), na Introdução à primeira edição de sua gramática é ao mesmo tempo ciência e arte. Ou seja, ele assume a posição de manter a gramática no espaço normativo, passando ao largo da distinção de seu mestre Said Ali (sempre por ele reconhecido), entre gramática descritiva prática (normativa) e descritiva científica (não normativa). É, no entanto, interessante observar, e isto tem a ver com o impacto progressivo da lingüística sobre a gramática normativa no Brasil, que na reedição refundida de 1999 ele acaba de formular a distinção entre a gramática descritiva (científica) e a normativa, tal como fizera Said Ali em 1924.

Essa obra, publicada pela Companhia Editora Nacional sem alterações desde sua 1.a edição, em 1961, até a 37<sup>a</sup>, é um referencial nos estudos linguísticos brasileiros e faz parte da bibliografia de grande parte dos cursos de Letras das universidades brasileiras. Em 1999, o autor faz uma nova gramática e mantém o mesmo título, mas reformulando consideravelmente sua obra. Nessa nova fase, ele propõe um “tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava”, mas frisa que a gramática conserva “uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico”. A 38<sup>a</sup> edição (de 1999) teve sucessivas reimpressões pela editora Lucerna até 2009, quando a Moderna Gramática passou a ser publicada pela ed. Nova Fronteira. Essa reimpressão vem adaptada ao Novo Acordo Ortográfico.

Bechara dedica esta obra à memória de Said Ali, seu mestre e amigo, na passagem do primeiro centenário de seu nascimento.

A seguir apresentamos o índice dessa gramática:

Prefácio  
Introdução  
I – Fonética e Fonêmica  
II – Morfologia  
III – Sintaxe  
IV -Pontuação  
V – Semântica  
VI – Noções elementares de Estilística  
VII – Noções elementares de Versificação  
Apendice

A gramática de Bechara foi prefaciada pelo próprio autor, e nele temos já as marcas do discurso que nortearão o texto. Bechara apresenta o argumento do *novo* denominando-a de *Moderna Gramática Portuguesa*. Para Orlandi (2008), os prefácios nos remetem à identificação do sujeito e nos permitem olhar o modo como a leitura da gramática é orientada e determinada e pode ser chamado de “Aparelho Crítico”.

A palavra “moderna” na denominação da Gramática de Evanildo Bechara produz uma nova memória no entremeio da língua e se desloca para contrapor-se à ideia do antigo, do desuso, produzindo assim sentidos de atualização. Ele concebe-a como inédita. Escrita de forma simples, como doutrina de acordo com o Estado.

Bechara revela inspirações teóricas comuns à gramática de Said de Ali, que se filia a gramáticos notáveis. Todavia para Orlandi "não há reprodução teórica, mas referência, re-significação. Não há 'recepção' de autores, mas trabalho histórico de significação dessas relações entre gramáticos" (2008, p.133). De outro modo, podemos dizer que Bechara faz referência a Said Ali.

O autor estabelece distinção entre gramática que estuda apenas a fase contemporânea do idioma, que chama de *gramática expositiva, normativa* ou simplesmente *Gramática*. O autor diz que a gramática estuda: *a Fonética e Fonêmica* (os sons da fala), a *Morfologia* (as formas), a *Sintaxe* (construções) e a *Semântica* (os sentidos e suas alterações), sendo que segundo ele, a Nomenclatura oficial põe de lado a *Fonêmica, a Semântica e a Estilística*.

Para Bechara, todos estes ramos do estudo e da pesquisa dos fatos da linguagem fazem parte da Ciência da Linguagem ou Linguística. O gramático trata os fatos da linguagem por meio da descrição. Diz que os sons elementares e distintivos que o homem produz quando, pela voz, exprime seus pensamentos e emoções são chamados de *fonemas*.

Na leitura da gramática de Bechara encontramos o respaldo de linguistas que lhe concedem um lugar de reflexão na linguística, permitindo a inscrição de seu trabalho no lugar do avanço dos estudos linguísticos, porém deixando-o permanecer com a teoria gramatical.

Ao tomarmos a gramática como discurso, na sequência da descrição dos fonemas, vemos que o texto é atravessado por outros discursos, que representam os acréscimos gramaticais, que são as observações, as notas, as notas de rodapé, os exemplos e

os comentários, que se confundem na formulação das regras, produzindo assim a ilusão de um discurso “completo”.

Cada tópico do índice da gramática é constituído por vários subitens, que foram omitidos para objetivar a descrição. Observamos que a gramática é formulada em sete partes fundamentais. O autor inclui nessa gramática, tópicos importantes como *semântica, estilística, versificação e apêndices*.

Conforme Bechara, a língua tanto pode ser um *instrumento* particular de um povo, como o romeno e o chinês, ou a mais de uma nação, como Portugal, o Brasil e as colônias ultramarinas lusas. Para o autor: “Falamos o português como língua oficial porque, ao lado de outras instituições culturais, os portugueses no-la deixaram como traço da civilização que aqui fundaram depois de 1500” (1969, p, 23). Há nessa narrativa simplista uma sobreposição da constituição da língua nacional. Sabe-se que o português foi uma língua do colonizador que foi imposta ao Brasil Colônia e que em contato com as várias línguas no território disputou espaço e se desenvolveu entre sujeitos e línguas diversas, constituindo-se mais tarde na língua nacional, diferente da língua de Portugal.

Na introdução, Bechara formula *língua ou idioma como o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se insere (ibidem, p.23)*. O conceito de língua é formulado como fenômeno cultural, está ligado ao homem, pois segundo o autor “fora do homem a língua é uma abstração”. Por esse dizer, ressaltamos que o autor se filia a Sapir, acrescentando que:

É evidente, ensina-nos Sapir – que, até certo ponto, o indivíduo humano está predestinado a falar, mas em virtude das circunstâncias de não ter nascido apenas natureza, e sim no regaço de uma sociedade, cujo escopo racional é chamá-lo para as suas tradições (SAPIR, p. 17, 18 APUD BECHARA, 1969, p. 23)

O autor diz que uma “língua de civilização” deve ter como modalidade a língua falada e a língua escrita, ambas como instrumento de comunicação, diferenciando-se apenas no aspecto temporal, uma de uso cotidiano, ou seja, mais frequente e outra menos frequente. Atribui aos escritores o papel de tentar diminuir a distância entre a língua falada e a língua escrita, no entanto, afirma que a língua literária é o ponto culminante deste afastamento, pois sendo um aspecto da língua escrita com ela não se confunde.

A língua falada e a língua escrita são para Bechara duas modalidades que nunca serão idênticas. Nesse sentido, podemos dizer que na perspectiva discursiva há funcionamentos distintivos das duas modalidades. Orlandi, (2002, p.233) afirma:

Considero que o que importa é que escrita e oralidade funcionam distintamente e produzem diferentes gestos de interpretação. Nessa diferença de gestos está inscrita a diferença que caracteriza posições (do) sujeito. As posições (do) sujeito por sua vez, são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus (da língua e das formações) mecanismos de projeção imaginários.

Para Bechara, cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral, da língua padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou como se pode falar e escrever bem uma língua, por isso considera a gramática ao mesmo tempo uma ciência e uma arte.

Destacamos o discurso de Bechara referente ao Gramático:

O gramático não é um legislador do idioma nem tampouco o tirano que defende uma imutabilidade do sistema expressivo. Cabe-lhe ordenar os fatos linguísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que começam a aprender o idioma também na sua época (p. 25).

A Gramática de Bechara distingue entre *Gramática expositiva, normativa* ou simplesmente *Gramática, Gramática Histórica* e *Gramática Comparada*.

No primeiro capítulo, *Fonética e fonêmica*<sup>15</sup> o autor formula no item A, *a produção dos fonemas e sua classificação* definindo *fonemas como sons elementares e distintivos*, diferenciando-os de letras. Na descrição de vogais e consoantes encontramos os primeiros acréscimos gramaticais: duas notas de rodapé, identificando filiações a outros autores e uma *observação*, dando destaque à imitação dos gregos pelos gramáticos antigos.

No final do item 2 do capítulo I, Bechara apresenta um apêndice em que formula *Os Encontros de fonemas que produzem efeito desagradável ao ouvido: colisão, eco, hiato, cacofonia*.

---

<sup>15</sup> Destaca que fonêmica e semântica não fazem parte da nomenclatura oficial.

Em *Morfologia*, no capítulo II, item A, *as classes de vocábulos*, divididas em 10 classes, seguindo o padrão tradicional. No item B, *a estrutura dos vocábulos e formação de palavras*.

No capítulo III, o autor formula a *Sintaxe* como *unidade do discurso*.

Encontramos o *Apêndice* que trata: 1- *Figuras de sintaxe*, 2- *Vícios e anomalias de linguagem*. Em relação ao tópico acima citado *Vícios e anomalias de linguagem*, podemos citar Orlandi (2002, p. 197) que diz:

Há um imaginário social que, na história, vai constituindo direções para esses sentidos hierarquizando-os, valorizando uns em detrimentos de outros, homogeneizando-os de acordo com as relações de sentidos e, logo as relações sociais.

Dito de outro modo, o que foge a essa homogeneidade torna-se “marginalizado”, isto é, em vício e anomalia. Bechara posiciona-se sobre os vícios como defeitos, por isso, condenados.

No capítulo IV, sobre *Pontuação* o autor formula os sinais que indicam *intensidade, entoação pausas*. No capítulo V, sobre *Semântica*, ele a define com *o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido por que estes mesmos vocábulos passam* (p. 417). O autor ainda formula as principais causas que provocam a mudança de significação dos vocábulos: *metáfora, metonímia, braquilogia ou abreviação, eufemismo, alterações semânticas, por influência de um fato de civilização, etimologia popular ou associativa*.

O autor explica o significado de **extensão do sentido** utilizando exemplos: *prédio* (= propriedade rústica ou urbana inamovível) passou a designar qualquer edifício sem referência ao solo.

1- **Restrição ou espacialização** de sentido também tem explicação pelo exemplo:

a) *fortuna* (destino bom ou mau) especializa seu sentido na direção positiva.

b) **abreviação ou condensação**: *um havana* (= charuto de Havana); *o champanha* (= o vinho de Champagne).

2- **Plenitude de sentido** - *Um milhão de cruzeiros já é uma quantia*;

B) **Enobrecimento do sentido** – *emérito* (aplicado ao funcionário que se aposentava) significa hoje distinguido, ilustre.

3- **Degradação do sentido**- *libertino*(=escravo liberto) passou a indicar o indivíduo devasso, sem pudor.

C- **Enfraquecimento do sentido**: *bajular era levar alguém às costas*.

Nos tipos de ocorrências, acima citados, sobre espécies de *alterações semânticas*, há um dinamismo na língua mostrando que ela é viva. O tempo e o uso vão transformando-a e os sentidos em suas relações vão se transformando, demonstrando assim a flexibilidade, a fluidez da língua. Orlandi (1999, p.39) explica:

Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

No capítulo VI, o autor aborda as *Noções elementares de estilística*, momento em que ele discute *Estilística* como parte dos estudos de linguagem que se preocupa com o estilo. Ao conceituar *estilo* na modernidade, filia-se a Mattoso Câmara afirmando que a compreensão de estilo fundamenta-se na lição de Charles Bally. Fala também da diferença entre *Estilística*, que estuda a língua *afetiva*, e *Gramática*, que trabalha no campo da língua intelectual (p. 425). Destaca ainda que a *Estilística tem-se apresentado como a negação da antiga Retórica que predomina ainda na crítica tradicional do estilo, com suas múltiplas indagações literárias, históricas, sociais, filosóficas e tantos outros domínios que na obra se espalham através do temperamento e atitude do escritor*. Na sequência do tema, Bechara traz breve comentário de *análise literária e análise estilística* descrevendo traços estilísticos como *o conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética*.

No capítulo VII, o autor aborda as *Noções elementares de versificação* para concluir sua obra e apresenta um apêndice intitulado *Dois exemplos de Análise estilística*.

Embora exista na gramática de Bechara um caráter de ressignificação das novas ideias linguísticas, na mobilização dos elementos lexicais do campo da linguística, na estruturação de sua obra está explicitado o perfil normativo.

Destacamos que na formulação das regras sobre ortoepia percebemos enunciadas as primeiras marcas da normatividade, na gramática, com o verbo *ser* no presente do indicativo: *ortoepia é a parte da gramática que trata da correta pronuncia dos fonemas*. Depois, o advérbio de negação “não”, acompanhado do pronome *se* (p.49) Não se deve preferir o u depois do “g”, profere-se o “u” depois de “q”. *Não se profere o “u” depois*

do “q”, ou ainda *são enclíticas as forma pronominais*, “*assim, não será empregado*”. Consideramos ainda a normatividade no uso do verbo no futuro do presente do indicativo com em: *haverá hiato...* (p.54).

Observemos a regra a seguir: “Deve-se fazer a mais rigorosa distinção entre os vocábulos parônimos e os de grafia dupla que se escrevem com *e* ou com *i*, com *o* ou com *u*, com *c* ou com *q*, com *ch* ou *x*, com *g* ou *j*, com *s*, *ss* ou *c*, *ç*, com *s* ou *x*, com *s*, ou *z*, e com os diversos valores do *x*”. (p. 72):

Percebemos na formulação dessa regra dos parônimos e vocábulos de grafia dupla marcando-se na forma verbal “deve-se”, o efeito de normatividade que produz um efeito de ênfase com o uso do adjetivo “rigorosa”. Percebemos também o mesmo efeito de normatividade na formulação das regras do emprego do hífen: “só se ligam por hífen os elementos das palavras compostas em que se mantêm a noção de composição” (p.75), e em regras de acentuação. “Levam acento”... (p. 82).

Há de se destacar a presença marcante dos *acréscimos gramaticais* na formulação das regras: oito observações e uma nota de rodapé. Podemos compreender nesse gesto de descrever que Bechara, ao formular regras, se cerca de muitas *observações* na tentativa de complementar o sentido das regras, tentando fechar as brechas da falha que é constitutiva do dizer. A nosso ver, Bechara, por estar inserido em um contexto onde a NGB já estava instituída, e o padrão das regras é em forma de esquemas, ele lança mão das observações nessa tentativa de busca da finitude. O sujeito gramático tendo a ilusão da completude da língua, a gramática produz um efeito de unidade imaginária.

No emprego dos verbos e dos advérbios vemos a enunciação da normatividade pelo advérbio *nunca*: “Nunca se use...”. “Em lugar de *mais bem* e *mais mal* se empregam *melhor*, *pior*”. Usa-se, entretanto, *de mais bem* e *mais mal* junto a adjetivos: *Os esquadrões mais bem cavalgados...* Em meio à normatividade, temos a ilusão de encontrar uma forma de controle em uma nota sobre tipos de predicado, como:

Em *isto é bem*, a par de *isto é bom*, o advérbio não exerce função de predicativo uma vez que o verbo *ser* é nocional e não de ligação. Representa a construção latina *bene est por bonum est* (cf. italiano *è bene*, francês *c'est bien*) (p. 252).

Nas orações adverbiais encontramos uma *observação* (p.286) que produz a mesma ilusão de controle marcada pelo emprego do presente do indicativo: Brazilian “Constitui erro pôr no plural o substantivo *de modo que, de maneira que*: Estudou *de maneiras que* conseguiu aprovação” (p.262).

Bechara recorre à expressão *Observação final*, na tentativa de completar o sentido para explicar parte de um texto que já fora explicado anteriormente, produzindo assim um efeito de finitude. O acréscimo gramatical retoma o interdiscurso e altera-o, com novas formulações.

Observação final: Já lembramos, na pág. 256, que deveríamos distinguir os advérbios que funcionam como complemento dos que funcionam como adjunto, porque aqueles são essenciais e estes acidentais à estruturação oracional. Em ir a São Paulo ou Voltar do trabalho, as circunstâncias adverbiais são necessárias à predicação do verbo e melhor se classificariam como complementos adverbiais. E o fato mais se alicerça quando se comparam estes exemplos com A ida a São Paulo ou A volta do trabalho, em que São Paulo e do trabalho são complementos nominais. A NGB, talvez presa ao sentido, não levou em conta o papel sintático das expressões adverbiais nos exemplos aludidos. Para ela, em ambos os casos há adjuntos adverbiais.(p. 262)

Podemos dizer que Bechara tem a ilusão de que, ao complementar as regras utilizando a expressão *Observação final*, haverá uma explicação mais precisa dos fatos da linguagem, pois ele observa que a NGB não levou em conta o papel sintático dos exemplos utilizados, mas o que vemos é que até mesmo nas *observações finais* está a busca da homogeneidade imaginária.

Vejamos uma *observação* trazida pelo gramático:

Constitui novidade de sintaxe, talvez com influxo do francês **e, por isso condenada** pelos gramáticos, o emprego de infinitivo precedido da preposição *a* para exprimir que a oração consecutiva encerra efeito ou resultado esperado, à qual se associa uma idéia subsidiária de fim: Falou de modo a ser ouvido por todos. (p.294)

Nesse tipo de observação, o gramático certamente partiu das regras da sintaxe, mas a construção do saber sobre essas regras é permeada por uma tentativa de fechamento

das regras para todos os casos da sintaxe e o que sai desse padrão, considerado influência vinda do francês, é condenada pelos gramáticos.

Para Agustini (2003, p. 45)

A gramática de Bechara se diz uma gramática tanto para aqueles que se ocupam em ensinar a língua, como aqueles que querem apre(e)ndê-la. Daí se tratar de “um compêndio escolar escrito em estilo simples”, um texto para o ensino-aprendizagem da língua. O argumento do novo em Bechara, por conseguinte, configura-se pela afirmação de que se trata de uma “nova” doutrina gramatical, sustentada pela cientificidade dos “novos” estudos sobre a linguagem, pela Linguística. (2003, p. 45)

Em linhas gerais apresentamos algumas *regras e acréscimos gramaticais*, mas contrariando a concepção tradicional, buscamos na própria materialidade do texto as marcas de sua historicidade compreendendo o modo como a matéria textual produz sentidos, ou como diz Orlandi (1996, p. 55), “isto que estamos chamando historicidade - a relação passa a ser entendida como constitutiva”. Queremos dizer que o modo de constituição da gramática de Bechara difere tanto do modo de constituição da gramática de Julio Ribeiro, quanto de Said Ali. O que mais nos chamou atenção é o número considerável de acréscimos gramaticais, principalmente as *observações*, fato que merece uma continuidade de estudos e abre caminhos para novas pesquisas.

### **3.3.1 O funcionamento discursivo das regras de colocação dos pronomes e dos acréscimos na gramática de Evanildo Bechara**

Anunciando o tema “Colocação” Bechara diz que: *Sintaxe de colocação ou de ordem é aquela que trata da maneira de dispor os termos dentro da oração e as orações dentro do período.* (p.395). O autor na formulação dessa regra argumenta que a responsabilidade da ordem se dá principalmente pela entoação oracional.

- (1) O português pertence ao número daquelas que se caracterizam pelo ritmo ascendente, em que se anuncia o termo menos importante e depois, com acentuação mais forte, a informação nova e de relevância para o ouvinte (SAID ALI, *Gramática Secundária*, 270).

Isto nos leva a uma ordem considerada *direta, usual* ou *habitual*, que consiste em anunciar, no rosto da oração, o sujeito, depois o verbo e em seguida os seus complementos. (p.395)

Em (1), Bechara filia-se a Said Ali para explicar a ordem dos termos da oração na língua portuguesa pelo ritmo ascendente, ou seja, diz que há uma ordem esperada pela sua relevância para o ouvinte. A esse fato o autor nomeia de ordem direta ou usual.

(2) O português pertence ao número daquelas que se caracterizam pelo ritmo ascendente, em que se anuncia o termo menos importante e depois, com acentuação mais forte, a informação nova e de relevância para o ouvinte (SAID ALI, Gramática Secundária, 270, apud Bechara, p. 395).

Em (2), nos leva a considerar ordem *direta, usual ou habitual* a que enuncia sujeito, verbo e seus complementos. A ordem que saía desse esquema **svc** (sujeito – verbo – complemento) se diz *inversa* ou *ocasional*. Considerando a ordem direta um padrão sintático, a ordem inversa, como afastamento da norma, pode adquirir valor estilístico. Usando na oração um termo ao qual queremos chamar a atenção quebra-se a norma sintática e consegue-se o efeito estilístico desejado. Vejamos o exemplo de José de Alencar, citado por Bechara, p. 395.

A tarde ia morrendo. O sol declinava no horizonte e deitava-se sôbre as grandes florestas, que iluminava com os seus últimos raios. A luz frouxa e suave do acaso, deslizando pela verde alcativa, enrolava-se como ondas de ouro e de púrpura sôbre a folhagem das árvores. Os espinheiros silvestres desatavam as flôres alvas e delicadas; e o ouricuri abria as suas palmas mais novas, para receber no seu cálice o orvalho da noite... Era Ave-Maria (*Guarani*, 37).

No recorte (3), vejamos:

(3) O ritmo ascendente predominante no português, dispondo os termos de acentuação mais fraca e menos significativo antes dos têrmos mais fortes, estabelece as seguintes normas válidas para as situações em que não predomine a linguagem emocional: (p.395)

a) os artigos, os pronomes (adjuntos), os numerais (com exceção dos ordinais e cardinais com valor de ordinais) **se antepõem:**

*O* livro, um livro, *êste* livro, *meu* livro, *cada* livro, *três* livros;

b) a preposição **vem antes** de um regime nominal ou pronominal;  
*de* noite, *a* ele;

- c) o *advérbio não precede* o verbo:  
*não quero;*
- d) o verbo auxiliar **precede** seu verbo principal:  
*hei de ver, quero dizer, costuma falar;*
- e) o adjetivo monossilábico modificador **precede** o nome de maior extensão fonética: *bom dia, má hora, etc.*
- f) o adjetivo que exprime forma ou cor **vem depois** do substantivo:  
*rua larga, blusa verde;*
- g) **vem antes** o adjetivo empregado não para designar o seu sentido próprio, mas para atribuir uma significação figurada:  
*grande homem / homem grande.*

Devido à especificidade do português do Brasil de ter como predominância o ritmo ascendente, Bechara formula diferentes regras para cada situação enunciativa em que não predomine a linguagem emocional.

Em (3), a peculiaridade dos casos de (a) a (g) está no modo como a regra é formulada, ou seja, em cada caso de diferentes classes de palavras há uma indicação da colocação do pronome tais como: *se antepõem, vem antes, não precede, precede, vem depois*. Nesses casos, diremos que o fator de dominância é o ritmo ascendente, ou seja, há uma recorrência desse ritmo que indica a posição do pronome, o que provoca nesses casos o que podemos chamar de “efeito de recorrência”.

Em relação à colocação dos termos na oração e das orações no período (p.396), Bechara diz:

- (4)- A norma sintática dos termos do português registra os seguintes casos:
  - 1.º) Põe-se **de ordinário o sujeito depois do verbo** na passiva pronominal:  
Alugam-se casas.  
Outra posição pode mudar a análise da oração, desde que entre um termo a que a nossa tendência anímica atribua a realização da oração. Note-se a diferença entre *Abriu-se a porta* (voz passiva) e *A porta abriu-se* (voz ativa).
  - 2.º) Nas orações reduzidas de gerúndio e participio, o sujeito **vem depois do verbo**: *Terminando o discurso, dirigiu-se ao hotel. Terminado o discurso, dirigiu-se ao hotel.*
  - 3.º) O verbo **vem no início das orações** que indicam existência (*ser, existir, haver, fazer*) tempo, pêso, medida:  
Era uma vez um príncipe.  
Existiam várias razões.  
Houve discussão.  
Faz três anos que não o vejo.  
São várias horas de distância.  
Faltam dois dias para a festa.
  - 4.º) **O verbo vem no início** das subordinadas condicionais e concessivas sem conectivo:

Tivesse êle dito a verdade, tudo acabaria bem.  
Acabasse falando comigo, mesmo assim não lhe perdoaria.  
5.º) Nas orações intercaladas de citação, o sujeito **vem de ordinário depois** do verbo: Suma-se – ordenou o policial.  
6.º) Nas interrogações introduzidas por pronomes e advérbios (*quem, que, o que, quanto, qual, como, quando, onde, por que*), o verbo **vem em geral** antes do sujeito, desde que êste não seja o pronome interrogativo:  
Quem veio aqui? (*quem* sujeito)  
De quem falava você quando chegamos?  
Como foi êle parar nessa encrenca?  
Usa-se ainda, neste caso, sujeito **antes do verbo** ou o vocábulo interrogativo no fim da oração: De quem você falava? Ele comprou o quê?

OBSERVAÇÃO: Na **pergunta retórica costuma-se** pôr o sujeito antes do verbo em construção do tipo: *O médico aconselhou esta dieta, e você seguiu?*

7.º) Nas orações exclamativas, de sentido optativo ou não, é **frequente o sujeito vir depois do verbo**:

Como era verde o meu vale!

Viva o rei! (construção fixa)

8.º) A oração subordinada subjetiva **vem normalmente depois do verbo** principal:

Consta que o trem atrasou. Ficou patente que o progresso começara. É aconselhável que não se retirem agora.

9.º) A oração subordinada adverbial causal iniciada por *como* vem **em geral antes** da principal: Como o tempo melhorou, sairemos agora.

10.º) Numa seqüência de pronomes átonos, **vem em primeiro lugar o que funciona como objeto indireto** seguido do **objetivo direto**: Eu vo-lo darei. Nunca *lho* dissemos.

11.º) Diante de negação, o pronome átono **pode vir antes ou depois do advérbio não**: Êle não me disse. Êle me não disse (rara entre brasileiros)

Na enunciação da regra (4) sobre a colocação dos termos na oração e das orações no período - a norma sintática dos termos do português, registramos a formulação de 11 regras e um acréscimo gramatical (observação), que normatizam a colocação dos termos na oração e das orações no período. Vejamos:

1º) Põe-se **de ordinário o sujeito depois do verbo** na passiva pronominal: Alugam-se casas.

O que vemos nessa regra é o termo “ordinário” no sentido de comum, normal, ou seja, na passiva pronominal é corriqueiro, natural o uso do sujeito depois do verbo.

Na formulação das regras 2ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª e 10ª percebemos a necessidade que o falante da língua tem de um saber *sobre* a língua para então poder saber *a* língua.

Na formulação dessas regras podemos dizer que o autor apresenta o pronome como um *saber legitimado* (Dias, 2006) ou dizendo de outro modo, o pronome ocorre na língua de forma consensual, “normal”.

Destacamos as expressões “vem de ordinário”, “é frequente”, “normalmente” “em geral”, todas indicando para o uso comum da língua. Podemos pensar que é justamente a frequência de uso que pode levar à normatização na língua.

Na formulação da 3ª regra vemos que o verbo só inicia a oração quando no seu funcionamento indicar existência, tempo, peso e medida. Para justificar essa regra o exemplo é o recurso utilizado.

Observemos a formulação da 6ª regra “Nas interrogações introduzidas por pronomes e advérbios (*quem, que, o que, quanto, qual, como, quando, onde, por que*), o verbo **vem em geral** antes do sujeito, desde que este não seja o pronome interrogativo”. Nesta regra o que a difere é o uso da expressão “em geral”, ou seja, como de costume. Temos nesse caso, uma possibilidade de ser diferente. Esta regra ainda vem acompanhada de uma observação, que mostra a fluidez da língua.

A 4ª e a 10ª regras são formuladas mostrando o uso do verbo no início da oração. Na 5ª e na 7ª o sujeito vem depois do verbo. Na 8ª, a oração subordinada, vem depois do verbo principal, enquanto na 9ª, a oração subordinada vem, em **geral**, ou seja, nem sempre, antes da principal. Nesses casos, a língua aparece como agente para determinar e indicar o uso do verbo, ou a ordem da oração. Essa ordem é mantida pela estrutura da língua, não depende do falante. Segundo Dias (2006, p. 24), *As formas gramaticais são constituídas como tal, porque guardam uma relação de pertinência com um todo (língua portuguesa) que a projeta.*

Passamos agora a examinar a colocação dos pronomes pessoais e do demonstrativo, vejamos o recorte:

Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo “o” é questão de fonética sintática (p.398).

- Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia. É urgente afastar a idéia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam, porque “*a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses*” (SAID ALI, *ibid.*, 279 *Apud* BECHARA, 1969, p.398)

Nesse texto de Bechara temos a intertextualidade. Bechara remete seu texto, ao texto de Said Ali no sentido de enfatizar a falsa teoria da “atração”. Como os vocábulos átonos são desprovidos de sua própria tonicidade, os pronomes pessoais oblíquos átonos são sustentados no acento tônico de outro vocábulo da oração, então o pronome átono pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico, a *ênclise*, a *próclise* e a *mesóclise*. Esse fator teve importância crucial para a formulação das regras de colocação dos pronomes na gramática de Bechara. É essa natureza fonética que deve ser considerada quando se trata da colocação dos pronomes átonos. A leitura do comentário acima nos faz entender que o português de Portugal difere do português do Brasil.

Segundo Orlandi (2009, p. 36),

a forma como procedemos à análise da história da constituição de um saber sobre a língua na história do Brasil permite-me ver que a história de nossa língua é diferente da de Portugal, que ela tem especificidades e que ela exige instrumentos teóricos diferenciados para explicar sua singularidade.

Dessa forma, a compreensão de como os imaginários de língua vão se constituindo é essencial para o entendimento do processo de construção das diferenças do português do Brasil, que não são apenas no léxico, mas também de fatos gramaticais e fonéticos, não esquecendo que a língua portuguesa do Brasil é uma língua de tópico.

Em relação aos critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo “o” (p.399), Bechara diz:

(5) A - Em relação a um só verbo.

1.º) Não se inicia período por pronome átono:

“Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” (M. DE ASSIS, *Brás Cubas*, 125).

“ Não! vos digo eu!” (A. HERCULANO, *Antologia Nacional*, 197).

“Querendo parecer originais, nos tornamos ridículos ou extravagantes” (M. DE MARICÁ).

2.º) Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada:

“Confesso que tudo aquilo *me* pareceu obscuro” (M. DE ASSIS, *Brás Cubas*, 79).

“Se a visse, iria logo pedi-la ao pai” (ID., *ibid.*, 87).

“Tu que *me* lês Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje...? (ID., *IBID.*, 91).

A formulação da regra (5-1º) se marca pela proibição em relação ao uso do pronome: “Não se inicia”. Em (5-2º) “Não se pospõe, **em geral...**” Essa formulação impõe a ordem de colocação do pronome no português do Brasil à semelhança do uso do português de Portugal, ou seja, a ordem é a ênclise. O autor lança mão de exemplos de escritores clássicos da literatura brasileira, distanciando essa regra da oralidade dos sujeitos em geral. O que se percebe é uma tentativa de construção de uma regra geral para todas as realizações linguísticas semelhantes, mas dada a plasticidade e o movimento da língua, os sentidos das regras escapam, não se estabilizam.

Em (5-2º) a expressão “em geral”, aponta para a flexibilidade da língua. Segundo Orlandi (2009, p. 12), “para a teoria do discurso a língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é sistema perfeito, nem unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude”.

#### **OBSERVAÇÕES:**

1.ª) Preso a critério da *oração* (e não *período*, como aqui fizemos), RUI BARBOSA (*Réplica* n.º 60) tem por errônea a colocação em: “Se a simulação fôr absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposições de lei, e fôr assim provado a requerimento de algum dos contratantes, - *se julgará o ato inexistente*”. Os que adotarem o critério de *oração*, só aceitam a posição inicial do pronome átono na intercalada de citação, como ocorre no exemplo de Herculano acima transcrito.

2.ª) Em expressões cristalizadas de cunho popular aparece o pronome no início do período: “*T’esconjuro!... sai, diabo!...*” (M. DE ASSIS, *Ibid.*, 97).

Bechara tece crítica a Rui Barbosa quanto ao uso enclítico do pronome “se”, esquecendo-se de que para os escritores consagrados o estilo antecede a regra.

Na formulação das Observações (1ª) e (2ª), o gramático busca o lugar da completude. O que a regra não enuncia, Podemos dizer que há diferentes modos de dizer, mas nenhum completo, pois a incompletude faz parte da língua. Conforme dito no capítulo II, o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis, *o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados* (ORLANDI 1996, p. 194).

#### OBSERVAÇÕES (p.401)

1.ª) Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero *lhe* falar Eu estou *lhe* falando

A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição:

*Começou a lhe falar ou a falar-lhe.*

Na formulação dessas “Observações” o que se destaca é a busca da complementação das regras que normatizam o uso do pronome para mostrar a diferença entre a colocação dos pronomes átonos no português do Brasil. Na enunciação do gramático sobre a Gramática Clássica podemos ver a aceitação do gramático sobre essa diferença constitutiva do português, mas que ainda é mostrada como exceção à norma clássica.

Apresentamos a seguir a explicação que Bechara dá para a colocação dos pronomes átonos no Brasil:

- Nos princípios anteriormente comentados vimos certas tendências brasileiras que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, prêsas que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto. Sobre o assunto, em lúcido recurso, comenta o Prof. Martinz de Aguiar:

“A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico) lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entre-ajudam e às vezes se contrapõem. Numa frase como *êle vem-me ver*, geral em Portugal, literária no Brasil, o fato lógico deslocou o pronome *me* do verbo *vem*, para adjudicá-lo ao verbo *ver*, por ser *êle* determinante, objeto

direto, do segundo e, não, do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer vem-me ver (fator histórico, por ser mera continuação do esquema geral português), para dizer vem me-ver (escrito sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico)”.

A análise das regras de colocação do pronome átono, na perspectiva discursiva, leva-nos a pensar na difícil e contraditória relação entre a língua fluida/língua imaginária. Orlandi (2009, p. 19) diz:

Penso que para compreender a língua tal como ela se constitui no Brasil, é um bom começo ter em conta esta tensão. Não nos iludamos com teorias e métodos milagrosos que se sustentam apenas na crença absoluta nos bancos de dados esquecendo-se que o que temos nas línguas são fatos complexos e opacos. Com sua materialidade. Que nos desafiam em nossa capacidade de compreensão.

Tomando como referência esses dizeres, afirmamos que as condições de produção relacionam-se com as formações sociais e os lugares que os sujeitos ocupam. Nos processos discursivos, esses lugares estão determinados por formações imaginárias, tendo em vista que *é por meio do imaginário que os sujeitos significam o real no discurso*. Assim, essa gramática projetada, no imaginário do leitor, uma concepção de língua de uma sociedade. Nesse sentido, as condições de produção nos conduzem à reflexão sobre a gramática, levando em conta a posição do gramático inserido num processo de constituição, ao mesmo tempo e de modo indissociável: da língua nacional/do conhecimento sobre a língua nacional/do estado nacional.

Ressaltamos, no entanto, que a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara foi publicada após a NGB e esse fato produz efeito de sentidos que a difere das duas gramáticas aqui analisadas. A NGB, como intervenção direta do Estado fixou a terminologia gramatical no Brasil, tomando dos gramáticos o lugar de autoria.

Segundo Orlandi (2000, p.32)

Com a NGB os gramáticos foram despossuídos de seus lugares de autor que tinham no século XIX quando podiam dizer (e nomear) a língua portuguesa no Brasil, via discussões teóricas, decisões terminológicas, análises gramaticais dos fatos da língua que se fala desse lado do Atlântico. A NGB cristalizou a gramática, ou melhor, ela reduziu a gramática a uma nomenclatura fixada e o gramático perdeu seu estatuto de

autor, de criador, ou, pelo menos, perdeu uma sua forma de autoria: ele só pode repetir.

Vimos em Bechara a presença significativa dos acréscimos gramaticais. Bechara vai se constituindo em um gramático que se filia a essa nomenclatura dizendo na contracapa de sua gramática: “Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira”, ou seja, de acordo com as bases fixadas pelo Estado.

Segundo Baldini (2005, p. 95)

Um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de “modelo” de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente.

Podemos assim melhor compreender a gramática de Bechara. O autor procura romper com a “falta” imposta pela NGB e seu texto está repleto de conceitos marginais, ou seja, notas, notas de rodapé e observações. Vemos que a unidade é construída pela descrição dos fatos da língua. Para Baldini (*ibidem*) “Não é preciso nomear a língua, pois nos silenciamentos que nossa gramatização impõe a língua nacional já é uma evidência, um pré-construído”. A *Moderna Gramática Portuguesa* (1969) de Evanildo Bechara, por influência do Estruturalismo é esquemática, obedecendo a um padrão imposto pela NGB por isso traz em seu corpo uma profusão de comentários para “completar” o que não cabe no esquema.

Sabemos também que no século XXI não há mais lugar para gramáticas em forma de esquemas e assim vemos Bechara consolidado com as novas teorias da Linguística escrevendo a sua *Moderna Gramática de Língua Portuguesa*, em 1999.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho traçamos como objetivo compreender como se dá a formulação das regras e os acréscimos gramaticais discursivamente em gramáticas publicadas em diferentes épocas, cujos autores: Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara, dadas as suas condições históricas de produção da linguagem, contribuíram de forma fundadora e continuadora da construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional.

A partir da nossa proposta, procuramos responder às questões postas preliminarmente: Como se constituem as regras e os acréscimos de uma gramática? Como o sujeito se coloca em relação à língua no Brasil, considerando as condições específicas de gramatização? Que tipo de “incompletude” se procura “preencher” nas gramáticas brasileiras? Tem ela relação com a tensão entre a língua – a norma – de Portugal e do Brasil?

No processo de construção das línguas vimos que a elaboração de instrumentos gramaticais para as línguas indígenas resultou de um movimento de transferência do modelo europeu, lembrando-nos que essa elaboração fez parte de processo de gramatização massiva das línguas do mundo a partir do Renascimento, com base no modelo latino.

Em relação ao processo de gramatização no Brasil, tomamos como base os estudos de Orlandi e Guimarães (2001) sobre os quatro momentos da constituição do português como língua nacional no Brasil. No primeiro momento, o fato marcante foi a ausência de estudos do português no Brasil. No segundo momento, encontramos vários acontecimentos significativos, dentre eles o fato de a língua da colônia ser considerada a língua dominante e a língua do Estado. No terceiro momento, destacamos a mudança do governo português para o Brasil, a criação da Biblioteca Nacional e da criação da Imprensa, enquanto que no quarto momento, destacamos a significação da língua em sua relação com a nação, ou seja, a língua enquanto nacionalidade, fato que dá visibilidade à diferença entre o português de Portugal e o português do Brasil.

No século XIX, o autor de gramática no Brasil se posiciona com um saber que não é simples reprodução do saber linguístico português; ele precisa demonstrar não apenas

que sabe a língua, mas que sabe explicá-la. Desse modo a gramática foi o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo.

A produção das gramáticas brasileiras produziu uma identidade tanto da língua como do cidadão brasileiro. A gramatização do português no Brasil deu provisão ao cidadão brasileiro de uma língua passível de ser vista na gramática, e deu legitimidade a sua relação com a escrita.

A profusão de gramáticas no Brasil levou a proposição da NGB em 1959, provocando um apagamento gradativo da função autor-gramático do século XIX, fato que se deu com o Estado independente e a consolidação da República. Assim, no século XX, essa profusão de gramáticas produziu uma perda da importância sócio-histórica das atividades do gramático. Nesse percurso de transição, a passagem da gramática para a linguística trouxe diferenças entre o modo normativo e o científico, e entre o expositivo e o histórico, dando lugar ao descritivo. O processo de produção de gramáticas coloca em jogo a fixação da norma, pela formulação de regras, que, de certo modo, produziu um imaginário de “completude” da língua, ou seja, da coincidência da gramática com a língua.

Pudemos perceber que na constituição das regras e dos acréscimos de uma gramática, o sujeito gramático, tem a ilusão de que a gramática é a própria língua e trabalha na ilusão da completude em relação à língua, procurando preencher esse vazio.

No trabalho com as regras, analisamos discursivamente os processos de formulação das regras e dos deslizos que estamos chamando de “acréscimos gramaticais”, em cada uma das gramáticas selecionadas, colocando-os em jogo com suas condições de produção que compreendem os sujeitos e a situação, inseridos numa memória em que se dá a produção do discurso; ou seja, o interdiscurso coloca à disposição dizeres que afetam o modo de significação do sujeito.

Embora a Análise de Discurso não se relacione de forma direta com a História das Ideias Linguísticas, ela permite relacionar “o saber sobre a língua e a do saber a língua”.

Dentre as gramáticas selecionadas para análise, destacamos os respectivos autores.

Julio Ribeiro apresenta sua gramática como o modo de ver os fatos gramaticais como método de investigação científica, procurando romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica e se filiando aos estudos histórico-comparativos. A análise de sua obra, entretanto, permite ver que ele retoma alguns elementos dessa tradição com a qual busca romper. Tendo como projeto deslocar o saber metalinguístico de Portugal para o Brasil, deu visibilidade a um saber legítimo pertencente à sociedade brasileira como um todo.

Para Julio Ribeiro, a gramática não cria leis e regras, mas a concebe, seguindo Whitney, como um espaço de exposição dos fatos da linguagem. Em sua visão naturalista, a língua é considerada um fenômeno natural, no entanto o que propõe na gramática é contrário ao que de fato faz.

A formulação das regras e os acréscimos em Julio Ribeiro deu-se de modo diversificado: a regra se constitui pela constatação de um fato de linguagem. As expressões “cumprir notar”, “observa-se ainda”, “há a notar” funcionam como uma ampliação de sentido, ou seja, as regras foram ampliadas pelos acréscimos que ocorreram em forma de exemplos e comentários. Destacamos que nas regras de colocação dos pronomes, os acréscimos se deram apenas na forma de notas de rodapé, ou no próprio texto das regras, conforme já dito.

Como a formulação das regras não se dá de forma tranquila, pôde-se perceber a tensão entre língua imaginária e língua fluida, uma vez que os enunciados prescritivos utilizam expressões como “sempre”, “nunca”, que funcionam como efeito de obrigatoriedade, o que se imagina ser “correto” ou “incorreto”, mas ao mesmo tempo essas enunciações prescritivas buscam apagar a flexibilidade da língua, que se esquivava ao controle da regra como se encontrou nas expressões, “geralmente”, “indiferentemente”, “ou... ou”, “seja... seja”.

Na gramática de Said Ali (1924), resgatamos a fala do autor nas considerações de que *as regras gramaticais* foram estabelecidas segundo o uso geral, à prática das

peessoas cultas e a dos “bons escritores”. Para o autor, essas regras foram comuns às línguas mais conhecidas ou a um grupo de língua congênere.

O gramático trabalhou os diferentes processos de formulações das regras e dos acréscimos buscando a completude imaginária da língua, ou seja, inscrevem-se como complemento da regra e como comparativo entre o presente e o passado, ou ainda outras regras são formuladas como regras “normais”, que apontam para os fatos linguísticos naturalmente.

As diferenças produzidas pela/na relação língua/sujeito /nação em distintos momentos históricos apontam para diferentes modos de formulações das regras. Em Said Ali, o Estado Brasileiro já tem definido as diferenças em relação a Portugal. As gramáticas precisam apenas manter estabelecidos os limites dessa identidade. Na formulação das regras se dá uma construção expositiva, levando o leitor a refletir sobre a língua.

A representação da língua nacional pelo sujeito gramático no início do século XX não significa mais referir-se a suas filiações teóricas, mas tratar das diferenças descritivas e analíticas da nossa língua. No gesto de instituir a norma para a língua, Said Ali formula as regras de forma contínua, colocando-as sem intervalo, sem numeração, mostrando-nos o esforço de não deixar de fora ou de não transbordar o que pensa ser indispensável ao funcionamento da língua que descreve. O funcionamento dessa memória heterogênea produzindo seus efeitos seja pela gramatização, seja pela formação do Estado brasileiro atinge de forma bastante sólida a constituição do imaginário de língua na gramática de Said Ali.

Na injunção da formulação das regras, Said Ali as constituiu por meio de enunciados descritivos seguidos de exemplos, em sua maioria, de escritores clássicos portugueses, seguidos de comentários e observações, que são os acréscimos gramaticais, ou seja, os que transbordam as regras. Observamos que nesse jogo de significação da produção de sentido da regra, o gramático vai instituindo a norma de uma língua falada no Brasil, mas que ainda traz marcas do português de Portugal. Na instituição da norma, o gramático apresentou a flexibilidade da língua e procurou mostrar esse fato com exemplos, comentários, notas e nota de rodapé, mas nem esses acréscimos deram conta da heterogeneidade constitutiva da língua portuguesa.

Mesmo sendo recorrente na gramática de Said Ali, o acréscimo gramatical denominado “Observação” conseguiu apenas desenhar um panorama da língua, pois os acréscimos gramaticais são os indícios da incompletude da gramática e por extensão, da incompletude da língua.

Assim, conclui-se com Guimarães (2000, p. 15) que na medida em que Said Ali enuncia o lugar da gramática descritiva científica, sem realizá-lo, constitui, no seu trabalho, de algum modo, uma oposição mais entre o normativo e o histórico do que entre o histórico e o descritivo.

Com a determinação da NGB, a Linguística com sua feitura metalinguística transpôs a Gramática superando-a no plano do conhecimento da língua, no entanto, a própria NGB, via posicionamento do Estado persevera no ensino escolar e produz efeitos sobre o conhecimento da língua, junto ao conhecimento linguístico. Tanto a Linguística quanto a Gramática mantêm uma relação unidade/diversidade na língua, sendo que a gramática se constitui pela imposição de uma norma gramatical. É nesse momento sócio-histórico que Evanildo Bechara produziu sua *Moderna Gramática Portuguesa*.

Na gramática de Bechara encontramos o respaldo de linguístas que lhe concederam um lugar de reflexão na linguística, permitindo assim a inscrição de seu trabalho no lugar do avanço dos estudos linguísticos. O autor mobiliza a noção de “língua de civilização”, baseada na língua falada e na língua escrita, enquanto instrumento de comunicação, e considera a gramática ao mesmo tempo como uma ciência e uma arte.

Do nosso ponto de vista, mesmo existindo na gramática de Bechara um caráter de ressignificação das novas ideias linguísticas, na mobilização dos elementos lexicais do campo da linguística, observamos na estruturação de sua obra o perfil normativo. Mas toda gramática tem esse viés, os limites entre descrição e prescrição, como diz Auroux, são muito tênues.

Na gramática de Bechara destacamos no jogo da formulação das regras a forte presença dos *acréscimos gramaticais*: em apenas uma regra, oito observações e uma nota de rodapé. Compreendemos, nesse gesto de formular regras, a tentativa de complementar o sentido das regras, intentando fechar as brechas da falha que é constitutiva do dizer, assim,

o sujeito gramático tem a ilusão da completude da língua, produzindo na gramática um efeito de unidade imaginária.

Na visão natural da gramática que aspira à completude da língua, encontramos os acréscimos que mostram a característica fundamental da linguagem, que é a incompletude. Para se compreender o discurso da gramática, foi necessário analisar as condições de produção inscritas na constituição do que é dito nela e do lugar institucionalizado de onde se fala, visto ser um lugar que determina e regula os sentidos.

Na perspectiva de compreender como se constituíram as regras e os acréscimos, vimos que no processo de formulação das regras e dos acréscimos gramaticais houve um impacto contrastivo sobre a história da língua. No caso do processo de gramatização do Brasil houve a confluência de vários povos e de várias línguas. No processo de normatização da língua é preciso observar a diferença significativa no português de Portugal e no português do Brasil. No que diz respeito aos acréscimos gramaticais podemos pensar com os dizeres de Orlandi (2001, p. 122) “A questão do acréscimo chama para uma reflexão sobre a incompletude e, mais importante ainda, sobre a indecisão dos contornos ideológicos, das formações discursivas que se dispersam em um texto”. Vimos também que os acréscimos mostraram em diversos momentos a presença de brasileirismos na formulação das regras.

Assim, o trabalho discursivo sobre a formulação de regras e de acréscimos gramaticais nas gramáticas selecionadas mostrou um mecanismo linguístico que produz efeito de complementação do sentido da regra, ou seja, o gramático busca com o uso dos acréscimos dar completude à gramática, no entanto a questão que fica é: Será possível produzir um efeito de completude na língua, utilizando os acréscimos gramaticais que transbordam as regras?

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. Bernadete; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito (Orgs.). **Fernão de Oliveira** - Um Gramático na História. Campinas, Pontes Editores, 2009.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia – Julio Ribeiro**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=884&sid=246>>. Acesso em 30 jul. 2011.

AGUSTINI, Carmem Lúcia Hernandes. **A enunciação do transbordamento das regras: A estilística no discurso da gramática**. Campinas: UNICAMP - IEL, 2003.

AMOR COUTO, Manuel. **Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa**. Revista Galega de Filoloxía, ISSN 1576-2661, 2004,5:11-31. Disponível em <<http://hdl.handle.net/2183/2613>>. Acesso em 31 jul. 2012.

AUROUX, Sylvain. Lois, norme et règles. In: **Histoire, Épistémologie, Langage**. 13/1, 1991 (pp.77-107).

\_\_\_\_\_. **La raison, le langage et les normes**. Paris: PUF, Imprensas Universitárias da França, 1998

\_\_\_\_\_. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Língua e Hiperlíngua. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, 1. Campinas: Pontes/HIL, 1998.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola, 2009.

BALDINI, Lauro José Siqueira. **Um Linguista na terra da gramática**. Campinas: UNICAMP-IEL, 2005, 132 p.

\_\_\_\_\_. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Análise discursiva do Controle da Língua. Campinas: Editora RG, 2009.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Uma história dos estudos sobre a linguagem no Brasil: gramáticas coloniais, diversidade linguística e processos histórico-sociais**. Todas as Letras Q, v. 13, n. 1, 2011. Disponível em <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/tl/articloe/view/3734/2971>>. Acesso em 29 ago. 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português e Latino**. Disponível em <[http://www.ieb.usp.br/catalogo\\_eletronico/p.204/748](http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/p.204/748)>. Acesso em 25 jul. 2011.

CÂMARA JR., Mattoso. **Dispersos**. Tempo Brasileiro, 15/16, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

\_\_\_\_\_. A Lingüística Brasileira. In: Naro, Anthony Julius. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de lingüística e gramática**. 12ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

CANGUILHEM, Georges. Conhecimento da Vida. Vrin, 1965, 2ª ed. Apud D. Lecourt (1972) **Para uma Crítica da Epistemologia**. 2ª ed., Lisboa: Assírio e Alvin, 1980.

COLOMBAT, Bernard, FOURNIER, Jean-Marie, PUECH, Christian. **Historie des idées sur le langage et les langues**. Paris, Klincksieck, 2010.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas, Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Gramática e ensino do português: Abrindo horizontes. In: MOURA, Denilda (Org.). **Língua e ensino**. Dimensões heterogêneas. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, UFAL/EDUFAL, 2000.

DIAS, Luiz Francisco e BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e Dicionário. In: Introdução às ciências da linguagem. **A palavra e a Frase**. Eduardo Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana (Orgs.) Campinas: Pontes Editores, 2006.

DIAS, Luiz Francisco. Gramática e Política de Língua: Institucionalização do Lingüístico e Constituição de Evidências Lingüísticas. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. A constituição do fato gramatical em três fases da gramática brasileira. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos** n° 20. Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. A gramática no período JK. In: **Ideias Lingüísticas. Formulação e circulação no período JK**. Mariani, Bethania; Medeiros, Vanise (Orgs.). Rio de Janeiro: Faperj, Campinas, Editora RG, 2010.

DORASIO, Andressa Parreira. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**, Facultad de Filología, Departamento de Lengua Española da Universidad D Samamanca, 2011. Disponível em <<http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/110655/1/DLE>>. Acesso em 20/07/2011.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**, São Paulo, Cultrix, 1973.

F.GADET e T. HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FERRAZ, Aderlande Pereira. **A aplicação do rótulo brasileirismo por alguns dicionários brasileiros**. Disponível em <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volume/s/32/htm/comunica/ci006.htm>>. Acesso em 25 abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA LEANDRO, Maria Cristina. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: Orlandi, Eni P. (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998, p.201- 208.

FOURNIER, Jean-Marie (éd.) (2007). **L'exemple dans les traditions grammaticales, Langages** 166 (juin 2007), Paris, Larousse.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. 3. Ed, São Paulo: Loyola, 1996. Tradução de: *L'ordre du discours*, 1970.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. **La langue introuvable**. Paris, François Maspéro, 1981. Tradução Brasileira: *A Língua Inatingível. O Discurso na História da Linguística*. Campinas: Pontes, 2004. (p. 7-61).

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (1988) *Unidade e Dispersão: uma questão do sujeito e do discurso*. **Discurso e Leitura**. 4ª ed., São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Uma política da língua em Said Ali**. O Culto como Norma e a recusa do Purismo. Revista ANPOLL, nº 8, p.11-27, 2000.

\_\_\_\_\_. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**. Um Estudo Enunciativo da Designação. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da Semântica**. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Política de línguas na linguística brasileira. p. 63 a 82. In: ORLANDI, Eni (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. História da gramática no Brasil e ensino. Relatos, n. 5. Campinas: Labeurb/Unicamp. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_05.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

JOTA, Z. dos S. **Dicionário de lingüística**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

LAGAZZI, Suzy. O gesto de descrever na gramática histórica de Said Ali. In: ALMEIDA, Eliana de e PAROLIN, Maria Inês (Org.) **Fronteiras de Sentidos e sujeitos nacionais**. Cáceres, Fapemat; Campinas, Editora RG, 2012.

LEHMANN, Alise (éd.) (1995). **L'exemple dans le dictionnaire de langue**. Histoire, typologie, problématique, Langue française 106 (mai 1995), Paris: Larousse. Disponível em <[http://www.persee.fr/we/revues/home/prescript/issue/lfr\\_0023-8368\\_1995\\_num\\_106\\_1](http://www.persee.fr/we/revues/home/prescript/issue/lfr_0023-8368_1995_num_106_1)>. Acesso em 20 abr. 2010.

LUFT, C. P. **Dicionário gramatical da língua portuguesa**. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1971.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

MARINS, Ânderson Rodrigues. **A Visão Sintática de Julio Ribeiro**. In: SOLETRAS. Ano XI Nº 21, jan./jun.2011. São Gonçalo: 30 UERJ, 2011. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/soletras/21/03.pdf>>. Acesso em 02 jun. 2011.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2007. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

MOLINA, Márcia A G (USP/UNISA). **Uma gramática, seu autor e o contexto de produção de sua obra, 1984**. Disponível em <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ4\\_11.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ4_11.htm)>. Acesso em 03 jun. 2011.

MORAES, Antonio e Silva. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. São Paulo: Brasileira, USP.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação: O Ensino em Campinas no final do século XIX**. Revista Faculdade de Educação, São Paulo. 11 (1/2)p. 101-134, jan./dez., 1985.

NETO, José Borges. A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. In: **Fernão de Oliveira, um gramático na história**. Abaurre, M. Bernadete. Pfeiffer, Claudia e Avelar, Juanito (Orgs.). Campinas: Pontes Editores.

NUNES, Jose Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores, São Paulo: Fapesp, São Jose do Rio Preto: Faperp, 2006a.

NUNES, Jose Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARAES, Eduardo e ZOPPIFONTANA, Monica (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: A palavra e a frase**. Campinas: Pontes Editores, 2006b, p. 147-172.

NUNES, Jose Horta. **Uma articulação da análise de discurso com a historia das ideias linguísticas**. Santa Maria: Letras, v.18, n.2, p. 107-124, jul./dez.2008b.

PFEIFFER, Claudia. A Língua Nacional no Espaço das polêmicas do Século XIX//XX. In: Orlandi, Eni P, (Org.) **História das Idéias Linguísticas**, Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, Rua Direita, 15, 1881.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e historia. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) **A leitura e os leitores**. 2ª ed., Campinas: Pontes, 2003, p. 47-58.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e Gramática como tecnologias urbanas: A cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos** nº 53 (2)p. 197-217. Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. L'exemple dans les grammaires jesuitiques du guarani. **Langages**, 2007/2 nº 166, p. 112-126. Disponível em <<http://www.cairn.info/revuelangages-2007-2-page-112.htm>>. Acesso em 15 out. 2012.

RODRIGUEZ-ALCALA, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, no 53(2), p.197-217. Jul./Dez.2012.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Secundária da Língua Portugueza**. São Paulo: Editora Proprietária Companhia Melhoramentos, 1924.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou Recortar. Série Estudos. Linguística: **Questões e Controvérsias**, n 10. Uberaba: Fiube, 1984.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez Editora/Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Ética e Política Linguística. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos nº 1**. Campinas: Pontes, Jan./Jun. 1998.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico. In: **Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp**. 4. Campinas: Unicamp, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O Inteligível, o Interpretável e o Compreensível. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999a, 4ª ed.

\_\_\_\_\_. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: **Escritos**. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso, n. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999b.

\_\_\_\_\_. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, n. 4/5, 2000.

\_\_\_\_\_. Metalinguagem e gramatização no Brasil: Gramática- Filologia Linguística. **Rev. ANPOLL**, n. 8, p. 29-39, jan./jun. 2000a.

\_\_\_\_\_. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento**. v. I. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.) **História das Ideias Linguísticas**. Construção do saber metalinguístico e a constituição da língua nacional. Campinas. Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico: Por uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Gramática, Filologia, Linguística. In: **Língua e Conhecimento Linguístico**. Para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio**. No Movimento dos Sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002b.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ª ed. Pontes. Campinas. 2003.

\_\_\_\_\_. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes Editora, 2003, volume 2.

\_\_\_\_\_. **Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e Outras Histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas, Editora RG, 2009.

PAGOTTO, Emilio Goze. O linguista e o burocrata: A universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Política de línguas na linguística brasileira**. p. 35 a52. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Nova Ed. Revista e Ampliada, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VILELA, Mário. In: **Infopédia**. Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$mario-vilela](http://www.infopedia.pt/$mario-vilela)>. Acesso em 09 mar. 2012.

ZATTAR, Neuza. **A Semântica na Gramática Brasileira após a instalação da NGB: Um campo disciplinar ou um termo suplementar?** Revista Ecos. Edição nº 008, dezembro de 2009.

ZOPPI FONTANA, Monica Graciela. Os sentidos marginais: **Leitura: teoria e prática**. Campinas, ano X, n.18, p. 48-58, dez.1991.

\_\_\_\_\_. Limites do silêncio: a leitura intervalar. In: Orlandi, Eni P, (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998, p. 59-85.

## OBRAS CITADAS NAS GRAMÁTICAS

BERGAMANN, Frédéric Guillaume **Resume d'Études d'Ontologie Générale et de Linguistique Générale**, Paris, 1875, p. 261.

BURGRAFF. **Principes de Grammaire Générale**, Liège. 1863, p. 11.

EMANUEL, Alvarus. **Instit. Grammatica**, Roma, 1860mp. 174.

GIRAULT Duvivier, **Grammaire des Grammaires**, edition de Lemaire, Paris, 1873. vol 1, p. 4.

MAX MÜLLER. **Nouvelles Leçons sur la Science da Langage**, trad, de Harris ET Perrot, Paris, 1867, vol.1, p. 155.

NORDHEIMER. **A Critical Grammar of de Hebrew Language**. New York, 1838, vol 1, p. 10-11.

WHITNEY, William Dwight (1827–1894). **Essentials of English Grammar**, London, 1877, p. 4-5.